

JAIME OLIVA E LUCIANA SALAZAR SALGADO

ESPAÇO COMUNICATIVO E FRATURA SOCIAL

E-BOOK GRÁTIS

FINO TRACO
FT
EDITORA







JAIME OLIVA E LUCIANA SALAZAR SALGADO

ESPAÇO COMUNICATIVO E FRATURA SOCIAL

Todos os direitos reservados à Fino Traço Editora Ltda.

© Jaime Oliva e Luciana Salazar Salgado

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem a autorização da editora.

As ideias contidas neste livro são de responsabilidade de seus organizadores e autores e não expressam necessariamente a posição da editora.

CIP-Brasil. Catalogação na Publicação | Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

S158e

Salgado, Luciana Salazar; Oliva, Jaime.

Espaço comunicativo e fratura social / Jaime Oliva e Luciana Salazar Salgado.
- Ebook - Belo Horizonte [MG]: Fino Traço, 2020.

112 p.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-991561-3-7

1. Comunicação e cultura - Brasil. 2. Comunicação de massa - Aspectos sociais - Brasil. I. Salgado, Luciana Salazar. II. Título.

20-67231

CDD: 302.20981

CDU: 316.77(81)

COLEÇÃO ESTUDOS BRASILEIROS | EDITORA FINO TRAÇO

COORDENADORES:

Monica Duarte Dantas

Instituto de Estudos Brasileiros | USP (Brasil)

Marcos Antônio de Moraes

Instituto de Estudos Brasileiros | USP (Brasil)

CONSELHO EDITORIAL:

Amy Chazkel

Columbia University (EUA)

John Tofik Karam

The Lemann Center for Brazilian Studies, University of Illinois (EUA)

Anthony Pereira

King's College (Inglaterra)

Peter W. Schulze

Instituto Lusobrasileiro, Universidade de Colônia (Alemanha)

Diana Gonçalves Vidal

Instituto de Estudos Brasileiros | USP (Brasil)

FINO TRAÇO EDITORA LTDA.

finotracoeditora.com.br

Coleção Estudos Brasileiros

O desafio contemporâneo de refletir criticamente sobre a realidade brasileira, em perspectiva inter/multi/trans e pós-disciplinar, materializa-se nos títulos que integram a Coleção Estudos Brasileiros, do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, na Série Paralelos 22, publicada pela Editora Fino Traço.

Pensar a América portuguesa e o Brasil a partir de uma aguda e original perspectiva epistemológica, à luz de expressiva fortuna bibliográfica, pressupõe a ampliação, o adensamento e a interconexão de diferentes enfoques teóricos e metodológicos capazes de propiciar a apreensão de experiências coletivas e individuais, desvelando áreas de investigação fronteiriças ou ainda pouco exploradas. Supõe, igualmente, a compreensão das múltiplas temporalidades que constituem o processo histórico, tensionadas entre continuidades e rupturas. Impõe um olhar, simultaneamente abrangente e verticalizado, sobre sua complexa configuração social, étnica/racial e de gênero, contemplando alteridades e diversidades, assim como sobre a sua conformação educacional, cultural, artística e religiosa, atentando a violências, confrontos, negociações e acomodamentos.

Os títulos da Coleção flagram imaginários de nação e projetos identitários que produzem expectativas e representações, assim como consubstanciam territórios e geografias. Descortinam a presença e as relações do Brasil no contexto globalizado, colocando em pauta questões sociais, políticas, econômicas, tecnológicas e ambientais. Discorrem sobre meandros da Antropologia, Artes Visuais, Economia, Educação, Geografia, História, História Econômica, Literatura, Museologia, Música, Sociologia, entre outras áreas do saber, refletindo questionamentos elaborados no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Culturas e Identidades Brasileiras e sinalizando as potencialidades da documentação primária, sobre a qual o IEB, reconhecida instituição de guarda e extroversão de acervos, oferece consistentes reflexões.

A Coleção Estudos Brasileiros é um convite a leituras críticas sobre passado e presente, incitando o leitor a imaginar novas perspectivas de futuro.

Os coordenadores

SUMÁRIO

<i>Nota introdutória</i>	<i>9</i>
--------------------------------	----------

Capítulo 1

<i>A fratura social cultivada na invenção da intimidade ubíqua</i>	<i>17</i>
--	-----------

Capítulo 2

<i>O mal-estar na comunicação: a fratura do espaço público operada pelo sistema midiático brasileiro</i>	<i>41</i>
--	-----------

Capítulo 3

<i>Desconcerto e viralização: um caso de apropriação jornalística do literário</i>	<i>77</i>
--	-----------

<i>Anexo I</i>	<i>109</i>
----------------------	------------

Nota introdutória

Os textos reunidos neste livro foram escritos em momentos diferentes, mas, juntos, constituem as linhas de força de um programa de pesquisa que a partir deles se firmou. Neles se percebem versões mais iniciais e outras mais maduras de algumas de nossas ideias sobre a comunicação hoje. Os temas que os percorrem referem-se à constituição e às operações do espaço comunicativo nas sociedades contemporâneas, com foco no Brasil. Refletimos sobre as redes digitais e sobre o sistema midiático tradicional, discutindo fundamentalmente ações comunicacionais que alimentaram a fratura social atualmente vivida.

Se o contexto de sua produção é marcado por certa dispersão temporal com elaborações desiguais, por que não os publicar em forma de antologia de artigos produzidos em parceria em vez de estabelecê-los editorialmente num livro sequencializado por capítulos? Se inicialmente esses textos não foram pensados para constituir um conjunto, foi porque nós mesmos não sabíamos o quanto nosso compartilhamento de elaborações, que era cultivado com referências e linguagens das diferentes disciplinas em que trabalhamos, nos remetia para um ponto comum de reflexão: o espaço comunicativo e sua ação disruptiva nas discussões públicas, especialmente as políticas, marcadamente no Brasil. Assim, essa interlocução não só nos remetia à questão “espaço comunicativo” em geral, como também a um certo trabalho de tradução para uma linguagem comum, para as questões mais perturbadoras que estão à vista de todos nesse espaço. As perspectivas ora se completavam, ora produziam debates que nos levavam de fato a outros entendimentos. Assim, não há como atribuir a cada texto uma autonomia suficiente para compor uma antologia, pois eles refletem os contornos dos temas e das ideias que estamos discutindo e amadurecendo numa certa sequência e num franco esforço de interdisciplinaridade.

Um dos elos de nosso encontro autoral é, sem dúvida, o geógrafo Milton Santos. Esse autor cujo acervo documental e bibliográfico encontra-se no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP) aberto para a pesquisa pública, é um dos pioneiros, nas Humanidades brasileiras, na caracterização do atual período e na reflexão profunda sobre a tecnoesfera que nos envolve no mundo que se constituiu no pós-Segunda Guerra Mundial. Aliás, mundo esse constituído por essa mesma tecnoesfera que ele produz, visto que, segundo o autor, à tecnoesfera corresponde uma psicoesfera, um conjunto de crenças, valores e toda sorte de sentimentos experimentados na vida vivida, na sua relação com os objetos técnicos que a organizam e que, ao mesmo tempo, são por ela organizados – hierarquizados, valorados e eventualmente transformados nos seus usos e intencionalidades.

É certo que Milton Santos privilegiava o ponto de vista da produção dos espaços de nossas vidas (o espaço geográfico dos geógrafos), porém ele notava com argúcia que o fenômeno técnico no espaço, que teria transformado o espaço em meio técnico-científico informacional, potencializava ainda mais a dimensão espacial como uma operadora de primeira grandeza no conjunto da dinâmica social. E essa dinâmica, justamente por conta do meio técnico-científico informacional, produzia um espaço de escala alargada, de escala mundial, uma mundialização. Essa elaboração de Milton Santos de certo modo hibridizava realidades como o espaço geográfico e o espaço comunicativo. Lógico, então, que ela despertasse atenção em outras áreas que se preocupam com as atividades comunicacionais e o fenômeno informacional vinculado às tecnologias típicas do *digital turn*.

A convergência e a ampliação de nossas reflexões conjuntas contaram com mais dois elos fundamentais nessa posição teórica que fomos assumindo: o sociólogo Hermínio Martins e o midiólogo Régis Debray.

Hermínio Martins é um sociólogo de origem moçambicana com vida acadêmica na Inglaterra e tem trabalhos de notável qualidade sobre o mundo técnico e suas implicações na vida social. Suas pesquisas contribuem sobremaneira para que o fenômeno técnico seja compreendido, pois ele elabora chaves para identificar não só os rumos da produção de tecnoesferas, mas todo pensamento que deriva desses diferentes rumos. É assim que ele possibilita aos seus leitores que tenham acesso às lógicas do desenvolvimento

tecnológico como a do *somatismo tecnológico* (uma tecnologia em harmonia orgânica com o humano) ou ao seu contrário, que é o *gnosticismo tecnológico* (horror ao que é humano, superação do humano). Um desdobramento desse tipo de identificação diz respeito diretamente à reflexão sobre os destinos do humano em relação ao fenômeno técnico.

Ele teoriza profundamente sobre duas oposições predominantes na avaliação do mundo técnico: a visão prometeica e a visão fáustica. A visão prometeica do desenvolvimento tecnológico é apresentada como uma espécie de redenção do humano, libertando-o de suas imperfeições e também das agruras presentes na luta pela sobrevivência material. Seria aquilo que Henrique Rattner chamava, num tom de crítica, de a “utopia de uma euforia tecnológica”. Ao reverso, a visão fáustica, cujo principal mentor moderno foi Martin Heidegger, como a própria denominação avisa, pensa o fenômeno técnico e suas aplicações tecnológicas na chave do descontrole humano sobre essa sua obra. Uma obra que vai cobrar-lhe muito no futuro. Evidentemente que, do ponto de vista epistemológico, a visão fáustica do fenômeno técnico é mais profícua, pois movida pela desconfiança e não pela euforia, logo por uma postura de irreverência diante das promessas prometeicas que precisam ser sempre examinadas e criticadas, para que não sejamos submetidos a destruições e controles que as tecnologias podem potencialmente produzir. Mas a visão fáustica não deve ser sinonimizada com uma tecnofobia, embora esta última possa existir na vida social. Quando Milton Santos amplia seus estudos sobre as lógicas espaciais que estão promovendo a integração de espaços antes isolados, e destaca o papel central do fenômeno técnico nessa empreitada, ele o faz com essa desconfiança crítica e identifica uma dominação tecnológica – muitas vezes não percebida – sobre os países pobres. A essa totalização dominadora produzida pela instrumentalização tecnológica, ele denominou *A Totalidade do Diabo*, o que o inscreve, numa certa medida, na tradição fáustica. Seu colega francês Jacques Lévy o designa como um “heideggeriano de esquerda”.

Considerando o cenário crescente das críticas fáusticas sobre as redes digitais, entendemos que a articulação na mesma corrente teórica desses dois autores foi muito proveitosa, assim como a de Régis Debray, que a

complementa, na medida em que suas elaborações nos permitem integrar, nas mesmas reflexões, a questão da técnica na produção da cultura.

Debray é um intelectual controverso, prolífico escritor cuja biografia oscila entre heroica e maldita desde os tempos de sua participação na guerrilha ao lado de Che Guevara, nos anos 1960. Viveu sua vida acadêmica predominantemente na França, onde também participa intensamente dos debates políticos. Desde os anos 1990, propôs o estudo das mediações, a mediologia (no Brasil o termo foi traduzido por *midialogia*), uma proposta teórico-metodológica que estuda o encontro do sílex com o córtex, para usar seus termos jocosos. A mediologia estuda os *médiuns* (ou *mídiuns*, no Brasil), objetos técnicos que encarnam valores transmitindo-os ao longo do tempo; objetos de duplo corpo (sua própria dimensão concreta, “um corpo físico”, e sua remissão a uma instituição, “um corpo de baile” ou “um corpo docente”); objetos cuja existência ancora a matriz de sociabilidade que o produz; objeto que funciona, assim, como um vetor de sensibilidade, induzindo práticas, balizando sentidos, convocando a uma posição. No duplo corpo do *mídium*, uma relação se estabelece entre a *matéria organizada* (por exemplo, um livro impresso ou um e-reader) e uma *organização materializada* (por exemplo, instituições ligadas à escola, à leitura, ao conhecimento, ao entretenimento...).

O interesse dessa abordagem é que, sublinhada a não neutralidade dos objetos e de seus fluxos no espaço, põe a técnica no centro das discussões sobre cultura procurando descrever conjuntos de objetos que sustentam ritos consagradores de modos de viver. Tomados os objetos como mediadores (*médium*, ou *mídium* na tradução brasileira), entende-se como uma ideia se torna força material, produzindo psicoesferas.

Com essas referências epistemológicas, o marco de nosso encontro foi a crise política brasileira que começava a revelar um novo perfil surpreendente a partir dos anos 2013 e 2014. Crise política ao pé da letra, crise do regime democrático representativo e das instituições políticas concretas, como os poderes eleitos, as formas eleitorais, os partidos políticos e do próprio sistema midiático, que é, ele também, elemento desse sistema. Crise que ainda está longe de se encerrar porque suas consequências vêm acirrando as divisões sociais e degradando a coesão social. Uma crise que vem aprofundando a crise. Por sua vez, o sistema político convencional não se recupera da crise,

permanece se deteriorando e enfraquecendo-se e mostra-se incapaz de iniciativas que estabilizem o país e venham a instaurar de fato a proeminência da democracia, da soberania popular.

Diante da sensação de muita tinta gasta para interpretar essa situação, e de uma certa esterilidade dos debates que se mantinham nos limites estreitos das estruturas políticas convencionais, nosso olhar (como de muitos outros, certamente) se dirigiu para uma das fontes do mal-estar que se instalou no Brasil. Mais propriamente, para as arenas de discussão que obviamente não apenas refletiam a crise, mas, como estava à vista de todos, participavam da própria construção da crise e daquilo que nos incomodava mais: a fratura social.

Como é que justamente essa arena de discussões, que deveria ser um dos pilares da possibilidade da convivialidade social numa sociedade plural, poderia assumir, numa medida que seja, esse papel nefasto na fratura social a que assistimos? Ora, numa sociedade marcada pelo pluralismo, o espaço público como esfera do reconhecimento recíproco e, portanto, como o espaço de discussão necessário para que a dinâmica social não produza injustiças e para que se resolvam as injustiças históricas, é a principal figura institucional e simbólica na ordenação da vida social. Sabemos da complexidade da pretensão, especialmente porque é preciso, antes de tudo, admitir o quão longe se está de elaborações e realizações para dotar as sociedades contemporâneas de esferas públicas razoáveis nas quais se possam trilhar caminhos em busca de uma democracia mais efetiva. Porém, essa busca (talvez, utópica) da elevação do patamar civilizacional não só não se configura por aqui, como são justamente as possibilidades de constituí-la minimamente que viraram o alvo maior de ataque.

Para nós, espaço comunicativo não é sinônimo de espaço público de discussões. Pensamos que isso pode ser depreendido com clareza dos capítulos adiante, mas cabem aqui mais algumas palavras sobre isso. O sistema midiático tradicional (rádio, televisão, imprensa escrita e edição), que é aquele no qual os eventos adquirem o estatuto de informações, é instrumento cultural e político que permite apresentar a um público os múltiplos aspectos da vida social. Seria ele, numa conjuntura anterior, um dos principais elementos organizadores de um espaço público de discussões.

Isso porque ele pode ser um *espaço mediador* que dá acesso e alimenta o espaço público. A depender de como funciona, pode ajudar a organizar ou pode inviabilizar essa possibilidade. A complexidade da questão é óbvia, porém é possível apresentar uma posição. É o que fazemos aqui, a partir de algumas análises.

Entendemos que o sistema midiático pertence ao espaço comunicativo das sociedades atuais, mas a questão de sua ação na produção de um verdadeiro espaço público de discussões não é dada a automatismos e exige, portanto, avaliação crítica constante. Também compõem o espaço comunicativo das sociedades atuais as redes digitais ditas sociais, que teriam a potencialidade de organizar o espaço público de discussões, já que nelas muitos falam a muitos e não uns poucos aos demais, como se passava antes de haver essa gigantesca conexão técnica a que chamamos internet. Como a questão do acesso não é decisiva, a despeito de nesse segmento do espaço comunicativo as pessoas terem muito mais acesso e muito mais meios para participar do que em comparação com o sistema midiático tradicional, a isso não corresponde um passaporte para um verdadeiro espaço público de discussão. Por quê? São interrogações como essa que têm movido nossas reflexões e elas exigem um exame pormenorizado desses ingredientes do espaço comunicativo, em separado ou em combinação. A questão chave, em termos mais diretos, é como esses elementos podem operar para integração social ou para a fratura social. É claro que o horizonte da integração é bem mais árduo do que o da divisão. Daí nossa urgência em participar, como pesquisadores de nossas áreas, das reflexões mais amplas sobre o espaço comunicativo.

No contexto internacional, a crise política brasileira não é a única que tem contornos marcados de ataque aos espaços públicos de discussão. Com variações, trata-se de um fenômeno para além das escalas nacionais. Trata-se de uma realidade cujas dimensões coincidem com a proliferação das redes de sociabilidade remotas, com sua ascensão como elemento chave do espaço comunicativo das sociedades do atual período. Por essa condição, há uma certa tentação em dar um papel absoluto, no frágil dessa crise, às redes digitais e suas formas de funcionamento. O turbilhão de publicações feitas por ex-funcionários das grandes corporações digitais e de documentários que tratam do caso não hesita: vendemos a alma ao diabo e temos que

sair já das redes digitais e não franquear mais o acesso livre às crianças. Denuncia-se, no caso, a implosão de qualquer possibilidade de verdade factual, a circulação em massa de *fake news* construindo narrativas que interferem na vida política dos países e, por conseguinte, nos processos eleitorais, minando as condições para a manifestação livre e consciente da soberania popular. E, pior, instalando nas sociedades situações marcadas por um verdadeiro clima de guerra civil.

Numa outra linha crítica, somos prevenidos de que, nas redes digitais, a presença maciça de participantes é aproveitada para que se levantem dados e informações sobre todos nós, sem que saibamos quais e o que deles se fará. A produção desse Big Data é, então, uma atividade que serve para nos controlar e vigiar. A promessa prometeica de dispor a serviço dos povos um múltiplo dispositivo tecnológico que poderia se transformar num verdadeiro espaço público de discussão, uma ágora digital, se realizou como um grande panóptico digital, onde nossos espíritos não têm liberdade alguma. Trata-se de uma cena crítica fáustica que não cessa de se avolumar e, nesse sentido, nossas posições se somam a isso. Mas – é bom sublinhar – com um certo recuo.

Não adotamos aqui o entendimento de que foram as redes digitais sozinhas que destruíram o espaço público de discussão no país. Elas acentuaram e agravaram o problema e deram contornos próprios a isso, mas já não tínhamos no Brasil nada parecido, pois o velho sistema midiático tradicional há tempos cultivava a fratura social e, nessa crise que vivemos, teve papel de destaque, na verdade de proa. A ausência de preceitos mais ou menos razoáveis e democráticos nas ações do sistema midiático fez com que não houvesse no país qualquer anteparo para as ações que se desenrolavam nas redes digitais, sendo, por exemplo, referência contextual para que as informações que circulassem nesse âmbito pudessem ser interpretadas à luz de alguma ordem de significação aceitável. Ao contrário, pode-se dizer que houve uma linha de continuidade, porque, em muitas situações, aliaram-se, hibridizaram-se os fluxos informacionais do sistema midiático e das redes digitais, fluxos avessos à discussão pública e fomentadores da matéria-prima do cultivo da fratura social: o ódio. Talvez muito do que está para ser entendido sobre as redes digitais (a revolução digital mais amplamente)

venha a demonstrar que elas podem muito na inflexão perturbadora das sociedades contemporâneas, mas cremos que elas não deterioram o espaço comunicativo sozinhas. O estado das técnicas não se desvincula do estado da política, como diz Milton Santos, pois as formas de apropriação da técnica, assim como seu engenho, a conduzem a estes ou àqueles desenvolvimentos, conforme posicionamentos definidos em seus usos.

Com base nisso é que definimos uma outra dimensão de nosso recuo quanto à radicalidade da crítica fáustica às redes digitais. A atual arquitetura da internet, o funcionamento algorítmico hoje prevalente, em termos discursivos, pode ser chamado de *cibercultura*, na medida em que privilegia práticas ligadas a mídiuns de seletividade, filtragem, segurança; mas há mídiuns cultivados por outras práticas, que enfatizam as possibilidades técnicas de difusão, de compartilhamento e de colaboração, a que podemos chamar de *cultura digital*, nativamente digital. Matrizes de sociabilidade distintas definem uma e outra. Assim como distintos vetores sensibilizam em direções diferentes. Há objetos e ações variados em jogo; há hegemonias, mas há mais.

Sobre essas bases, nos capítulos que se seguem, propusemos algumas interpretações de certos eventos da história recente do país. Esperamos, com isso, participar da ampla reflexão necessária, que poderá nos levar a entender melhor as trocas comunicacionais do tempo presente – decerto é uma tarefa urgente; decerto é coletiva. Por isso propusemos essas interpretações num livro, esse mídiun que carrega todas as esperanças de estabelecer interlocução.

São Paulo, outubro de 2020

Jaime Oliva, geógrafo

Luciana Salazar Salgado, linguista

CAPÍTULO 1

A fratura social cultivada na invenção da intimidade ubíqua¹

A conjuntura em tela

Nas eleições presidenciais havidas em 2018 no Brasil, bastante conturbadas porque eivadas de denúncias de irregularidades, algumas delas sustentadas por uma legalidade muito contestada, um *modus operandi* desencadeou uma série de embates políticos durante o pleito e depois². Para complicar, esses embates não transcorreram num espaço público de discussão digno do nome, visto que atores de proa no espaço comunicativo (como o sistema midiático formal, por exemplo), tinham eles próprios participado ativamente na configuração das irregularidades que eram o motivo da contestação da própria legitimidade das eleições. Neste capítulo, focalizamos um aspecto desse processo: os mídiuns digitais alimentando a fratura social.

Desde a chamada Primavera Árabe (2010-2012), passando por um grande volume de discussões sobre a instrumentalização da plataforma Facebook

1. Uma versão preliminar deste texto foi publicada em SALGADO, L.S.; OLIVA, J.T. A produção de uma intimidade ubíqua, esteio da fratura social. In: *Discurso & Sociedad*, vol. 13, n. 3, Barcelona, set. 2019.

2. Uma pesquisa em qualquer motor de busca na internet, em diversas línguas, atestará que a tese de que houve um golpe jurídico-parlamentar no Brasil em 2016 é amplamente defendida, sem que haja volume semelhante de materiais (postagens, artigos jornalísticos e acadêmicos, livros) que a refutem. Caberia estudar os memes, a modalidade que possivelmente abarca as formas de expressão mais contundente da posição contrária. Mas a coleta desses dados ainda é um desafio metodológico, em razão do que abordaremos neste capítulo: há fronteiras intransponíveis na internet. O livro *Mídia, misoginia e golpe*, uma reunião de entrevistas, pode ser esclarecedor sobre esse momento (GERALDES *et al.* (org.), Brasília: UnB, FACLivros, 2016 – ebook disponível gratuitamente).

nas eleições presidenciais dos EUA em 2016, essa questão se impôs na agenda internacional e na agenda das ciências sociais. No caso brasileiro, o tema diuturno desde o referido pleito é o que se tem designado como um “ódio” que impede o debate público, do qual decorrem o esgarçamento de certas relações pessoais (as famosas brigas “no grupo da família”, por exemplo) e uma nova tensão nas relações profissionais, nos ambientes de trabalho, nos quais atuam (sem que sejam explicitamente postos em primeiro plano) os perfis, os avatares e as postagens que a princípio não fariam parte do universo de atuação profissional. Já se disse exaustivamente que vivemos um borramento entre público e privado, em Han (2018), vemos que se trata de os *sujeitos da performance* abdicarem da gestão de suas subjetividades, delegando-as às plataformas, aos aplicativos e às métricas avaliativas que supõem. Com isso, a boa performance é uma espécie de aniquilação de si mesmo.

Essa conjuntura pode ser entendida como um período marcado pela “confusão dos espíritos”:

As bases materiais históricas dessa mitificação estão na realidade técnica atual. A técnica apresenta-se ao homem comum como um mistério e uma banalidade. De fato, a técnica é mais aceita que compreendida. Como tudo o que parece dela depender, ela se apresenta como uma necessidade universal, uma presença indiscutível, dotada de uma força quase divina à qual os homens acabam se rendendo sem buscar entendê-la. É um fato comum no cotidiano de todos, por conseguinte uma banalidade, mas seus fundamentos e seu alcance escapam à percepção imediata, daí seu mistério. Tais características alimentam seu imaginário, alicerçado nas suas relações com a ciência, na sua exigência de racionalidade, no absolutismo com que, ao serviço do mercado, conforma comportamentos; tudo isso fazendo crer na sua inevitabilidade (SANTOS, 2000, p. 45)

Dessa perspectiva fáustica do autor, a pergunta em que sintetizamos o problema é: que sociabilidade há nessas redes digitais típicas do atual período? Afinal, como sabemos, desses comportamentos conformados deriva a guerra como norma, e a competitividade é

o que justifica os individualismos arrebatadores e possessivos: individualismos na vida econômica (a maneira como as empresas batalham umas contra as outras); individualismos na ordem política (a maneira como os partidos abandonam a ideia de política para se tornarem eleitores); individualismo na ordem do território (as cidades brigando umas com as outras, as regiões reclamando soluções particularistas). [...] Também na ordem social e individual são individualismos arrebatadores e possessivos que acabam por constituir o outro como coisa. (p. 47)

Nesses termos que assinalam uma deterioração do vínculo social, delimitamos as condições de produção das práticas discursivas que, no Brasil de 2018, centraram-se na rede social Twitter e no mensageiro WhatsApp durante o período eleitoral como meio principal da realização de campanha política, o que é uma extrema novidade, e ainda depois, dado que os membros do governo formalizado seguiram fazendo uso dessas plataformas como principais veículos documentadores de sua atuação, às vezes com forte valor performativo, constituindo-se numa espécie de “Diário Oficial” da nação, o que é, por sua vez, uma inovação radical e muito rápida na vida política. Seu trabalho administrativo tem sido caracterizado por opiniões (ou gostos), posições (ou moral) e questionamentos (ou ignorância) típicos da intimidade, que aparecem como em uma conversa entre pai e filhos, por exemplo, ou uma disputa entre gangues de bairro, com xingamentos e atitudes não esperadas em postos governamentais. Uma ilustração acabada e irretocável da “política dos afetos” ocupando a cena pública.

Aqui, interessados em examinar as condições de emergência desses enunciados, propomos uma reflexão sobre a centralidade da técnica: a técnica algorítmica conduz a lógica dominante dos atuais fluxos de texto. Banalizada e misteriosa, é uma técnica que arrebatava na sua expressão de *cibercultura* e é problematizada na sua expressão de *cultura digital*. Detalharemos essa diferença mais adiante.

De fato, ainda mal começamos a compreender os novos mundos produzidos desde 1945 numa avalanche imparável da mudança tecnoeconômica, da maximização dos *throughputs* energéticos e informacionais que constituem uma nova tecnosfera que nos envolve.

Vivemos desde aí a prevalência dos fluxos *vis a vis*, os fundos ou *stocks*, a obsolescência como projeto, a precarização como proposta, a fluidificação de tudo: todos os bens econômicos, máquinas, organizações, conhecimentos, o capital profissional mais recente, saberes, gostos, identidades de todos os tipos, por mais primordiais que sejam, se tornam informação transmissível e materializam-se em dispositivos portáteis³, de funcionamentos altamente dinâmicos, produtores de subjetividades abdicadas e dessubjetivações (HAN, 2018; MARTINS, 2012).

No centro desse turbilhão, a denominada “revolução digital” é propulsora e protagonista das transformações e, portanto, das culturas que permeiam negócios e relações. Que cada qual se conecte a cada outro a todo instante, em todo lugar, é uma característica prometida (e prometeica) dos mundos novos. Já existe um verdadeiro outro-espço comunicacional (LUSSAULT, 2013) que nasce por meio das ligações de diversos terminais, cada vez mais potentes: computadores pessoais, GPS, etc., e sobretudo smartphones, que, abrigando funções de muitos outros dispositivos, estão sempre perto dos corpos de seus portadores, progressivamente em contato direto com os corpos que os portam.

Esse outro-espço comunicacional é produzido pela conectividade informacional que possibilita que um evento qualquer resulte em efeitos sistêmicos quase instantâneos, cujas consequências podem se materializar bem longe de sua fonte. Duas representações frequentam certo imaginário interpretativo diante dessas novas realidades que estão surgindo. Uma delas entende que a aceleração comunicativa, instantaneidade e multiplicidade

3. O termo *dispositivo*, muito utilizado nas humanidades, não deixa de causar comoção e reivindicações. Delimitamos aqui, via Giorgio Agamben, o uso que fazemos, assentado no quadro teórico dos estudos do discurso tributários de Michel Foucault: “Generalizando posteriormente a já amplíssima classe dos dispositivos foucaultianos, chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o panóptico, as escolas, as confissões, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas, etc., cuja conexão com o poder é em um certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – por que não? – a linguagem mesma, que é talvez o mais antigo dos dispositivos, desde que há milhares e milhares de anos um primata – provavelmente sem dar-se conta das consequências que se seguiriam – teve a inconsciência de se deixar capturar.” (2005, p. 13)

exponencial, em combinação com a aceleração da mobilidade física, que é algo que vem se desenvolvendo ao longo do século XX, retiraria importância do espaço social e geográfico, mais concretamente da distância espacial. Alguns chegam a falar em “desaparecimento do espaço”. O outro relaciona as realidades paridas pela revolução digital à liberdade. Liberdade relacional que, por exemplo, os palestinos isolados na Cisjordânia (com seus inúmeros *checkpoints* internos) e na Faixa de Gaza poderiam praticar por meio desse outro-espço comunicacional, que superaria, ou compensaria os constrangimentos produzidos com a fragmentação de seus espaços de vida tomados.

Com relação à “desaparição do espaço”, não é bem o que se observa. Essas acelerações produtoras desse outro-espço comunicacional dão novos significados aos nossos espaços de vida, mas não os eliminam, tornando suas realidades mais complexas. Assim, segundo Michel Lussault (2013, p. 152), longe de serem aniquilados, o espaço e a espacialidade nunca tiveram tanta importância, estamos mesmo vivendo uma virada espacial das sociedades. A respeito do aumento de liberdade, o que se pode perceber de início não tem nada de óbvio: vários dos efeitos dessa “virada digital” são contraintuitivos. Lussault (2013), descrevendo as repercussões nas espacialidades sociais, admite que, se nossas sociedades são, nalguma medida, hipertextuais, a elas corresponde um fenômeno que é a *hiperespacialidade*.⁴ Ela reflete o papel inédito e crucial da conectividade: como se passa de um site a outro, depois outro, outro ainda (com uma sensação *ad libitum*) por hiperlinks, pode-se também ligar qualquer espaço a um outro, com os instrumentos de hiperligação comunicacional, o que faz do meio digital esse outro-espço comunicacional, um mediador da hiperespacialidade que nossa intuição tende a ver como um instrumento de ampliação da liberdade dos indivíduos e grupos. A hiperespacialidade que se constitui com a intensificação das múltiplas conexões entre pontos não corresponde exatamente ao livre

4. Se a copresença (contato físico) se define por duas realidades que se encontram fisicamente sem mediação, pressupondo proximidade topográfica, a copresença mediada, ou co-espacialidade, ou copresença topológica se realiza com mediação num dado espaço comandada a partir de outro. Isso é a hiperespacialidade, um desdobramento inevitável da transformação dos espaços em *meio técnico-científico informacional*, como desde meados dos anos 1980, de forma precursora, o geógrafo Milton Santos elaborava.

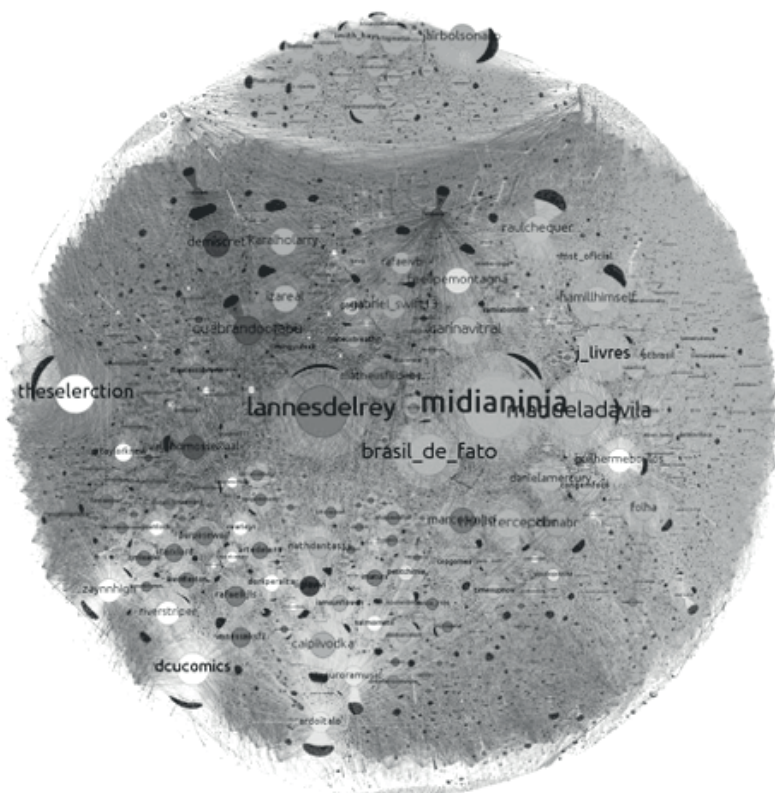
trânsito. Há aqui um balde de água fria na perspectiva prometeica da liberdade anunciada pela revolução digital e pela hiperespacialidade: elas são responsáveis por um aumento exponencial de barreiras, de limites, de muros, de bloqueios, todos muito eficientes e viabilizados pelas tecnologias digitais de controle e vigilância. Isso resulta em espaços mais recortados, marcados pelo princípio da separação e não pelo princípio do livre trânsito. Cada vez mais os espaços parecem ser uma agregação pouco coerente de frações, bolhas, zoneamentos, esferas, áreas funcionais, vizinhanças fortemente delimitadas.

Essa separação controlada e controladora exige a mobilidade avançada e a hiperespacialidade para fazer funcionarem as bolhas espaciais e oferecer aos seus habitantes serviços típicos do período. Aqui há um paradoxo entre a mobilidade e o isolamento (seu contrário), a conectividade e o afastamento relacional (seu contrário), tudo apoiado em redes digitais vistas como libertadoras. Não é curiosa uma época em que o cosmopolitismo aparente, de grande escala, vai de par com a generalização de ilhas residenciais homogêneas e identitárias? Não é surpreendente que cada vez mais os indivíduos móveis e conectados (como as mercadorias e os dados) devam, simplesmente para existir, ter a habilidade de atravessar espaços cada vez mais controlados por procedimentos constrangedores (registro de documentos, fotos, dados pessoais), apoiados e fortalecidos com a inserção das bolhas espaciais no mundo digital? Na verdade, não surpreende tanto, se levarmos em conta o fenômeno discursivo que atribui valor a essa hiperespacialidade.

Observemos o gráfico a seguir. Ele mostra interações no Twitter em torno da hashtag #EleNão, que configurou a versão digital de um movimento de mulheres contra o candidato à presidência da República afinal vitorioso no pleito de 2018. Esse movimento entrou para a história tanto por sua magnitude quanto pelo efeito indesejável que a ele se seguiu: após as grandes manifestações de rua no dia 29 de setembro, o candidato rechaçado pelo movimento ascendeu nas pesquisas. Mais tarde, saberíamos do trabalho havido no mensageiro WhatsApp⁵.

5. A jornalista Patrícia Campos Mello publicou reportagem investigativa em 18 de outubro de 2018 sobre o uso irregular do WhatsApp no processo eleitoral. Ela sofre graves ameaças desde então. A propósito, ela publica um livro intitulado *A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital* (São Paulo: Companhia das Letras, 2020).

Figura 1: Gráfico de fluxos no Twitter no dia 29/09/18. Nele se representa que 270.833 tuítes com a tag #EleNãoo geraram 1.011.568 RTs.



Fonte: @fabiomalini

Nessa altura, importa observar como essa figurativização, embora sugira a metáfora do globo terrestre, uma “mídiaesfera”, é um gráfico de intensidade de fluxos, que marca áreas bem delimitadas em torno de núcleos bem específicos, os chamados “influenciadores”. Como se verifica nos números da legenda, não há troca, mas volumes do mesmo, que contam precisamente por serem volumes: subir uma hashtag no Twitter serve para dizer que se

O Superior Tribunal Federal e o Superior Tribunal Eleitoral não chegaram a formular sanções efetivas.

falou muito sobre dado tema de uma dada posição. Não se trata de debate, são sobretudo repasses de mensagens (RTs). O que se verifica é que, enquanto a conectividade fomentada pelo meio digital se generaliza, os separatismos se insinuam, tal como no espaço geográfico (afinal houve uma hibridização, como a ideia de hiperespacialidade define), como já havíamos dito.

Cibercultura e cultura digital: uma técnica, duas formas de apropriação

Para enfrentar a questão sobre a confusão dos espíritos e a hiperespacialidade como condicionantes da circulação dos dizeres e também por ela condicionadas, partimos de um programa de pesquisa cujo fundamento é a relação entre *mídiun* (DEBRAY, 2000a) e *mundo ético* (MAINGUENEAU, 2008).⁶ Com vistas a estudar práticas que definem culturas, trata-se de entender que os objetos técnicos são materialidades inscricionais, isto é, materialidades nas quais os sentidos se inscrevem (são mídiun) dando sustentação a certos valores e crenças característicos dos modos de viver cultivados numa dada comunidade discursiva (mundos éticos).⁷ Trata-se, então, de entender que os dispositivos digitais são os objetos técnicos típicos do atual período, e que podemos investigá-los na sua dimensão produtora de cultura, conforme as práticas que os cultivam.

Vistos como mídiuns, os objetos técnicos – que se configuram como dispositivos, conforme propusemos acima –, nos termos de Régis Debray são mediadores, responsáveis pela *transmissão*, no sentido de efetivarem “uma vitória coletiva sobre o efêmero” (2000a, p. 17):

6. Para detalhamento dessa relação, ver SALGADO; DELEGE, 2018.

7. Noção que se constitui a partir do conceito de ethos discursivo, que registramos aqui numa passagem do verbete no *Dicionário de Análise do Discurso*: “O enunciador deve legitimar seu dizer: em seu discurso, ele se atribui uma posição institucional e marca sua relação com um saber. No entanto, ele não se manifesta somente como um papel e um estatuto, ele se deixa apreender também como uma voz e um corpo. O ethos se traduz também no tom, que se relaciona tanto ao escrito quanto ao falado, e que se apoia em uma dupla figura do enunciador, aquela de um caráter e de uma corporalidade. [...] A imagem discursiva de si é, assim, ancorada em *um arsenal de representações coletivas que determinam, parcialmente, a apresentação de si e sua eficácia em uma determinada cultura.*” (AMOSSY in: CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, p. 220-221, grifos nossos)

Tudo é mensagem, se quisermos – desde os estímulos naturais aos estímulos sociais, ou desde os sinais aos signos –, mas nem tudo faz herança. E esta nunca é efeito do acaso. Do mesmo modo, existem máquinas destinadas a comunicar, mas não a transmitir; além disso, no limite, poder-se-ia definir uma transmissão como uma telecomunicação no tempo, em que a máquina é uma interface necessária, mas não suficiente, e que a “rede” terá sempre duplo sentido [...] Se a vida se perpetua pelo instinto, a herança não se faz sem projeto, projeção que nada tem de biológico. A transmissão é encargo, missão, obrigação: cultura. (2000a, p. 18)

Como dispositivos, os objetos técnicos encarnam uma potência de transmissão na medida em que são *matéria organizada* – um livro, por exemplo, com suas páginas de papel dobradas, costuradas ou coladas, e a distribuição da massa de texto conforme a lógica de gêneros discursivos característicos de um dado campo – e também são *organização materializada* – os princípios e valores que regem os campos, que se definem inclusive por preferirem este ou aquele gênero ao textualizar seus discursos.

Esse entendimento permite vermos delinearem-se dois diferentes mundos éticos na dinâmica dos mídiuns digitais. A partir da unidade complexa que referimos por técnica algorítmica, há o que se pode chamar de *cibercultura*, uma forma de apropriação da técnica ligada sobretudo aos aspectos do *controle de fluxos*, e o que se pode chamar de *cultura digital*, uma forma de apropriação da técnica ligada sobretudo aos aspectos de *difusão dos fluxos*.

É bastante comum que esses termos sejam tomados como sinônimos, mas, segundo esta perspectiva, verifica-se que há duas culturas distinguíveis, embora não totalmente diferentes, pois co-ocorrem e delimitam-se nas apropriações da técnica algorítmica, nas tecnologias que desenvolvem, ou seja, nos mídiuns que cultivam e no seu modo de compor a hiperespacialidade.

Essa técnica se assenta em dois princípios: o princípio dos protocolos (padrões precisos sem os quais não se seleciona e codifica a informação a distribuir) e o princípio da difusão (definidor do fim último das redes: comunicar as informações, distribuí-las). As tecnologias a partir daí

desenvolvidas se desdobram em dois modos de apropriação conforme duas semânticas distintas: a que se define por enfatizar o desenvolvimento dos padrões de controle (mecanismos de seletividade, filtragem e rastreamento) e a que se define por enfatizar desenvolvimentos voltados à distribuição dos conteúdos (estratégias de propagabilidade, partilha e multiplicação) (JENKINGS, GREEN, FORD, 2014). A perspectiva que autoriza essa distinção é, portanto, discursivo-midiológica, pois leva em conta o modo como os enunciados se inscrevem nos mídiuns.⁸ Em síntese, é uma perspectiva que implica considerar as materialidades inscricionais e suas formas de circulação como partícipes da produção dos sentidos que se discursivizam.

Sem procurar cobrir a enorme produção sobre “o digital” (profusão que é também um dado do período), formulamos o seguinte argumento: dadas as noções de seletividade e de propagabilidade que, conjugadas, definem a técnica que preside a distribuição dos dizeres hoje, marcadamente no caso dos mídiuns digitais, entendemos que a cibercultura, herdeira da cibernética desenvolvida desde os anos 1950, decorre da sofisticação dos sistemas de controle⁹; já a cultura digital, nativamente digital, desenvolve-se a partir da cultura de partilha dos hackers¹⁰ dos anos 1980, das práticas remix, da explicitação dos códigos de programação, fomentando o compartilhamento. Em todo caso, sempre há filtros e sempre há fluxos, a diferença está nas ênfases cultivadas.

Assim, contra uma ideia corrente de que a internet estabelece uma espécie de “mundo online” apartado do “mundo offline”, valemo-nos de dados como o fato de *login* e *senha* serem necessários a quase toda navegação, para afirmar que não só há muitas fronteiras, barreiras e controles como também

8. No Brasil, traduzido como “midiológico” dada a consagração de “mídiun” e não “médium”, derivado de *mediação*, objeto de estudo da *mediologia*.

9. Configurada como o estudo dos sistemas reguladores, desenvolveu-se a partir da segunda metade do século XX e está no nascimento da arquitetura que hoje chamamos de internet, na sua confluência com a informática e outros campos teóricos e aplicados que deram luz ao sistema informacional e comunicacional hoje prevalente.

10. Um hacker é, na sua origem, um jovem estudante que entende de programação e se dedica a desenvolver as possibilidades de conexão – de conteúdos, pessoas e máquinas –, estabelecendo compatibilidades que viabilizam fluxos. Algo diferente do sentido que mais recentemente as mídias corporativas imprimiram ao termo, com um traço estigmatizante de “criminoso”.

se reiteram as desigualdades e exclusões já estabelecidas. Tal como se verifica nos espaços sociais não digitais, a conectividade convive com seu contrário, a separabilidade. Ela é segregacionista. Diz-se facilmente que “tudo está lá, a um clique”. Esse “clique”, que é o que importa aqui, é a moeda corrente dos negócios que predominam hoje na internet. Se examinamos o que está em jogo, vemos que disso decorre considerar que não há propriamente um “lá”, mas um efeito de paratopia, isto é, de um mundo paralelo ao qual se vai a partir de um suposto mundo real. Efeito muito útil para alimentar a crença de que se trata, nesse “lá”, de um “mundo sem fronteiras” porque livre das segregações espaciais, das linearidades temporais e das hierarquias características do mundo contemporâneo nos espaços concretos de vida. A metáfora da *nuvem* é um exemplo emblemático, faz crer que os dados vão para um lugar inefável, não ocupam espaço, não têm custo, etc. Ora, as quantidades massivas de dados produzidos pelas navegações são estocadas em imensos galpões, que contêm sofisticadas máquinas em trabalho ininterrupto, geridos por desenvolvedores altamente qualificados, totalmente dependentes de energia elétrica e do consumo de um sem número de materiais tangíveis, logo dos processos de extração, manufatura e descarte que implicam.

Dada essa perspectiva discursivo-midiológica, operamos com uma conhecida delimitação de Michel de Certeau, historiador que participou da gestão de políticas culturais na França pós-Maio de 1968. Em suas palavras, podemos entender cultura como “a proliferação de invenções em espaços circunscritos” (1986, p. 247), sendo que a política circunscreve os espaços nos quais um viver partilhado produz novidade ou renovações da tradição. Em breves linhas, podemos dizer, com isso, que nos filiamos à ideia de que a cultura se produz ininterruptamente, menos ou mais condicionadamente, conforme as coerções que circunscrevem espaços de convívio ou de contato, e os mídiuns participam dessa circunscrição. A consequência desse raciocínio é: a cibercultura circunscreve-se em espaços distintos dos que definem a cultura digital, circunscreve-se justamente nos espaços mais controlados, dedicados fortemente ao estabelecimento de fronteiras (como as licenças que são pagas para uso de aplicativos proprietários); já a cultura digital, circunscreve-se nas práticas de retomada livre e expansiva de conteúdos, de

compatibilizações (como os aplicativos de código aberto e as possibilidades das licenças Creative Commons).

Como dissemos, são semânticas distintas, modos distintos de apropriação das relações que se estabelecem entre os princípios de seletividade e de propagabilidade definidores da técnica algorítmica. Essa formulação que propomos desenha-se com certa clareza na própria história do Vale do Silício:

A Ideologia Californiana oferece uma maneira de se entender a realidade vivida por esses artesãos da alta tecnologia. Por um lado, estes trabalhadores essenciais são parte privilegiada da mão de obra. Por outro, são herdeiros das ideias radicais dos ativistas da mídia comunitária. A Ideologia Californiana, assim, simultaneamente reflete as disciplinas da economia de mercado e as liberdades do artesanato hippie. Esse híbrido bizarro só é possível através de uma crença quase universal no determinismo tecnológico. Já desde os anos 1960, os liberais – no sentido social da palavra – esperavam que as novas tecnologias da informação fossem realizar seus ideais. Respondendo ao desafio da Nova Esquerda, a Nova Direita ressuscitou uma forma antiga de liberalismo: o liberalismo econômico. Em lugar da liberdade coletiva visada pelos radicais hippies, eles defendiam a liberdade dos indivíduos no mercado. (BARBROOK; CAMERON, 1995, p. 18)

A bizarra conjunção de movimentos coletivistas e societários e movimentos individualistas característicos da Costa Oeste estadunidense nos anos 1970 e 80 se deu numa dupla leitura do valor então em voga – a autonomia –, e o cultivo de diferentes práticas que se pautavam pelo slogan “do it yourself” [faça você mesmo] criou o ambiente perfeito para se confundirem utopias e metas. Lembremos que uma utopia é um horizonte, uma perspectiva; uma meta é um objetivo alcançável; uma utopia estabelece uma direção de ação coletiva (de uma comunidade, uma sociedade, uma geração...), uma meta é uma formulação individual (de uma pessoa, de uma empresa, de um setor da economia...).

A história do Vale do Silício mostra que a perspectiva das trocas que pretendiam a autonomia como modos de constituição dos espaços de vida, permitindo configurações variadas de reprodução do viver, com distribuição

da riqueza produzida, conviveu com formulações renovadas do *self made man*, cuja autonomia supõe uma prosperidade baseada no desenvolvimento de inovações que suscitam novas formas de consumo e, assim, de acúmulo da riqueza por parte do empreendedor. Assim, de um lado, o “faça você mesmo” tem um traço semântico local e artesanal; de outro, assume uma sofisticada possibilidade de negócios de potência global.

No que concerne à atual arquitetura da rede mundial que se estabeleceu, mostra como a cibercultura é, hoje, hegemônica:

o sucesso da cultura de compartilhamento foi reconhecido pelo mercado que buscou operar a capitalização desse modelo. A audiência dos sites produtores de conteúdos foi superada pelas plataformas de interação em que os usuários produziam as matérias e os objetos. [...] Em 2009, as redes P2P representavam mais de 50% do tráfego da internet. Todavia, a indústria do copyright trocou a estratégia de criminalização do compartilhamento de arquivos digitais pela apropriação privada do trabalho colaborativo, pelo barateamento dos serviços e produtos digitais e pela negociação das informações de seus usuários nos mercados de dados pessoais. [...] Em 2016, o faturamento unicamente das quatro corporações proprietárias das maiores plataformas da internet atingiu US\$ 469,3 bilhões (Apple 215, 6 bi, Amazon 135,9 bi, Google 90, 2 bi e Facebook 27,6 bi). [...] Um grande mercado de dados e uma microeconomia da interceptação de informações pessoais se fortaleceu a partir da primeira década do século XXI. (SILVEIRA, 2018, p. 32-34)

Daí podermos falar em *modulação de comportamentos* (SILVEIRA, 2018), a partir da cooptação das formas de pertencimento produzidas pelos usuários que, fornecendo voluntariamente ou não seus dados, frequentemente desconhecendo como funcionam as plataformas que usam, são hoje mais produtos que clientes, alijados dos processos criativos que movimentos como o do software livre ou da ciência aberta ensejavam nos anos 1980 e 90. Pode-se dizer, então, que a cultura digital se define hoje em práticas de resistência a essa cooptação.

O WhatsApp: mídiu que cultiva a fratura social

Retomemos os elementos de base da perspectiva apresentada para examinar um problema específico. Os discursos são práticas sempre ligadas a outras práticas, com as quais têm empatia semântica. Assim, discursos definem-se como um encontro da língua com uma instituição, esta balizando os sentidos que, linguisticamente produzidos, lhe dão sustentação. Logo, definem-se historicamente, são socialmente engendrados, cultural e espacialmente circunscritos. A dimensão midiológica com a qual especificamos esse entendimento do funcionamento discursivo concerne justamente à materialidade tangível aí implicada:

A “coisa a ser comunicada” não existe antes e independente daquele que a comunica e daquele a quem é comunicada. Emissor e receptor são modificados, interiormente, pela mensagem que trocam entre si; além disso, a própria mensagem é modificada pelo fato de circular do modo como circula. (DEBRAY, 2000a, p. 62)

É um raciocínio baseado nas mediações, portanto do discurso como mediador porque implicado (e moldado ou modulado) no objeto técnico em que se inscreve. Afinal, os discursos se atualizam em textos, e os textos estão gravados ou cravados em dados suportes, que, por sua vez, são mais ou menos afeitos a dadas formas de circulação. Essa implicação nos leva ao seguinte:

Por um lado, privilegiando a dimensão diacrônica, perguntar-nos-emos por quais redes de transmissão e formas de organização se constituiu esta ou aquela herança cultural. De que maneira foram instituídos os “pensamentos fundadores”? Qual meio físico e mental tiveram de atravessar, de que maneira negociaram com ele, que tipo de compromisso tiveram de aceitar? E a questão dirigir-se-á tanto à grande religião histórica quando à ideologia secular, tanto à esfera de influência quanto às capelinhas. Por outro lado, privilegiando o corte sincrônico, perguntar-nos-emos de que maneira a aparição de uma aparelhagem modifica uma instituição, uma teoria estabelecida ou uma prática já codificada. De que maneira um novo objeto técnico

leva um campo tradicional a modificar-se? Por exemplo, qual efeito as gerações sucessivas de imagens gravadas (a fotografia, o cinema, o sistema digital) tiveram sobre a administração da prova nas ciências? (DEBRAY, 2000a, p. 139)

Com base nisso, pode-se dizer, enfim, que um objeto técnico, na sua condição de dispositivo, se define na articulação de um *vetor de sensibilidade* com uma *matriz de sociabilidade*.

As matrizes de sociabilidade, institucionalidades fiadoras de discursos, podem ser a universidade, o sistema hospitalar ou mesmo um dado hospital, por exemplo, mas também um governo, a misoginia, o fascismo, as esquerdas... para citar uma diversidade de institucionalidades discursivamente estabelecidas, com seus mundos éticos bem definidos. Elas são *organização materializada* (OM), instituem os modos como uma sociedade disciplina práticas e cultiva valores produzindo dados sistemas de objetos técnicos.

Os vetores de sensibilidade que apontam para as matrizes de sociabilidade são justamente os objetos técnicos, dispositivos inscricionais que afetam os sentidos dos textos, eventualmente até mesmo do que é um texto. São *matéria organizada* (MO), isto é, resultam de lógicas de uso (institucionalizadas) e impõem lógicas de uso (institucionalizando), que nem sempre são coincidentes, e que convivem também com resistências e imprevistos. A metodologia consiste em descrever a conjugação de OM/MO.

Uma embalagem de suco, por exemplo, com os vários discursos de que é portadora (representações, explicações, traçabilidade das origens e dos percursos e justificações obrigatórias), remete a uma corporação alimentícia ou a uma produção orgânica local, em cada caso evoca toda uma rede de produção, uma rede de lugares de distribuição e consumo que não é só do suco, mas de tudo o que sua formulação nutricional e toda a estética em que se oferece fazem vibrar como formas de estar no mundo, circunscrevendo um lugar que participa de uma rede intrincada de valores: materializa discursos que assim vivifica, estabelecendo seu mundo ético. Isso vale também para um periódico científico, para um livro de poemas, para um site de governo, para um perfil numa rede social. São todos força material de “transmissão”:

Sem essa OM – bolsão de neguentropia, enclave da ordem trabalhado com meios técnicos e grande esforço na desordem circundante, micromeio constituído com grande dificuldade, forma quase substancial extraída de um meio ambiente mais ou menos amorfo –, a pura e simples translação de MO, através do espaço e do tempo, avançaria para a entropia máxima (interferências, perdas na linha, fossilização, repetição, extinção). Fazer uma cadeia de sentido obriga, para impedi-la de se desfazer, a refazê-la incessantemente com a ajuda de elos vivos. Em suma, se não há transmissão cultural sem técnica, também não há transmissão puramente técnica. (DEBRAY, 2000a, p. 25)

Visto dessa perspectiva, o uso do WhatsApp durante o processo eleitoral no Brasil em 2018 é bastante explicativo do propalado “ódio” que alterou sociabilidades, de que falávamos na introdução. Entendamos esse aplicativo como um mídiu de hiperportabilidade: compatível com diferentes sistemas operacionais, pode ser usado em computadores, tablets e smartphones. Assim, participa de diferentes práticas de conexão, que definem modos de apropriação. Instalado nos computadores, permite longos textos digitados em teclado, por exemplo, e que se acessem os bancos de dados a que o computador está conectado; nos smartphones, viaja colado aos corpos que, em movimento, captam o mundo à volta, editam-no e postam (o que não é a mesma coisa que partilhar, diga-se) “em tempo real”.

Considerando que, segundo dados consolidados na PNAD 2018¹¹, são 138 milhões de brasileiros portadores de smartphones para uso pessoal, e que, como vimos, esses objetos são produtores da hiperespacialidade, importa compreender ainda que se trata de um fenômeno massivo de distribuição de mensagens instantâneas individualizadas – e individualizadas não no enunciado propriamente, mas no seu modo de inscrição material e distribuição: o smartphone é um dispositivo pessoal e praticamente intransferível (a contratação de uma operadora implica um CPF, por exemplo). Isso tem como efeito de sentido uma suposta privacidade individual que sensibiliza seus usuários para práticas de intimidade (os nudes e os conluios

11. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua investiga, anualmente, temas estruturais relevantes para a compreensão da realidade brasileira. Nesta, o IBGE apresenta indicadores sobre Tecnologia da Comunicação e da Informação. (Disponível em <https://www.ibge.gov.br>, último acesso: 28 abr. 2019).

talvez sejam os exemplos mais emblemáticos). Um dado relevante é o fato de as pesquisas sobre mensagens nesse aplicativo serem difíceis justamente porque a fronteira aí é da ordem do indivíduo, tem uma circunscrição fortemente privativa. Como coletar dados consistentes de mensagens instantâneas, massivamente distribuídas, mas que chegam a cada um em seus dispositivos pessoais? O vetor de sensibilidade, a semântica que aí se vivifica, é da ordem do íntimo. Nesse aplicativo, propaga-se o que é recebido e repassado entre próximos. Eis a intimidade ubíqua. Grupos de amigos, de colegas de trabalho, de familiares são fronteiras intransponíveis para a pesquisa, na medida em que os dados não são públicos. Diferentemente do que acontece nas chamadas redes sociais, no WhatsApp há grupos pessoais. É uma difusão muito rápida e ampla, de alta propagabilidade, mas sua característica fundamental é ser filtrada, fechada, indiscutível – é cibercultura.¹²

A dêixis discursiva das mensagens distribuídas nesse mídiu aponta para matrizes de sociabilidade de valor pessoal¹³. Independentemente das vozes que enunciam na mensagem verbal recebida, o fiador é o indivíduo que a encaminhou – um primo, um mentor intelectual ou espiritual, alguém que com eles tem contato supostamente direto –, independentemente de onde e quando as mensagens foram enunciadas, portanto descontextualizadas, o que produz uma fratura na ordem de significação, seus conteúdos pulsam num aqui-agora do recebimento da mensagem, e eles têm, então, seus sentidos balizados pela circunscrição de um falso contexto intimamente construído, o que destrói qualquer possibilidade de debate público digno do nome.

Uma demonstração clara desse fenômeno discursivo é a explosão de discussões sobre *fake news*, algo que sempre existiu, mas que, nesse mídiu, encontra uma propagação muito maior e reverberações novas, que complexificam o que se designa por “fake”: às vezes são notícias falsas, às vezes o que está falseado é sua dêixis, há novos efeitos de sentido na atualização de conteúdos que radicavam em outras conjunturas (em outros contextos), cujas referências se perderam (ou foram editadas).

12. É de notar que diante dos escândalos eleitorais, a empresa restringiu a propagabilidade (embora continue havendo disparos massivos).

13. A dêixis discursiva ancora o enunciado na cena da enunciação: categorias de pessoa, espaço e tempo definem quem fala a quem, quando e onde, considerando um contexto imediato (a situação de comunicação) e que todo contexto radica numa conjuntura histórica.

Importa, ainda, sublinhar que se trata de um aplicativo que participa intensamente da produção da hiperespacialidade. Outros aplicativos (instrucionais de todo tipo, serviços de hotelaria e estadia, de transporte, mapas de orientação, etc.) permitem ou mesmo obrigam seu uso para confirmações ou para continuidade da prestação de serviços.¹⁴

Desse modo, o mundo ético para o qual o mídiu WhatsApp sensibiliza é o da conexão com pares que supostamente cultivam os mesmos valores e crenças, riem da mesma piada, comovem-se com a mesma tragédia, torcem para o mesmo time, oferecem e usam certos serviços. Isso tudo se mistura nesse mensageiro. Usando toda sorte de simplificações gráficas, emojis e ícones lúdicos como snickers, gifs e figurinhas, inclusive de produção própria, nesse mídiu, abordam-se, de modo sintético e sem maiores reflexões, quaisquer temas “do momento”. Não há restrição temática. A restrição fortíssima é a circunscrição do mundo ético que define os interlocutores – e as fianças garantidoras das mensagens. O efeito de coesão, dado por essa conexão a grupos e pessoas do viver cotidiano, se impõe sobre os conteúdos publicamente partilhados, como nas redes Facebook e Twitter, por exemplo, que são partilhados em bolhas, como vimos no gráfico acima, também em espaços circunscritos por algoritmos opacos, mas que, em alguma medida, podem ser acessados por não-membros dos grupos. Fisgar a hashtag do outro é uma estratégia para “furar a bolha” e aceder aos fluxos dos conteúdos das comunidades a que não se pertence¹⁵. No caso do WhatsApp, só infiltrados – e esse foi o termo usado durante as eleições de 2018 – têm acesso ao que se diz na bolha do outro, à comunidade do outro. Nesses espaços de fronteiras bem estritas, não há disputa pela descrição do real, ele é um dado inabalável. E pode ser produzido ou alterado instantaneamente, como sugere o cartunista André Dahmer na tirinha a seguir, a propósito do que se passava no período eleitoral:

14. O caso de aplicativos como Airbnb é exemplar, pois sem o complemento do WhatsApp, boa parte da condução do contrato se inviabiliza.

15. Alertamos que *comunidades* aqui são comunidades discursivas, que não coincide com comunidade no sentido sociológico. Diferentemente das comunidades sociológicas, as discursivas se definem como espaços heterogêneos e não monolíticos, onde há, portanto, mais possibilidades de embate.

Figura 2: Tirinha publicada por André Dahmer em 11/10/18.



Fonte: @malvados

Eis um modo eficaz de distribuir massivamente um real sem que seja publicamente disputado. Trata-se de compartilhamento, mas de sentidos rigorosamente controlados num espaço onde não há contraditório. É a cibercultura na sua expressão mais cerrada. Em geral, nem sequer se sabe como funciona esse mensageiro; ele é usado sem que se leve em conta, por exemplo, que se trata de um produto de uma empresa, cujo algorítmico regedor atende, por definição, à vocação que determina os fins do próprio negócio. Há um modelo de negócios regendo a dinâmica desses envios e reenvios, sem que sejam plenamente conhecidos seus códigos de funcionamento. Assim se dá com a maior parte dos aplicativos usados na produção da atual hiperespacialidade, que atende a modelos de negócios cujas lógicas – algorítmicas, mas não só – são privadas. Mais além, privativas. Seleccionam minuciosamente para distribuir eficazmente.

Certamente essa minúcia e essa eficácia estão conformes às matrizes de sociabilidade que um dado modelo de negócios pretende vivificar. Assim, durante as eleições de 2018 no Brasil, os pacotes de disparos utilizados se valeram de um mundo ético já instaurado e potencializado pelas características desse mídiun. A discussão sobre a legalidade desses disparos contratados está em curso. Sobre sua legitimidade também, mas essa tem muito mais complexidade. Será legítimo um meio de propagação de informações cujos sentidos já estão controlados de antemão? Pois não há meios de relacioná-las com contextos públicos, com contextos de discussão. Neste capítulo, queríamos mostrar como as práticas já estabelecidas, ligadas a mundos éticos delimitados pelos mídiuns que os circunscrevem nas suas formas

de circulação, possibilitaram os usos que foram feitos durante o processo eleitoral em tela.

Nos termos de Han (2017), trata-se de entender que cada dispositivo pessoal (especialmente quando acionados os mensageiros) não é propriamente um ponto nodal numa rede, mas, todos ao mesmo tempo – e não juntos! – são “ilhas narcisistas de egos” que se veem confirmados no que recebem. Se não for assim, sai-se do grupo ou bloqueia-se o interlocutor. Não é um dispositivo de troca, mas de confirmações do que já define o efeito de coesão dado pelas matrizes de sociabilidade das quais se quer participar, para as quais já se está previamente sensibilizado.

Um mensageiro instantâneo privado e privativo é, assim, um ponto máximo da cibercultura e é, por isso, um eficaz criador e mantenedor de fraturas sociais, que se autorizam mais contundentemente com base na crença de que é legítimo aquilo que circula massivamente entre um “nós” constituído por entes simultâneos, igualados pela instantaneidade que convoca a uma pronta aceitação do “monstro” ou da “fada”, ou da substituição imediata de um pelo outro, afiançada pelo que se supõe ser a origem do envio e não propriamente pela voz do enunciado. Aquilo que é um elemento dêitico crucial para o interpretante, nesse mídiun, se desloca do enunciado para sua circunscrição hiperespacial.

Isso explica o que gerou perplexidade durante o referido período eleitoral, acerca do que certas pessoas eram capazes de aceitar como mensagem, sobre como parecia incrível que se aderisse a certos recortes e alegações. Sendo estritamente individual e pessoal, o material recebido e partilhado no WhatsApp nunca é posto *sub judice*, não é passível de contestação, pois as mensagens são apenas intimamente avaliadas, e isso tem mais a ver, nesse mídiun, com *como* as mensagens se distribuem e não propriamente *com* as mensagens que se distribuem. É um mídiun determinante de um fechamento rigoroso. Quem consegue gerir esse fechamento com disparos massivos alcança a mais íntima convicção de milhões, sem que sejam confrontados publicamente nesses espaços, sem que sejam incomodados em suas crenças ou chamados a disputar a descrição do real. Não há qualquer possibilidade de participação na construção de um comum, cultiva-se apenas a distinção. Não há construção pública dos juízos.

Considerações finais

Gostaríamos de encerrar estas reflexões com um dado do discurso humorístico, que sói se pôr como resistência ao que se impõe tiranicamente nesse mundo de controles sistemáticos em ascensão, no qual se viola a dimensão comunicativa do mundo da vida¹⁶, que não pode se impor na cena pública contemporânea:

Figura 3: Charge publicada por Ricardo Coimbra em 18/11/18.



Fonte: <http://vidaeobrademimmesmo.blogspot.com>

Esta charge de Ricardo Coimbra sublinha uma das estratégias discursivas com que se argumentou, durante o período eleitoral de 2018, em favor do reconhecimento de diferenças, distinções, disjunções.

“Proclamação gourmet” é, ao mesmo tempo, uma menção à Proclamação da República em 1889 (o paramento militar evoca a memória do Marechal Deodoro da Fonseca, “herói brasileiro”) e a proclamação dos que a reescrevem ao “proclamar” certos conteúdos revisionistas, (re)predicando fatos históricos. E é também “gourmet”, predicado que ironiza uma prática discursiva característica da atual fratura social, que consiste em transformar

16. Reelaboração de J. Habermas, a partir de elaboração célebre de E. Husserl, que se refere à dimensão pragmática da vida humana na qual predominam as relações intersubjetivas, fonte de uma razão comunicativa que está desenvolvida no Capítulo 2.

algo simples ou mesmo rústico – de fato, comum – em sofisticação de valor distintivo: o processo chamado de *gourmetização*.

Neste caso, ainda há a substituição de *República*, regime político dominante nas organizações societais, onde se faz a gestão coletiva das diferenças por meio do reconhecimento¹⁷, pelo “co-living”, o estado de estar vivendo no mesmo espaço sem formar sociedade. Não é um espaço de convivência e sim de co-vivência. Num mundo regido pela lógica da técnica algorítmica e cada vez mais pelo predomínio da cibercultura, os espaços que se circunscrevem podem nunca soar como de copresença e, portanto, jamais delinearão mundos éticos efetivamente partilháveis. Os mídiuns da cultura digital é que permitem – e mesmo estimulam – a disposição para a construção permanente de espaços de troca. Mas o atual estágio da política parece não favorecer esta forma de apropriação do atual estado da técnica.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. O que é dispositivo? Trad. Nilceia Valdati. In: *Outra Travessia*, Florianópolis, n. 5, pp. 9-16, 2005.
- AMOSSY, Ruth. Ethos. Trad. Sandoval Nonato Gomes-Santos. In: CHARAUDEAU, Patrick.; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- BARBROOK, Richard.; CAMERON, Andy. *A Ideologia Californiana* – uma crítica ao livre mercado nascido no Vale do Silício. Trad. Marcelo Träsel. Curitiba, Porto Alegre: Monstro dos Mares, BaixaCultura, 2018.
- DE CERTEAU, Michel. *A cultura no plural*. Trad. Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papirus, 1986. Col. Travessia do século.
- DEBRAY, Régis. *Transmitir* – o segredo e a força das ideias. Trad. Guilherme de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2000a.
- DEBRAY, Régis. *Introduction à la médiologie*. Paris: Presses Universitaires de France, 2000b.
- HAN, Byung-chul. *No enxame: perspectiva do digital*. Trad. Lucas Machado. Petrópolis: Vozes, 2018.

17. No Capítulo 2 se argumenta sobre a importância do reconhecimento na formação da sociedade.

JENKINS, Henry.; GREEN, Joshua; FORD, Sam. *Cultura da conexão*. Trad. Patricia Arnaud. São Paulo: Aleph, 2014.

LUSSAULT, Michel. *L'Avènement du monde*. Paris: Seuil, 2013.

MAINGUENEAU, Dominique. "A propósito do ethos discursivo". Trad. Luciana Salgado. In: Motta; Salgado (orgs.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Hermínio. *Experimentum Humanun* – civilização tecnológica e condição humana. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SALGADO, Luciana Salazar.; DELEGE, Marina. Mídium e mundo ético: uma cenografia paulistana para a ciência brasileira. In: *Letras hoje*, v. 53, n. 3, p. 374-385, jul-set, 2018.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. A noção de modulação e os sistemas algorítmicos. In: SOUZA, Joyce; AVELINO, Rodolfo; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. (org.) *Sociedade do controle: manipulação e modulação nas redes digitais*. São Paulo: Hedra, p. 31-46, 2018.

CAPÍTULO 2

*O mal-estar na comunicação: a fratura do espaço público operada pelo sistema midiático brasileiro*¹

Em 2012, o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP) comemorava seus cinquenta anos de fundação, oportunidade na qual foi lançado o projeto *Como Pensar o Brasil hoje*, e naquela ocasião o tema “sistema midiático” foi definido como central, embora sua presença saliente e controversa já naquele ano não tivesse nem de longe atingido o paroxismo que marcará seu funcionamento a partir de 2014. Considerando as discussões havidas desde então, e que desse ano em diante consolidaram, para muitos, a posição de que não há mais como interpretar a situação política e social do país sem levar em conta o protagonismo do sistema midiático, entendemos que aí se revela uma contradição muito esclarecedora: da mediação ao ativismo, percebe-se um deslizamento perturbador nas funções desse sistema.

Para examinar, de uma perspectiva discursiva, o regime de funcionamento que define esse sistema, assumimos aqui a abordagem mediológica, isto é, o entendimento de que esse sistema de distribuição dos discursos é composto por *matrizes de sociabilidade* (corporações de notícia, agências, blogosfera, jornalismo livre, etc.) que encarnam *vetores de sensibilidade* (gêneros do discurso inscritos em materialidades diversas, impressas, eletrônicas e digitais)². Nos termos de Régis Debray (2000a, 2000b), trata-se de operar

1. Uma versão preliminar deste texto foi publicada em SALGADO, L.S.; OLIVA, J.T. O mal-estar na comunicação: a violação da opinião pública pelo sistema midiático brasileiro. In: *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 57, n. 2, pp. 894-921, Campinas, 2018.

2. No Brasil, diversas traduções consagraram o termo “midiologia”, mas é preciso frisar que a *mediologia* (*médiologie*, em francês) estuda as mediações e não as mídias propriamente, mas estas também se configuram como *mídium* (*médium*, em francês) importantes na

com as relações entre matéria organizada (MO), isto é, os objetos técnicos em que se inscrevem os textos ou, mais precisamente, em que se atualizam os discursos, e a organização materializada (OM), isto é, os modos de fazer circular e de, nessa circulação, distribuir textos, discursos e, portanto, poderes instituídos. Assim, podemos entender doravante que o termo *sistema midiático* refere um conjunto de *mídiuns* (MO/OM) em seus componentes tecnológicos e institucionais, constitutivos da circulação de informações no seu modo de compor a comunicação social. E aqui cabe um esclarecimento: as informações factuais e opinativas são entendidas como objetos discursivos definidos no âmbito (principalmente) do jornalismo, com sua deontologia (Cf. BETRAND, 1999), enquanto a comunicação social abrange outros produtos culturais ligados às artes e às várias formas de entretenimento, e que tal caracterização merece ressalvas diante dos limites borrados que não nos permitem distinguir com clareza onde termina o jornalismo e começa o entretenimento, por exemplo (Cf. JENKINS; GREEN; FORD, 2014). Assim, esse sistema complexo opera fundamentalmente com mensagens verbais e não verbais, frequentemente multimodais, e seus setores são o mercado editorial, a imprensa escrita, a radiodifusão e a televisão, sendo a internet uma arquitetura técnica que inclui e alimenta, hoje, tudo isso. O cinema também se vincula a esse sistema com peculiaridades que não serão abordadas nesta ocasião. Importa dizer, ainda, que, em termos de atividades econômicas, não será exagero afirmar que esse sistema é um dos mais abrangentes e poderosos segmentos econômicos atuais.

Diante dessa abrangência e desse poderio econômico nas sociedades contemporâneas, o sistema midiático é percebido como uma realidade autônoma, cuja função social foi definida e construída pela lógica e a dinâmica interna do próprio sistema. Neste capítulo, vamos nos concentrar na relação do sistema midiático com a política investigando como, nesse caso, a percepção de forte autonomia do sistema midiático é notada. A questão é: a *mídia*³ é costumeiramente vista como uma exterioridade, que exerce uma

organização dos processos de transmissão de valores e crenças – objeto fundamental dessa perspectiva teórica. Esse tópico foi desenvolvido no Capítulo 1.

3. Devemos sublinhar que, quando se trata dessa relação, o sistema midiático é reduzido à noção de *mídia*, que se vincularia mais ao jornalismo praticado no sistema. O que não deixa de ser uma ingenuidade, pois outros “produtos midiáticos” também operam na

influência, poderosa certamente, sobre o sistema político. Segundo essa visada, os diversos atores do sistema político, diante da força dessa influência, por vezes a instrumentalizariam (fala-se, então, em *partidarização da mídia*) e, em outras situações, gostariam de atenuar esse poder negativo externo (e, então, se pode falar em *regulação, democratização da mídia*, etc.).⁴

Uma consequência imediata dessa condição de exterioridade atribuída à mídia em relação à vida política se revela na maior parte das análises políticas profissionais, aquelas feitas pelos próprios jornalistas e por acadêmicos das ciências sociais – estes frequentemente convocados pela mídia, quando, afinal, suas análises se distribuem mais efetivamente. De fato, os jornalistas, eles próprios vetores de sensibilidade do sistema midiático, fazem questão de se situar fora da vida política, não falam do seu próprio papel e nem atribuem importância ao seu peso político. Eles seriam mediadores e não ativistas⁵. Por sua vez, os acadêmicos e as lideranças políticas estão evidentemente repensando o papel do sistema midiático, mas há indicativos de que o protagonismo desse sistema na vida política ainda não tem correspondência à altura nas análises políticas das ciências sociais e nem junto aos partidos que são, muito especialmente, alvos do sistema midiático.

política, direta ou indiretamente. Tereza Caldeira escreveu um artigo em 1991, já clássico, em que destaca o papel determinante de parte da mídia como importante veiculadora de um discurso anti “direitos humanos de bandidos”. Coisas como “defender essas pessoas é defender bandidos, é defender o crime”, “direitos humanos para humanos direitos”, “não se deve gastar dinheiro público com bandidos”, “direitos humanos a bandidos gera impunidade”, etc., associam-se a clamores por castigos e torturas e até pela pena de morte e também a exageros nas narrativas (impressão do perigo constante, sensação de medo e insegurança, o “bem-bom” dos prisioneiros nas cadeias), são criações do sistema midiático brasileiro veiculadas em programas de entretenimento, de teledramaturgia e de “serviços”. (Ver “Direitos Humanos ou ‘privilégios de bandidos’? Desventuras da democratização brasileira. São Paulo: Novos Estudos Cebrap, julho de 1991, número 30, p. 1-13).

4. Ver, entre outros, o banco de dados constituído pelo observatório Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - FNDC, disponível em <http://fndc.org.br/>. Acesso em: 28 set. 2020.

5. Na conjuntura brasileira atual, é muito provável que nos bastidores essa “humildade” não resista, visto que já não anda resistindo em público. Não faltam exemplos de irrupções incontroláveis de vaidade com o poder adquirido no quadro político contemporâneo. São comuns comemorações públicas de grupos de jornalistas que se enxergam como vitoriosos diante das consequências de suas práticas como jornalistas. A esse respeito, há muito material em todas as redes digitais. Um registro resumitivo pode ser encontrado no post intitulado “Jornalistas da grande mídia comemoram nas redes aprofundamento do regime de exceção”, disponível em <https://www.ocafezinho.com/2018/01/25/>. Acesso em: 28 set. 2020.

Essa é a opinião de João Feres Jr., mentor e animador do portal Manchetômetro⁶, cientista político particularmente atento à evolução dessas discussões no âmbito das pesquisas acadêmicas.

Adiantamos que não estamos de acordo sobre a condição do sistema midiático como algo que tem exterioridade em relação à vida política formal, ao contrário, argumentaremos sobre o seu pertencimento, aliás legítimo, ao sistema político, embora com um escopo bastante definido, algo que não pode ser violado. Aqui, proporemos uma reflexão sobre as condicionantes que constituem os imaginários relativos à mídia, as práticas que lhe dão sustentação, o que seriam suas funções efetivas e, finalmente, sobre o deslizamento que se estabelece nas atuais condições de produção. Nessa perspectiva, *imaginários* são, bem entendido, conjuntos semânticos compostos pela articulação de imagens (materializadas ou evocadas) numa dada conjuntura social, portanto histórica, formalizada em certos mídiuns e distribuída conforme as forças políticas oficiais e oficiosas que presidem uma dada conjuntura.

O sistema midiático no complexo sociopolítico

A atribuição do sistema midiático como externalidade em relação às lides políticas está naturalizada (Cf. RINGOOT, 2014). Em nosso país essa posição parece dominar: influencia, mas não pertence; pode estar politizado nesse momento, mas isso é uma anomalia, é abusivo. Essa é a posição dos jornalistas críticos e dissidentes, quando não marginalizados involuntariamente do sistema. De um modo geral, a crítica de esquerda também tende a desincorporar o sistema midiático da política corrente, tratando-o como externalidade, cuja função é produzir ideologia pró-capitalista mais ampla do que intervir nas questões políticas diretamente.

6. “O Manchetômetro é um site de acompanhamento da cobertura da grande mídia sobre temas de economia e política produzido pelo Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP). O LEMEP tem registro no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e é sediado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O Manchetômetro não tem filiação com partidos ou grupos econômicos.” Disponível em: <http://www.manchetometro.com.br/index.php/quem-somos-2/>. Acesso em: 28 set. 2020.

Ele seria, então, produto do capitalismo e existiria justamente para isso, e como tal visão é pacífica, o que mais importa é entender a política no capitalismo, a democracia burguesa e não seus “meros instrumentos”, o que está a serviço dela. Uma ilustração forte desse posicionamento é a célebre afirmação de Gramsci, repetida *ad nauseum*:

Os jornais são aparelhos ideológicos cuja função é transformar uma verdade de classe num senso comum, assimilado pelas demais classes como verdade coletiva – isto é, exerce o papel cultural de propagador de ideologia. Ela embute uma ética, mas também a ética não é inocente: ela é uma ética de classe.⁷

Por fim, constata-se, ainda, que o sistema midiático é visto desse modo também por intelectuais de projeção pública notável⁸. Assim, o sistema midiático parece insuscetível às funções e práticas democráticas, às influências das dinâmicas políticas, pois ele se materializa formalmente em uma arquitetura programada e cristalizada, vinculada a uma missão ideológica incontornável.

Esse lugar do sistema midiático fora do sistema político *tout court* tem um contraponto histórico e oposto na ideologia liberal que nasce da revolução norte-americana de 1776.⁹ Thomas Jefferson (assim como Thomas Paine) concebe a formação de um consenso político, logo da vontade política, em

7. Essa passagem é tão retomada, já destacada do texto original, que a citamos aqui em sua circulação atual, não necessariamente fidedigna – o que em si é um dado. Em todo caso, importa o fato de que é muito esgrimida e vem com a chancela de Gramsci. Basta acionar qualquer buscador na internet para ver que essa citação se multiplica em centenas de artigos. Ver, por exemplo, no Observatório da Imprensa, onde reaparece com alguma frequência, no artigo de Jota Alcides, de 2015, disponível em <http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitos/revolucao-gramsciana/>, último acesso 28 set. 2020.

8. Emblemático é o caso do jurista Fábio Konder Comparato que, com certo tédio, tem afirmado em sucessivas aparições públicas que o papel da mídia é difundir o poder ideológico do capitalismo; que os meios de comunicação são controlados pelos interesses capitalistas, etc. Para um registro recente de suas formulações, ver entrevista concedida ao jornalista Paulo Henrique Amorim, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ERKusMyowLo> Acesso em: 28 set. 2020.

9. Na verdade conhecida não só nos compêndios de história como Revolução Americana, mas também na mitologia desse país. A exclusividade do termo *americano* (e por decorrência *América*) para seu uso próprio, hoje muito contestada, teve um reforço fundamental nessa Revolução de Independência do país.

meio à discussão pública propiciada pela comunicação social. Jefferson não crê em virtudes emancipadoras de uma máquina legislativa, instaurando leis. Tem menos confiança no Estado do que na sociedade ela mesma, para realizar a emancipação dos cidadãos. Diante de uma sociedade provida de Estado, mas desprovida de jornais, ele sem dúvida preferiria uma sociedade sem Estado com uma imprensa livre (FERRY, 2005). Evidentemente, a opinião pública formada na relação com a imprensa livre (contemporaneamente, seu desdobramento é o sistema midiático) tem um grande peso. Desse modo, vê-se que a imprensa está no centro da vida política e totalmente vinculada à formação da vontade política, e não se trata de uma externalidade que se relaciona com essa formação quase como uma intrusa. Reiterando: a imprensa livre seria um elemento constituinte do espaço público de discussão.

Isso dito, temos em vista a atual conjuntura de um motor único (um funcionamento econômico global) materializado em uma unicidade técnica (basicamente, a internet) que suscita uma experiência de ubiquidade sem precedentes, tecida pelo que Milton Santos (2000) chama de *cognoscibilidade planetária* (todo espaço pode ser conhecido) e de *convergência dos momentos* (todo os eventos podem ser alcançados), condicionantes produzidas fundamentalmente pela ampla circulação de informação selecionada.

Nessa conjuntura, nos parece evidente que a visão liberal clássica acerta ao perceber que, nas sociedades de massas que se inauguravam, o complexo sociopolítico que estruturará o sistema democrático incluirá em suas entranhas os mecanismos técnicos e normativos de formação do que passará a ser referido por *opinião pública* – de fato, um produto do sistema midiático. Porém, muitas análises ainda mantêm à margem essa dimensão do problema comunicacional. Obras recentes de grande circulação sobre a crise brasileira (política/social) que se inaugura em 2013/2014, exemplificam de certo modo isso¹⁰. Os acontecimentos políticos acabam sempre sendo entendidos como produtos das ações de pessoas e de grupos ou de alguma

10. Ver, entre outras, *A democracia impedida*, do cientista político Wanderley Guilherme dos Santos (Editora FGV, 2017), e *Os descaminhos da esquerda*, do filósofo Ruy Fausto (Companhia das Letras, 2017). A despeito das interpretações relevantes feitas ainda no calor dos desdobramentos da crise política brasileira que não arrefece, o sistema midiático tem aí papel coadjuvante. Eles o criticam, não há dúvida, mas ainda assim seu lugar nas interpretações é secundário. Diferentemente do que se registra no recente título *A Radiografia*

força econômica, sociológica ou política, e o sistema midiático, que deveria ser visto como uma força econômica de grande porte, é tido como um serviçal de forças econômicas, como subalterno a elas. O que se propala frequentemente são entendimentos como, por exemplo, o de que as Organizações Globo estariam a serviço dessas outras forças econômicas, inclusive internacionais.

O ponto, contudo, é que os fluxos de informação que configuram a comunicação social hoje, caracterizando um espaço comunicativo, são fenômenos sociais e políticos de suma importância e constitutivos dos contextos formadores. E, como contextos, não só não são externos à vida política, como são sua condição. Uma questão essencial passa por se caracterizar ou não o espaço comunicativo, o contexto formador, em reais espaços públicos de discussão, mas isso é uma outra dimensão do problema.

Em todo caso, a despeito de o liberalismo clássico acertar ao incluir o sistema midiático no cerne da vida política, suas disposições ideológicas atualizadas não nos oferecem instrumentos para avaliar criticamente essa posição. De outro lado, rotular o sistema midiático como um inevitável produtor de ideologia pró-capitalista fora da política também parece insuficiente. Nos parece que nas sociedades contemporâneas, com sua escala e complexidade, não faz mais sentido pensar o sistema midiático nas chaves da visão instrumental de que esse sistema está a serviço de um capitalismo sem sociedade, e nem com a ingenuidade que o vê como anteposto ao poder do Estado, à moda liberal. Argumenta-se, aqui, em favor da superação dessa limitação de posições, examinando a lógica da estruturação dos sistemas nas sociedades contemporâneas. As elaborações teóricas de Jürgen Habermas (1981) a esse respeito nos parecem um bom ponto de partida.

Assim, a noção de sistema assumida aqui, estribada no quadro acima apresentado, tira proveito das teorias críticas das sociedades contemporâneas que têm como fundamento a percepção de que as sociedades estão polarizadas e tensionadas entre duas dimensões estruturais que coexistem e também se opõem – o *mundo da vida* e os *sistemas*. No caso, *mundo da vida* e *sistemas* são ordens do reconhecimento social e das operações sociais diversas.

do Golpe. Entenda como e por que você foi enganado, de Jessé Souza (2016), em que o sociólogo se dedica a descrever o papel da mídia federalizando as Manifestações de 2013.

Conforme Ferry (1991), tendo em vista o mundo da vida¹¹, destacam-se as semânticas que orientam as interações sociais, cujo conjunto forma o contexto dos processos de narração, interpretação e argumentação elaborados entre os membros de uma comunidade discursiva. Elaborações vinculadas a uma *razão comunicativa*. Por outro lado, privilegiando-se o ponto de vista do *sistema*, se dá relevo ao aspecto organizacional e funcional da ação de instituições e empresas servindo à reprodução material e cultural, à reprodução global das sociedades, a partir de mídiuns que coordenam as ações (*moeda*, sistema monetário, segmento do sistema econômico; *direito*, sistema jurídico e parajurídico, que cuidaria da justiça, dos bens jurídicos sociais e individuais; *democrático*, sistema que organiza a representação via eleições, por exemplo). Embora no mundo da vida se produza uma vida cultural gerada nas interações subjetivas mais imediatas, as sociedades contemporâneas organizam seus sistemas culturais: a instrução é assumida por um sistema pedagógico, que por sua vez vincula-se parcialmente ao sistema científico de pesquisa, ao mesmo tempo em que a difusão de representações, mas também aquilo que pertence à função da *publicidade* política torna-se negócio do sistema midiático que estamos aqui tematizando. No caso desses sistemas culturais, substitui-se a intersubjetividade do mundo da vida por relações entre sujeitos e objetos:

Entretanto, o mundo da vida não é mais, em nossas sociedades modernas, o único meio de reconhecimento dos indivíduos. Esses interagem socialmente sob reguladores que são mais e mais artificiais, enquanto a coordenação de suas ações recíprocas é cada vez menos realizada com a ajuda das tradições veiculadas no meio dominado pela linguagem natural. No mundo moderno, os indivíduos devem constantemente mudar de registro em razão da divisão funcional das atividades; eles lidam constantemente com o sistema como sendo outra realidade. Desse ponto de vista, pode-se, então, definir o sistema como a aparência imediata da realidade dura com a qual os atores sociais se deparam, quando eles intervêm sob os registros performantes das

11. Mundo da vida: reelaboração importante de E. Husserl (1936), recuperada e atualizada por Habermas (1981) que o pressupõe na ordem social.

atividades racionais coordenadas para além da atividade linguageira natural. (FERRY, 1991, p. 18, tradução nossa)

Habermas (1981) identifica tensões entre *sistema* e *mundo da vida* que nos parecem muito produtivas para descrever nossos tempos, considera que os sistemas colonizam e oprimem o mundo da vida, cenário das relações intersubjetivas¹². A assertiva é a seguinte: os processos de transferência de ações antes coordenadas no mundo da vida para o mundo dos sistemas parecem ir bem quando se trata de reprodução material, em especial nos casos nos quais essa reprodução dispensa a forma comunicativa e podem ser funcionais sob uma racionalidade instrumental; mas, quando os imperativos sistêmicos passam a dominar dimensões da vida em que são inadequados (reprodução cultural, processo de socialização entre sujeitos), as repercussões fazem precipitar as grandes questões das sociedades contemporâneas. Embora essa dominância sabote o potencial de emancipação das sociedades e de seus indivíduos, os sistemas não extinguem o mundo da vida e nem têm o condão de ser uma totalidade de produção cultural e crítica. Na tensão entre sistemas e mundo da vida permanecem conflitando a *racionalidade organizacional* do sistema e a *racionalidade comunicacional* do mundo da vida – que restitui ao ator social a capacidade de responder sobre suas próprias ações, em alguma medida.

E de que modo essa tensão entre sistemas e mundo da vida opera na vida democrática das sociedades contemporâneas de massas? Aqui é importante notar que as sociedades modernas operacionalizaram um dos segmentos fundamentais da sua vida política numa organização burocrática e jurídica constitutiva de um sistema político democrático. Isso quer dizer que o mundo da vida perde a primazia de outrora, e a formação de uma vontade política que corresponda à soberania popular, que seria por definição um produto da intersubjetividade, se desloca conforme o funcionamento de um sistema estruturado, que opera com racionalidade e lógica próprias.

12. Entendimento que percorre a obra de Jürgen Habermas, referido principalmente na *Teoria do Agir Comunicativo*, indicado nas referências. Ver especialmente o capítulo VI: Segunda consideração intermediária: mundo da vida e sistema (1981, p. 205).

Por princípio, a democracia pressupõe que a sociedade aja sobre si mesma, por meio de uma vontade política que corresponda à soberania popular. A produção dessa correspondência é complexa e conta, como assinalado, com a “intermediação ativa” de um sistema, na verdade de mais de um sistema¹³. Mesmo que a denominada modernidade da qual deriva a contemporaneidade se estabeleça historicamente numa aderência à democracia como horizonte, com o advento das sociedades de massas, a vida democrática, com esses ingredientes sistêmicos, entra em crise. Um forte déficit democrático se instala. Grande parte da ciência política (das ciências sociais em geral) praticada no âmbito acadêmico percebe essa crise, mesmo quando não usa como eixo interpretativo essa relação sistemas/mundo da vida.

A crise que é estrutural, concentra-se no fato de que a “vontade política” que se manifesta nos mecanismos cada vez mais fechados e inacessíveis do sistema político (processos eleitorais, formas de representação, produção da legislação, etc.) padece por ter escassa legitimidade, pois há dificuldades de “canalizá-la” para o interior do sistema político. Ela é constituída por fluxos aleatórios, esporádicos, plurais e desorganizados de comunicação intersubjetiva no seio do mundo da vida (FERRY, 1991). Essas manifestações não se organizam e nem são “requisitadas” pelo sistema democrático.

Na realidade, o sujeito coletivo da vontade política numa sociedade contemporânea não poderia retornar ao solo original das práticas consensuais no mundo da vida. Nossas sociedades têm uma escala e uma complexidade que torna isso muito improvável. São sociedades de “massas” muito diversificadas. Mas isso não quer dizer que na formação da vontade política (que é parte na busca da expressão da soberania popular) o mundo da vida seja rifado. A relação com o mundo da vida que se dá de forma efêmera e que é orientada por uma razão estratégica e instrumental é, possivelmente, uma das traduções da crise das democracias contemporâneas. A vontade política formal produzida no interior do sistema democrático é medida

13. Grande parte das discussões sobre modelos de democracia política, regimes de governo, mecanismos de representação ou então de formas mais diretas de formação da vontade política são, na verdade, debates em torno de como organizar o sistema político, sobre como organizar um sistema em si, como torná-lo mais eficiente. A perspectiva de uma relação mais equilibrada desse sistema com o mundo da vida já não conta com as mesmas atenções.

pelos resultados numéricos dos escrutínios eleitorais gerais e parciais. Pela relação instrumental com o mundo da vida, essa vontade política reduz-se a uma soma aritmética de vontades individuais isoladas. Um arremedo de vontade política democrática, que deveria ser construída em meio à discussões marcadas pela intersubjetividade.

Nessa interpretação, fazendo justiça à vida política e democrática completa, é necessário que tratemos, além da questão da formação da vontade política, do outro componente da vida política, também produzido no âmbito de um sistema, que é a *opinião pública*. Conceitualmente, no mundo da vida a intersubjetividade já conteria em si o germe dessa opinião pública. Nas sociedades contemporâneas de massas, a realidade da opinião pública na qual uma população genérica expressa, de modo difuso e cotidiano, muito mais que sua vontade política, pode ser caracterizada a partir da tensão estabelecida entre sistemas e mundo da vida. Ela se produz numa relação instrumental de um sistema com o mundo da vida e tende a ser assimilada aos resultados estatísticos produzidos pelos institutos de sondagem, que nada mais são do que agregados estatísticos de opiniões pautadas por esses mesmos institutos: ora, o sistema que produz, seleciona e difunde informações e opiniões, inclusive as políticas, e que depois procura colher o que elas suscitam em termos de respostas como sendo a *opinião pública*, é o sistema midiático, protagonista da comunicação social nas sociedades contemporâneas de massas.

A conjuntura cujos lineamentos são essa opinião pública formada nessas condições é o espaço onde as forças e as instituições pertencentes ao sistema político *tout court* atuam, disputando, por sua vez, a vontade política objetiva no momento eleitoral. Essas situações podem se confundir, pois não tem sido incomum, inclusive no Brasil, que as sondagens da opinião pública adquiram o mesmo *status* e a mesma função da vontade política eleitoral.¹⁴

14. Afinal, não é por conta dos resultados estatísticos das sondagens de opinião pública que muitos defenderam a legitimidade democrática do *impeachment* de Dilma Rousseff? O sistema político eleitoral dá acesso ao cargo, e as sondagens podem revogá-lo. Para uma reflexão mais detida, ver *Mídia, misoginia e golpe*, organizado pelo Laboratório de Políticas de Comunicação – LaPCom, do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília – FAC/UnB, e do Grupo de Trabalho Políticas e Estratégias de Comunicação da Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares

Nos termos descritos, tanto a vontade política quanto a opinião pública permanecem largamente desconhecidas e exteriores ao sistema democrático *strictu sensu*, já que o que move o sistema político e a opinião pública são quase simulações, tamanho é o grau de condicionamento das lógicas sistêmicas. Essa frágil legitimidade do sistema político e da produção de uma opinião pública não consegue ser compensada apenas com a legalidade dos procedimentos democráticos dos próprios sistemas, falta-lhes alguma forma de relação com o mundo da vida, que não impeça o fluir de alguma intersubjetividade na formação da vontade política e da opinião pública. Falta um verdadeiro espaço público de discussões, que tem sido uma árdua construção que não se consolida, que poderia acolher de fato uma vontade política mais legítima e irrigá-la pela sociedade.

Mas é preciso não confundir a construção desse espaço público, que implica em novas relações entre sistemas/mundo da vida, com a ideia de uma necessária transparência do sistema político, dos políticos. Em recente ensaio, o filósofo Byung-Chul Han argumenta que o clamor por *transparência* não é uma reivindicação política, tampouco democrática:

o imperativo da transparência serve sobretudo para desnudar os políticos, para desmascará-los, para convertê-los em objeto de escândalo. A reivindicação de transparência pressupõe a posição de um espectador que se escandaliza. Não é a reivindicação de um cidadão com iniciativa, mas a de um espectador passivo. A participação tem lugar na forma de uma reclamação ou de uma queixa. A sociedade da transparência, que está povoada de espectadores e consumidores, funda uma democracia de espectadores. (2014, p. 14, tradução nossa).

O sistema midiático e a vida política

Diante do exposto, não há como negar que a vida política numa democracia contemporânea de massas se organiza em dois sistemas interligados, responsáveis pela formação da opinião pública e a expressão da vontade política, os quais, combinados, corresponderiam à manifestação

da Comunicação, FAC livros, UnB, 2016, disponível em https://faclivros.files.wordpress.com/2017/03/faclivros_midiamisoginiagolpe.pdf . Acesso em: 28 set. 2020.

da soberania popular que produz seu mundo social. No caso, como parte constitutiva da vida política, o sistema midiático se relaciona à formação da opinião pública, cuja referência é a nobre função de publicidade, o que o habilita, a princípio, como um dos constituintes de um espaço público de discussões. Essa é uma assertiva de Jean-Marc Ferry, cujo pensamento e elaborações foram de grande importância para essa sequência do texto. E a questão que se põe, então, é: como é essa relação? Mais precisamente: o sistema midiático se mantém nos limites dessa relação? Mais além: qual a sua participação efetiva na vida política cumprindo a função da publicidade?

Vinculando essas interrogações às questões da legitimidade problemática dos sistemas na vida política, vale ressaltar uma surpreendente situação. O segmento do sistema político sustentado no mecanismo da representatividade encontra dificuldades, quase que insuperáveis, para retornar com alguma frequência à opinião pública onde foi obtida e formada a vontade política. Essa é mais uma razão do déficit de legitimidade dos eleitos pelo sistema político formal. Do outro lado, o sistema de produção da opinião pública, embora também suscite questões de legitimidade – nosso ponto central aqui –, não padece dos mesmos problemas que afetam os representantes políticos eleitos. A dificuldade de se relacionar com a opinião pública no exercício do poder ou do mandato não se coloca para o sistema midiático.

A princípio, o sistema midiático tem uma condição relacional a seu serviço pela difusão e constância de suas mensagens direcionadas ao público. E também pode obter com frequência respostas orientadoras de sua ação, via sondagens que ele pode encomendar a empresas que, em geral, são matrizes de sociabilidade do próprio sistema. Isso lhe dá mais poder e permite se autoatribuir uma condição de legitimidade e de representatividade da opinião pública superior às possibilidades dos membros eleitos do sistema político.

Os desdobramentos dessa caracterização são muito interessantes tendo em vista a crise política brasileira. Uma opinião mais ou menos cristalizada por parte das esquerdas e dos democratas autênticos é a de que a mídia tem feito campanha desqualificadora da política. Mas seria mais correto indicar que se trata de uma atuação contra uma parte do sistema político, justo a parte que acede ao poder via partidos políticos, eleições e representação. O sistema midiático, ele mesmo parte dinâmica do sistema político, com essa

crítica amplia seu poder no complexo político por sua condição de simular maior legitimidade junto à opinião pública. Essa supremacia do sistema midiático na vida política é uma das faces evidentes do perfil problemático das democracias nas sociedades contemporâneas, visto que a legitimidade do sistema midiático se constrói numa relação em que o público é objeto e não sujeito, como será demonstrado mais adiante.

Há ainda vários aspectos a se abordar para se responder às interrogações postas. Os mídiuns constitutivos do sistema midiático, que são os mais dominantes na formação da opinião pública, portanto elemento essencial na manifestação da soberania popular, têm, em geral, autonomia organizacional em relação ao Estado. Isso seria democrático? Pela visão do liberalismo clássico, totalmente. Segundo essa visão, os mecanismos que formam e transmitem a “vontade geral” para o corpo social não devem depender da mediação de um aparelho estatal e nem apenas da representação parlamentar, mas supõem também uma série de agências visando capturar e traduzir as diversas correntes ideológicas para convertê-las em forças políticas. O potencial de expressar cotidianamente a pluralidade presente na opinião pública (mesmo que simuladamente) aumenta o poder político do sistema midiático nas democracias modernas.

Vale a pena detalhar um pouco mais o potencial democrático que o sistema midiático tem para operar nas sociedades contemporâneas. Claro, estamos falando de potencial que só se realiza dentro de condições e práticas que ainda não estão presentes e tampouco claras no nosso meio social. Ele tem potencial de fazer as sociedades se autorrepresentarem, graças à publicidade que ele pode permitir (que é um predicado importante na constituição do espaço público de discussões) e às diversas manifestações da vida social e da vida política propriamente, que são dadas em narrativa em gêneros discursivos diversos. Daí a tentação que embriaga os atores do sistema midiático que, por vezes, procuram se legitimar como os porta-vozes da opinião pública, a fim de consagrarem seu mídiun como o único capaz de assegurar a verdadeira publicidade. É uma prática que configura um dado interessante para nossa análise, pois essa posição reivindica subrepticamente o monopólio da representação da pluralidade, o que supõe

não ser um problema haver monopólio dos meios, o que faz desse tema algo difícil de ser problematizado.

Sem entrarmos ainda nas questões de legitimidade existentes nas relações atuais do sistema midiático em relação ao mundo da vida, e dando continuidade à descrição do potencial positivo de sua participação na vida política, há que se admitir, no que tange à formação da opinião pública, que o sistema midiático é um ambiente que pode integrar a vida política. De forma mais ampla: com seu alcance informacional, pode operar uma integração social, política, cultural e territorial¹⁵. Nesse sentido é que ele funciona como um equivalente dos sistemas pedagógicos exoeducativos, que participam da criação do sentimento de pertença nos processos de integração dos Estados-nação modernos (GELLNER, 2001). Na verdade, esse potencial vai além daquele do sistema pedagógico, pois sua emissão de mensagens e de opiniões pode repercutir, mais difusa e não controladamente, para um público sem prévia delimitação, inclusive ultrapassando a escala nacional. Assim, ele também é um alargador de contextos geográficos. Ele pode ser um dos instrumentos na produção de ideias universalizantes construídas na base de argumentos confrontados publicamente. Quer dizer: as visões divergentes, os interesses distintos surgidos na vida social podem se confrontar num espaço público de discussão. Desse modo, em tese, ele pode contribuir para a formação de julgamentos esclarecidos, do pensamento crítico, das identidades e personalidades descentradas, das solidariedades alargadas, logo, na integração social como fomentador da cidadania. (Cf. FERRY, 1998)

Não é pouca coisa, parece ser mesmo crucial para a existência democrática das sociedades contemporâneas esse potencial positivo contido nos dispositivos midiáticos, em especial a questão da cidadania já citada. Por isso vamos nos aprofundar um pouco mais nessa questão para esclarecermos aquilo de mais grave que o sistema midiático brasileiro vem violando.

15. As organizações Globo fizeram isso durante o regime militar instaurado em 1964 e muitos dizem que instrumentalizadas pelos próprios militares e, se assim foi, pode-se dizer, na atual conjuntura, que a criatura acabou dominando o criador. Muito esclarecedor é o artigo intitulado “Julgamento da Revolução”, assinado pelo jornalista Roberto Marinho e publicado em outubro de 1984 no jornal *O Globo*. Disponível em <https://robertomarinho.globo.com/opiniaio/julgamento-da-revolucao/>. Acesso em: 29 set. 2020.

Na ideologia democrática, toda comunidade política implica um reconhecimento recíproco entre seus membros, o que é um fato que constitui a própria comunidade política.¹⁶ Nesse reconhecimento, há um elemento de igualdade superior que se define sem condições prévias de pertencimentos étnicos, culturais, históricos, nacionais, de classe... e também sem prestações de obrigações, de trocas... mas com *disposições*. Essa é própria definição de cidadania. A disposição de reconhecer. Como diz Jean-Marc Ferry:

Assim a sociedade política não deve ser formada, como uma seita ou clube, só com quem, sendo da mesma condição, poderia garantir mutuamente um equilíbrio de prestações. Ela não resulta de uma cooptação entre os pares, mas assume de preferência uma grande diversidade. De uma maneira geral, ela aceita entre seus membros todas as diferenças que um pensamento democrático reenvia à contingência... (1991, p. 163, tradução nossa)

Logo, os co-societários se autoconstituem pela relação que eles declaram entre eles. Isso é o que distingue o político do social e do cultural e o que abre a perspectiva universalista que, logicamente, é desancorada dos contextos empíricos. Para aqueles que se identificam com as tradições culturais do grupo social de origem e que nelas mantêm o essencial de sua rede de convivialidade, “enquadrada em paisagens familiares de uma vizinhança tranquila”, (FERRY, 1991, p. 163) não surge a necessidade do cultivo e da busca da identidade universal do reconhecimento político. Inversamente, a dissidência dos mundos imediatos e comunitários é constituída por aqueles que são os primeiros candidatos à cidadania (que, como já dissemos, é o termo que condensa a ideia de reconhecimento), que só pode se realizar nas configurações societais, não comunitárias.¹⁷

16. A rápida descrição da ideia de reconhecimento segue notável elaboração do filósofo Jean-Marc Ferry (1991).

17. Evidentemente que o vínculo social em condições comunitárias já é mais consolidado e enraizado. O vínculo social respaldado na disposição do reconhecimento universal é mais árduo, mas é o único possível para o *ser sociedade* se realizar. E nessa condição fundante reside boa parte das crises renitentes que pertencem à arquitetura social brasileira. O reconhecimento universal, no caso brasileiro, não é universal, e a resistência a ele, difusa por vezes, direta quase sempre, novamente mostra-se saliente no quadro da atual crise brasileira.

O potencial do sistema midiático de publicizar a diversidade social é uma das condições para a formação de uma opinião pública digna do nome. E isso não é possível sem o princípio do reconhecimento incondicional, do respeito à condição de cidadania, como exigem as organizações sociais não comunitárias, que formam a maior parte das sociedades contemporâneas. Sem isso, o horizonte é a desagregação social e a deslegitimação do sistema midiático, que assim trai o seu potencial e sua razão de ser.

As questões de legitimidade do sistema midiático

Delimitadas a inserção do sistema midiático no complexo sociopolítico e descritas suas relações com a vida política, voltamos ao ponto focal destas reflexões: o mal-estar da comunicação que consiste na violação da opinião pública, na verdade, numa fratura profunda no espaço público de discussões, provocada por um dos seus principais constituintes, o sistema midiático. As consequências sobre a formação da vontade política são graves. Isso obriga, segundo o que foi apresentado, pensar sobre a legitimidade autoconstituída desse sistema e a impossibilidade da constituição de cidadãos alheios a esse sistema.

O grande nó que afeta a legitimidade do sistema midiático encontra-se no fato de que, na relação desse sistema com o mundo da vida, produz-se uma comunicação que é movida e orientada por uma razão instrumental, por dispositivos que configuram vetores de sensibilidade (meios técnicos e canais de veiculação) que suprimem em grande medida a intersubjetividade, o que é uma contradição profunda. Sem sujeitos em interação podemos nos referir a algo que mereça ser chamado *comunicação*? Como diz Niklas Luhmann (in: FERRY, 1991), trata-se da ilusão de uma comunicação sem atores, de uma comunicação que comunica ela mesma, utilizando os registros diferentes da estratégia (dos meios de produção e difusão) e da dramaturgia (dos discursos textualizados). Do interior do sistema midiático, jornalistas, líderes políticos e líderes intelectuais dirigem-se ao público como um alvo, como um objeto. Daí o esvaziamento da noção de comunicação que está na raiz das questões de legitimidade do sistema midiático.

Outra questão pouco tematizada que está implicada na legitimidade do sistema midiático diz respeito à liberdade de imprensa, que se realiza pela liberdade de opinião e de expressão. A liberdade de imprensa tal como está concebida é uma face importante do mal-estar na comunicação. A sensibilidade liberal trata esse tema como um eulogismo¹⁸ intocável, o que o deixa distante do questionamento crítico, com efeitos nefastos para a vida democrática. Afinal, o que é a liberdade de imprensa? Segundo Ferry, é uma liberdade negativa, isto é, uma liberdade privada. Exigir que haja pluralismo ideológico e cultural num veículo da mídia é ferir, logicamente, esse tipo de liberdade, pois essa liberdade é vista como uma prerrogativa da empresa. Ela reivindica a liberdade para emitir um posicionamento, e a exigência do pluralismo é constrangedora. Portanto, dessa liberdade negativa nada pode ser exigido, pois essa seria sua condição de liberdade. O jornalista, portador dessa liberdade privada, é compreendido nesse lugar como o porta-voz (o representante) da opinião pública, pois, por meio de sua liberdade de expressão, o público pode se manifestar (FERRY, 1998). De fato, o “comunicador” (e não só jornalistas o são) se dirige ao público, tem a iniciativa, e o público reage ao que ele diz, o que é muito diferente de dizer que o jornalista é o representante do que o público elabora, das posições que assume.

Embora essa liberdade seja vista como intocável pelos democratas autênticos, inclusive pelos não tão liberais, a vida real é plena de casos de abusos graves produzidos por essa liberdade. Como evitá-los sem violar essa liberdade negativa? Esse é o ponto no qual se estacionou e do qual nunca se sai quando o tema é a regulação dessa liberdade. O risco, para os defensores dessa liberdade negativa e privada, seria a onipotência democrática (a vontade geral) se impor sobre a existência individual, isto é, de um direito público, coletivo, invadir os direitos do indivíduo, que é, na verdade, a grande questão do liberalismo clássico. Mas talvez agora possamos inverter esse temor, pois também é perigoso quando um direito privado, do indivíduo – liberdade de expressão e de opinião – invade a esfera pública e se impõe a ela de forma

18. Termo carregado de um poder encantatório, que eleva as discussões, os argumentos e as pessoas. O contrário de dislogismo, cujos efeitos são inversos.

abusiva. Contudo os operadores do sistema midiático admitem no máximo a autorregulação privada, isto é, reivindicam a liberdade de serem eles mesmos os seus controladores. Recusam qualquer controle externo argumentando que a autorregulação seria suficiente para evitar os abusos, por meio de uma ética do jornalismo, que é completada pela ética do indivíduo jornalista.¹⁹ Trata-se, portanto, de um autocontrole moral. Se isso não bastar, entende-se, dessa perspectiva, que o público saberá rejeitar os abusos.

Mesmo sem considerar os fatos empíricos incandescentes que envolveram (e envolvem) a atuação da mídia na crise política brasileira, não há garantias convincentes de que essa autorregulação prospere. São tantos os motivos, que é até difícil hierarquizá-los. Em termos de funcionamento do sistema, não há, por meio desses procedimentos de autorregulação, qualquer garantia e comprovação de que a mesma liberdade de opinião e de expressão esgrimida com valentia pelos jornalistas em relação ao público seja praticada perante os seus padrões. Logo, orientada e constrangida pelos empresários, a tão propalada liberdade de expressão chega ao público adulterada. É de se destacar também que o público, na condição dominante de objeto, podendo praticar apenas limitadamente uma recepção autônoma, não tem as condições sistêmicas (previstas nesse funcionamento) de ser o juiz supremo do abuso da liberdade de imprensa.

Apesar das evidentes fragilidades lógicas da eficiência da autorregulação, os operadores do sistema midiático e, para além deles, parte da sociedade civil democrática, veem a regulação externa (heterorregulação) como um tabu, como ameaça à democracia. No entanto, diferentemente da autorregulação, baseada na expectativa da ética jornalística e da moral do jornalista, ela se estruturaria com base em direitos, expressos em leis e regulamentos. Por exemplo: o direito de resposta e regras para cumprir algum tipo de pluralismo

19. A ética jornalística se sustentaria na reportagem, que seria sua essência e que se constrói com base nos fatos (ver, por exemplo, Bertrand, 1999). Os procedimentos organizados a partir dessa ética pregam investigação independente, desligada de interesses de poderes oficiais e privados. O trabalho exige a checagem prévia, autônoma e ponderada de informações por meio do confronto com outras informações, checando e registrando versões muitas vezes contraditórias. Demanda o veto de informações suspeitas ou apressadas, extirpando especialmente as que podem estar contaminadas por viés político. O jornalismo ético se vale de fontes plurais, segue diferentes linhas de investigação, tenta construir um retrato dos acontecimentos e desconfiaria sempre dos poderosos.

na concorrência, na programação e nas identidades ideológicas. Assim, uma heterorregulação que estabeleça para a comunicação na imprensa alguns parâmetros definidos democraticamente no sistema político ganharia status de direito público, e deixaria, nesse sentido, de ser algo privado (Cf. FERRY, 1998).

Mas esse raciocínio não abala os patronos da liberdade de expressão e de opinião privada como fonte do exercício da liberdade de imprensa. A defesa da autorregulação se dá por motivos negativos, afinal a história da imprensa oferece elementos em abundância para apoiar esse temor e, como todos sabemos, a luta pela liberdade jamais está totalmente ganha (FERRY, 1998). Especialmente se a imprensa, via esse recurso da liberdade de expressão e opinião, deixar de ser o espaço de defesa da população contra os poderes constituídos, em especial, contra o poder do Estado. Como liberdade negativa, ela é defendida defensivamente... Defende-se a autorregulação em razão da ameaça que a heterorregulação representaria, porque essa significaria a concessão de mais poder ao Estado.

Jean-Marc Ferry (1998) propõe um teste aos defensores da autorregulação: não haveria uma argumentação positiva para justificar a autorregulação? Não haveria algo que justificasse a autorregulação pela sua competência em debelar os abusos e pela capacidade que ela teria de produzir informações de qualidade de todos os tipos? O mesmo Ferry ressalta algo que é importantíssimo: os conteúdos regulados apenas pelos critérios morais da autorregulação não tocam nas questões da programação dos meios audiovisuais, tampouco nas questões da tematização, afinal quem escolhe o que será objeto de informação e opinião no sistema midiático? A questão da tematização é o grande ponto cego do problema.

Entendemos que essa linha de argumentação pode tirar a discussão do impasse sobre como eliminar abusos sem ferir a liberdade de imprensa. As questões aqui levantadas são de interesse público e pertinentes à condição do sistema midiático como parte da vida política por conta de seu papel na formação da opinião pública. Recuperando uma notável percepção de Ferry (1998, p. 56): a ambiguidade da atuação desse sistema está no paradoxo de que ele opera numa dimensão pública fundamental da vida política empregando uma liberdade privada, que o sistema não prevê controlada

em nenhuma medida pelo mundo da vida. Uma liberdade privada e uma autorregulação dão conta das expectativas públicas, legítimas, que se têm sobre o sistema midiático? Podem de forma positiva participar da construção de um legítimo espaço público de discussões. Afinal, se o que o sistema midiático emite é material para a formação da opinião pública é porque há expectativas pressupostas ligadas à verdade, há uma boa fé de partida por parte da recepção. São expectativas públicas, que devem ser honradas.

Como contraponto a esse impasse sobre como controlar o abuso sem incomodar a liberdade de imprensa, talvez se pudesse trocar a liberdade privada da imprensa pela liberdade pública de comunicação. Como? A resposta propõe um retorno à questão da tematização.

A formação democrática da opinião pública aconselha que os cidadãos devem ter acesso a informações consistentes de interesse público e que eles também tenham acesso a visões diversificadas, conflitantes. Desse modo, o espaço midiático poderia ser um campo de autorreflexão da sociedade por meio da confrontação de argumentos. Mas quem define e como se definem os problemas relevantes? Dos milhões de acontecimentos diários, dos incessantes e distintos processos sociais e naturais em andamento nas diversas escalas que o sistema midiático seleciona, todos foram tematizados por critérios próprios, de forma privada e não pública. Logo, na forma de seleção dos temas, o teor público já não se apresenta nos aspectos procedimentais. Daí para frente, o campo está minado e não se pode falar legitimamente em interesses públicos. Exemplos não faltam, vamos a um bem singelo, porém muito grave: há hoje, no Brasil, um processo de fantasmagorização dos que discordam da voz única na mídia sobre questões econômicas; ao público brasileiro não é dado saber que as posições denominadas neoliberais em economia não são unânimes e são bastante contestadas nas universidades nacionais e internacionais e em outros países, isso sem contar por partidos políticos, por sindicatos, etc. Em nome de uma racionalidade econômica única, reformou-se a legislação trabalhista, a previdência social, definiu-se uma nova programação de gastos públicos, tudo numa direção comum, sem que o contraditório pudesse se manifestar. Isso fere profundamente o interesse público. Isso deslegitima qualquer pretensão do sistema midiático brasileiro de pleitear a condição de espaço público de discussão.

A liberdade de comunicação teria que ser, como solução para os impasses da liberdade de imprensa privada, uma liberdade pública. Uma liberdade positiva para os cidadãos, de modo que eles mesmos pudessem contribuir para a agenda das tematizações públicas. Significa, portanto, uma maior abertura da tematização para a sociedade. Na prática, isso significa que o público teria que poder participar ao menos indiretamente da seleção dos conteúdos e dos temas midiáticos levados à sua atenção. O que supõe que a cidadania deveria estar representada em instâncias que fariam avaliações críticas sobre a programação e participariam da produção de parâmetros para a seleção do que deve ser tematizado. Essa liberdade pública de comunicação funda um direito à comunicação que é requisito para estruturar uma democracia deliberativa, ao restabelecer alguma condição de sujeito ao público²⁰.

Ocorre que o modelo de relações previsto no atual sistema midiático em relação ao público está tão assentado, que pensar alternativamente, nos termos sugeridos de um direito à comunicação, parece algo contraintuitivo. Mas essa intuição pode se inverter se tivermos em conta que não podemos ter uma liberdade de expressão garantida sem que a sociedade tenha a possibilidade de tematizar o que quer, possibilidade que está confiscada por alguns apenas, os que controlam o sistema midiático.

Por essa razão, não se deve mais, ao se pensar na liberdade pública de comunicação, perguntar em primeiro lugar se o jornalista pode falar livremente, mas, sim, se o sistema midiático é amplamente aberto às questões de interesse público, se essas questões são publicamente acessíveis e qual o grau de diversificação da tematização (FERRY, 1998, p. 58). A liberdade de comunicação só pode ser aumentada pela via do pluralismo, e isso convergiria para uma inclinação natural do sistema midiático, caso ele mantivesse uma relação democrática com o público. Nesse caso, liberdade de comunicação e pluralismo convergem e não jogam numa razão inversa. O problema novo é que se trata menos de proteger a liberdade da imprensa contra a tutela do

20. Aqui, a história da criação da Empresa Brasileira de Comunicação – EBC, a recente dissolução de seu Conselho Curador e a decorrente mudança na produção de sua grade de programação são dados emblemáticos. Ver, por exemplo a Moção de Repúdio contra a Medida Provisória 744. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/institucional/conselho-curador/noticias/2016/09/mocao-de-repudio-contra-medida-provisoria-que-desmonta-a-ebc>. Acesso em: 28 set. 2020.

Estado do que promover uma autonomia (leia-se formas de acesso, materiais e instrucionais) dos cidadãos face ao poder do sistema midiático.

Diante disso, enquanto a liberdade de comunicação não é conquistada, pode-se dizer que o sistema midiático está mergulhado integralmente na ilegitimidade e que, portanto, estamos reféns de um sistema manipulador? Talvez, mas não integralmente, pois numa situação mais ou menos democrática o sistema midiático sofre algum tipo de “domesticação”. Certamente, não é o caso do Brasil.

O que pode controlar e conferir alguma legitimidade ao sistema midiático seria certo equilíbrio pluralista, que em todas as situações é sempre muito instável, e é em torno dessa luta pelo equilíbrio que se hasteia a bandeira da democratização da mídia. Isso não supera o problema maior que é a condição de objeto do público, mas atenua essa condição com uma oferta de opções, e as mídias digitais têm figurado como possibilidades²¹.

De outro lado, algo que ameniza o risco de “manipulação total” por parte do sistema midiático é o fato de a recepção social não ser alvo de organização do sistema midiático. De alguma forma, sobrevivem nesse âmbito alguns recursos de identidade próprios ao mundo da vida²². Além disso, é tentador atribuir às redes sociais que se estruturam na hipermídia digital um novo poder da recepção perante o sistema midiático. Seriam esses meios e suas redes uma ágora digital que pode conferir condição de sujeito à opinião pública? Não é o que pensam vários estudiosos dessa questão, entre os quais

21. Embora não possamos evitar de notar que alternativas importantes às coerções do sistema, como Mídia Ninja (“jornalismo de guerrilha” produzido por quaisquer interessados em documentar fatos no calor dos acontecimentos portando dispositivos tecnológicos básicos) ou como o blog Conversa Afiada (pioneiro na dita blogosfera progressista, fazia um jornalismo baseado no capital simbólico de um ator do sistema que reivindicava mudanças estruturais a partir do lugar de um detrator que conhece o funcionamento da grande mídia) estejam francamente dependentes de mídiuns como o Facebook e o Youtube, grandes corporações de distribuição de conteúdos geridas no mais estrito jogo capitalista da informação como mercadoria.

22. É crescente a movimentação em torno das chamadas *fake news* de que decorre, entre outras, a reflexão sobre uma descrença generalizada do público em relação ao que se lhe oferece como fato. Sobre isso, ver entrevista recente do linguista Noam Chomsky no Boletim Carta Maior, disponível em <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Noam-Chomsky-As-pessoas-ja-nao-acreditam-nos-fatos-/4/39564>. Acesso em: 28 set. 2020.

o já citado filósofo Byung-Chul Han (2014), para quem o ciberespaço está mais para panóptico digital do que agora.²³

O protagonismo do sistema midiático na atual crise brasileira: a violação da opinião pública

Problematizadas as tensões na relação sistema midiático/mundo da vida no fluxo da formação da opinião pública, com tudo que isso significa em termos de produção da vontade política, nos parece produtivo e necessário propor algumas interpretações sobre a atuação e a participação do sistema midiático brasileiro na crise política que se acirra a partir de 2014.

Começemos com uma constatação linguística: as mudanças estruturais no quadro político, especificamente na estrutura do poder e no marco constitucional têm sido, desde então, caracterizadas por muitos críticos como um *golpe* de Estado jurídico-midiático²⁴. A existência dessa posição é um exemplo chocante do mal-estar estabelecido nas relações do sistema midiático com o público. Não se trata de uma minoria descontente, inconformada por ter vivenciado uma derrota política qualquer, trivial num sistema democrático. Trata-se de um segmento populacional expressivo e com qualificações no âmbito intelectual, que se exaspera com as violações de teor antidemocrático que estão ocorrendo.²⁵ Nesta altura, o sistema midiático o ignora. Talvez para

23. Uma discussão sobre as diferenças entre cibercultura e cultura digital é muito esclarecedora deste ponto. Para isso, ver capítulo 1.

24. Sobre o atual uso do termo “golpe” para referir um acontecimento político sobre o qual há forte disputa pela atribuição de sentidos, ver artigo do linguista Sírio Possenti intitulado “Diferenças condensadas em palavras” (2016).

25. A esse respeito, lembremo-nos da sucessão de disciplinas e cursos de extensão que passaram a ser oferecidos em diferentes universidades públicas desde que o Ministério da Educação, com retumbante repercussão midiática, acusou de improbidade administrativa professores da UnB pela criação da disciplina “O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil”. Ver, por exemplo, notícia do jornal *Correio*

https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_ensinosuperior/2018/02/23/ensino_ensinosuperior_interna,661832/materia-da-unb-sobre-o-golpe-de-2016-foi-avaliada-por-professores.shtml. Acesso em: 30 set. 2020. Sublinhe-se que as aspas no termo “golpe de 2016” mostram o distanciamento que o locutor toma dessa designação, e que a cadeia de retomadas produzida em outras universidades, não tematizada na chamada grande mídia, tem como característica justamente retomar *ipsis litteris* o nome da disciplina original.

fantasmagorizar essa crítica, o que é revelador de uma certa covardia reinante no sistema midiático ao não contestar diretamente o estigma demolidor que lhe foi impingido e que não será mais removido. A restauração de alguma credibilidade perante esse segmento expressivo da sociedade (que é crescente) não parece mais plausível, o que, tendo em vista a função que o sistema midiático deveria ocupar na vida política, será um fator de permanência da instabilidade política na sociedade. O fato de não surgir no interior do sistema midiático nenhum laivo de autocrítica é decerto um sintoma do perfil antidemocrático desse sistema. A seguir, quatro tópicos que configuram a violação da opinião pública e a fratura do espaço público:

O acirramento do mal-estar

Considerando a atuação saliente do sistema midiático na crise política, seria interessante testar se esse sistema tem honrado as expectativas de boa-fé que a sociedade nutre em relação a ele, e se o sistema tem sido fiel aos princípios que os seus próprios protagonistas, em defesa de sua liberdade, costumam apregoar. Vamos mencionar alguns fatos irrecusáveis e interpretá-los à luz das ideologias liberais e daquelas geradas pelo próprio sistema midiático, conforme a perspectiva acima detalhada.

Não vamos listar exemplos (seriam centenas) do que se pode referir por jornalismo partidário, difamatório, interessado²⁶. Caberá, em outra ocasião, examinar os enunciados em que figuram os semas fundamentais desse descarrilamento do sistema. Mas observar algumas posições mais gerais permitirá constatar que estamos diante de uma sabotagem na função democrática do espaço público de discussão, na formação da opinião pública, que justificaria a existência do sistema midiático, como vimos. Assim, consideremos:

i) *A associação com órgãos do Estado brasileiro na produção de informações públicas da denominada “Operação Lava-Jato”*: se fosse necessário provar

26. Jânio de Freitas, um dos mais respeitados jornalistas do país e de longa trajetória na imprensa escrita, disse em entrevista no canal Tutaméia que o que a imprensa fez nessa “campanha” não encontra paralelo na história do país e da imprensa. Isso num país onde a imprensa nunca honrou seu papel natural na vida democrática. Youtube, acesso em: 12 dez. 2019.

que essa associação existe, bastaria usar uma analogia retirada da sentença do desembargador Gebran do TRF-4 e sua lógica²⁷: se o juiz Moro, que é o “autorizador” das operações da referida operação, nada fez para combater os vazamentos de informações sigilosas do sistema jurídico no âmbito dessa operação para o sistema midiático, vindas das delações, então ele é o chefe do “vazoduto”, como a crítica denominou ironicamente esse esquema. Lembremos: a ética jornalística teria como núcleo essencial a reportagem, um dos elementos garantidores da autorregulação contra abusos. Segundo o depoimento do jornalista Mário Vitor Santos²⁸, no caso da operação em tela, os “furos”, informações exclusivas e inéditas, que são a razão de ser do jornalismo investigativo, não existiram, pois os meios de comunicação foram receptadores de “vazamentos”, ou seja, de informações obtidas, recortadas e liberadas por três fontes, todas de órgãos do Estado brasileiro: o Ministério Público, a Justiça Federal e a Polícia Federal. Assim, os agentes públicos – e os jornalistas que com eles trabalharam – violaram com constância o sigilo processual e comandaram o noticiário.

Santos insiste, em seu depoimento, que o jornalismo teria sido instrumentalizado. O que seria uma corrupção do que o define, como vimos. Mas, de fato, o sistema midiático brasileiro mostrou-se muito poderoso e autônomo e fez com esses órgãos estatais uma aliança de iguais. Não se percebe uma posição subordinada do sistema midiático em relação a esses órgãos, tampouco a outros do poder público que poderiam impor sanções a esse funcionamento. Havia, desde as Manifestações de 2015, tal sincronia das notícias com eventos e com o aumento da temperatura política do país rumando em direção ao *impeachment* de Dilma Rousseff, que essa relação e a oportunidade dos vazamentos indiciam tal aliança. A “informação explosiva” vazada não era apresentada de forma improvisada, ao contrário, o que mostrava que a tal força-tarefa da operação em curso se completava nessa

27. Esse desembargador usou essa lógica no relatório que abriu o julgamento dos recursos interpostos pela defesa de Lula, no dia 24 de janeiro de 2018, no Tribunal Regional Federal - 4.

28. Ex-ombudsman do jornal *Folha de S. Paulo*, figura simbólica da autorregulação da imprensa. É bom lembrar que o descarrilamento desse jornal em relação ao público que lhe conferiu status de liberal-democrático se deu com a presença dessa crítica interna que o ombudsman representaria. “O jornalismo barnabé e a derrubada de Dilma”. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-jornalismo-barnabe-e-a-derrubada-de-dilma>. Acesso em: 28 set. 2020.

associação do Estado com o sistema midiático. O que resultou foi que o espaço midiático, aquele com potencial de se transformar num espaço público de formação democrática da opinião pública, transmutou-se numa instância de julgamento e “linchamento” (GENRO, 2017, p. 449)²⁹. Nessa praça soterrou-se um princípio constitucional da presunção de inocência, aliás, um direito individual que é irmão da liberdade de expressão e opinião, considerados direitos correlatos. Nesse caso, a condenação prévia dos ilegalmente acusados nessa ágora desvairada resultou da desonra a que a liberdade de imprensa foi submetida pelo próprio sistema midiático.

Os vazamentos estrelados por essa aliança escusa foram indireta e cinicamente defendidos como realização da nobre função da publicidade, alegando-se tratar-se de informações de interesse público. Será de interesse público derogar um dos princípios constitucionais que protegem os direitos dos indivíduos (a presunção de inocência), sem que esse mesmo público tenha assim decidido? Aliás, o público decidiu o contrário, o que está consolidado na Constituição nacional.

Essa associação ilegal é, porém, protegida pelo direito de livre expressão e pelo direito de preservar suas fontes. O agente público transgredir as leis vazando informações sigilosas, mas o faz protegido por uma lei que garante o seu cúmplice. Qual seria a notícia a dar segundo a deontologia jornalística, pilar da autorregulação: o conteúdo do vazamento ou que um agente público está fazendo vazamento criminoso que fere os direitos individuais de um cidadão (ou vários)? Ora, a liberdade de expressão e a autorregulação privada não devem ser defendidas para proteger a sociedade civil contra os abusos do poder de Estado? Não é inclusive com esse argumento que se repudia o controle externo sobre o sistema midiático? Então como se justifica essa aliança estratégica com a Polícia Federal e o Ministério Público (e o juiz, que já está aliado com aqueles órgãos, o que é um outro elemento espúrio desse processo) em flagrante abuso do poder, colocando-se contra uma força política, um campo político, uma parte da população? E sem direito

29. “Sequência do massacre midiático, patrocinado de forma consciente pela maioria da mídia tradicional, que foi guindada, inclusive, à condição de processante ‘ex-officio’, através das suas manchetes arbitrárias” Tarso Genro, no livro organizado por PRONER; CITTADINO; RICOBOM; DORNELLES. *Comentários de uma sentença anunciada*, Bauru: Canal 6, 2017, p. 449.

de defesa, num ato de linchamento, pois não se dá a palavra àquele que será linchado. Desse modo, o sistema midiático compromete a sua legitimação, pois absorve parte do poder do Estado, de que deveria se distanciar justamente como mediador da sociedade, e o transforma em seu próprio instrumento de poder contra o público, numa flagrante violação deontológica, cujas armas estão sendo acumuladas ameaçadoramente para o futuro. Essa associação é um poder intimidador contra aqueles que acedem ao Estado pelo voto, pois é brandida por uma aliança, indevida do ponto de vista constitucional, de instituições que não acedem ao poder por meio de eleição.

ii) *Ação política própria*: ainda no referido depoimento, o jornalista Mario Vitor Santos afirmou que, no *impeachment*, o peso da mídia foi mais relevante que o de Eduardo Cunha, deputado federal que conduziu, no âmbito do Congresso Nacional, as manobras necessárias à configuração do impedimento de Dilma Rousseff, nas precárias condições jurídicas em que se deu. Podemos acrescentar que, após o *impeachment*, o sistema midiático ampliou seu poder, afinal é isso que acontece com os generais que vencem as batalhas. E esse seu poder passou a ser exercido junto ao governo que então se instalou.

Antes do *impeachment*, o sistema midiático substituiu a oposição política legítima, que veio a reboque tomar o poder. Segundo Jessé Souza (2016), entre outros observadores atentos, o sistema midiático está implicado na federalização das Manifestações de 2013, dando uma orientação a seus desdobramentos cada vez mais contrária às motivações iniciais, relativas ao aumento da passagem de ônibus na cidade de São Paulo e, depois, em outras cidades do país, e na amplificação dos protestos em reação à Copa do Mundo de Futebol que aconteceu no Rio de Janeiro, sobre a qual se avolumou o discurso de que o Brasil não lograria garantir as condições adequadas para recepcionar evento desse porte, e também contribuiu para encorpar a sublevação contra os resultados das urnas de 2014 e sepultar o período de trégua pós-eleitoral.³⁰

30. A esse respeito, ver Capítulo 3.

Tudo isso foi muito perturbador, pois a aliança do sistema midiático com a Operação Lava-Jato já havia se dado antes das eleições, e os vazamentos impactaram fortemente o processo eleitoral, assim como impactaram posteriormente os processos judiciais que se seguiram. Nesse caso, esse poder político, para além de sua função política de cenário de formação da opinião pública, cresceu provavelmente além do esperado pelo próprio sistema midiático, já que a aliança com órgãos do Estado ainda estava estreando e não se sabia que efeitos isso produziria na formação da opinião pública. Mas logo ficou claro o poder explosivo que estava à disposição dessa aliança: o governo eleito em 2014 foi derrubado com anuência jurídica fartamente documentada pela mídia, o novo governo se instalou e o Congresso Nacional passou a implementar um conjunto de mudanças (inclusive algumas que desconstituem a Constituição de 1988, como a “PEC da Morte” e, de certo modo, a Reforma Trabalhista³¹) sob forte prescrição e pressão dessa aliança do sistema midiático e da referida força-tarefa. O poder de fogo que essa aliança tem, cujas armas principais não são as eventuais informações sobre esquemas e pessoas implicadas em corrupção, é justamente a liberdade que tem no modo de trabalhar essas informações, de retomá-las cotidianamente em paráfrases não controladas, junto a um público submetido como objeto. O programa de “governo” que não foi eleito é prescrito pelo sistema midiático, sem abertura alguma para dissenso. Os esforços para esconder as divergências são inúmeros. Eis a violação da opinião pública e da soberania popular engendrada por um sistema que, a princípio, tem funções na construção da democracia das sociedades contemporâneas.

É claro que a perturbação social e a inflamação de ânimos diante do linchamento diário promovido por essa aliança ensejaram um nível de revolta que desencadeou grandes manifestações sociais. Isso por si só já seria uma violação da missão da publicização, da formação da opinião pública e na participação no espaço público de discussão, mas sempre há mais um

31. No dia 11 de julho de 2017, a reforma trabalhista foi aprovada no âmbito do Congresso Nacional, depois de tramitar aceleradamente, com o sistema midiático ditando o ritmo. Está sendo contestada juridicamente, inclusive por juízes da própria Justiça do Trabalho. Seus pontos são polêmicos, podemos citar a prevalência do acordado entre as partes ao legislado e vários contratos de trabalho em que se destaca o trabalho intermitente, que pode levar um trabalhador a ser remunerado abaixo do salário mínimo.

Rubicão a se transpor: o sistema midiático, com seus veículos e empresas em grande harmonia, num contrato mantenedor de sua condição de matrizes de sociabilidade, participou ativamente da organização dos movimentos de rua, convocou-os, instruiu sobre como participar deles, propôs suas feições semióticas e midiológicas (cores, artefatos, modos de documentação e difusão dessa documentação). Sempre em combinação com novos vazamentos, traçou roteiros de cobertura e repercussão e definiu a potência dessas manifestações para a vida política do país. E nessa arena, da pressão direta sobre forças políticas instaladas no governo, o sistema midiático não tem (pela definição de seu funcionamento deontológico) legitimidade para atuar, mesmo porque estávamos sob um regime democrático com todas as liberdades vigentes. Se atuou diretamente na política como o fez, foi como usurpador e violador.

Ora, o envolvimento nesses termos abusivos e ilegítimos do sistema midiático na vida política fere e trai as intuições, as expectativas que o público, com sua boa-fé, tem em relação ao sistema midiático. Assim, o sistema midiático deixa de ser meio e passa a ter fins, o que obviamente é incompatível com a vida democrática e com a própria reivindicação de liberdade do sistema midiático. Não haverá espaço público de discussão que possa acolher democraticamente a confrontação de argumentos se um de seus elementos constituintes é um sistema midiático que atua política e ideologicamente.

iii) *Desintegração social*: lembrando com toda ênfase que um dos elementos legitimadores do sistema midiático numa sociedade contemporânea é o potencial de integração social que ele pode exercer, não só na vida política, como também na vida social geral, torna-se inaceitável, na verdade insuportável, que a operação desse sistema tenha ido em direção contrária: fragmentando a sociedade. Terminada a eleição presidencial de 2014, as análises veiculadas intensamente no sistema midiático sobre os resultados eleitorais promoveram uma grande impostura intelectual e ética, por meio da produção, inclusive com muitos mapas (supostamente a documentação técnica incontestável), de uma imagem de país dividido regional e socialmente. Produziu-se uma coincidência falsa entre o regional e o social/eleitoral com base na desqualificação do voto popular do Nordeste, apresentando-se o

Sudeste e o Sul como vítimas do clientelismo que teria grassado alhures. Isso perdurou enquanto Dilma Rousseff esteve no poder, e essa duração – eivada de repetição – é parte importante da produção de um imaginário, produz tecnicamente sua prevalência. Evidentemente, no sistema midiático tinham (e têm) voz aqueles que convergiam para o intuito pouco disfarçado. Ainda marcará época a repercussão que o sistema midiático deu a uma opinião do Ministro do Superior Tribunal Federal, Gilmar Mendes, acumulando o cargo de presidente do Tribunal Superior Eleitoral: o ministro declarou que o programa Bolsa Família era um esquema de compra de votos sem equiparação. Discursos que desqualificam e deslegitimam opções políticas com base em preconceitos sociais e regionais são ações que corroem os princípios da cidadania, são ações que desagregam a comunidade política e que desonram também um dos pilares legitimadores do sistema midiático.

Outra recorrente ação desagregadora da comunidade política e, portanto, da sociedade perpetrada pelo sistema midiático foi aquela de planejadamente fantasmagorizar a oposição na marcha dos acontecimentos. Não faltou cinismo nessa ação, numa postura de franco desafio e ofensa a uma parte da população: os que se opunham ao curso dos eventos orquestrados rumo ao *impeachment*, além de calados na cena pública, eram insultados com frequência nos editoriais dos jornais impressos e digitais, como “cúmplices da corrupção”, “brasileiros não patriotas”, ou até como “não brasileiros verdadeiros”³². Assim, se não são patriotas e se são cúmplices da corrupção, não teriam legitimidade para reivindicar publicidade de suas posições políticas. O não reconhecimento das posições diferentes e de seus protagonistas é uma ação desintegradora e perturbadora da ordem de uma sociedade que se imagina democrática: é assédio, é violação da opinião pública e do critério

32. Em termos discursivos, importa esclarecer como uma semântica midiática é retomada em outras ações comunicacionais não jornalísticas propriamente, como a implantação de grandes mastros com bandeiras do Brasil tremulando ao longo de vias importantes, como a Av. Brasil em São Paulo, nos quais uma placa registra: “EU AMO O BRASIL”. Em São Paulo, foram patrocinadas por uma parceria entre a Prefeitura Municipal e o escritório de advocacia Braga Nascimento e Zilio Advogados. Sublinhem-se a memória discursiva aí evocada – do slogan bastante conhecido “Brasil, ame-o ou deixe-o” – e o fato de se haver fundado uma Associação EAB – Eu Amo o Brasil para promover ações desse jaez, isto é, de valor semiótico, nutrindo imaginários. (ver <http://www.euamobrasil.org.br/noticia/avenida-brasil-e-colorida-com-bandeira-nacional>). Acesso em: 28 set. 2020.

do reconhecimento recíproco, base da cidadania, como tanto ressaltamos anteriormente. Basta lembrar uma recorrência, que é histórica e cotidiana, só que agora acirrada pela temperatura da crise política no país: o portal 247 publicou, no dia 16 de janeiro de 2018, um comentário sobre editorial do jornal *O Globo* em que figura a passagem “Em mais um editorial (...) o jornal *O Globo* tenta responsabilizar o PT pela segurança em Porto Alegre no dia do julgamento do ex-presidente Lula.” Em seguida, a matéria apresenta um trecho do editorial em pauta: “A convocação que o partido e organizações ditas sociais fazem para militantes estarem em Porto Alegre no dia 24 é pressão política, indevida, sobre os desembargadores do TRF-4.” Eis uma posição desintegradora que pode passar despercebida, porém deslegitima o sistema midiático como funcionamento de mídiuns destinados à formação da opinião pública democrática. O sintagma “ditas sociais” marca que o jornal não reconhece grupos de brasileiros que se mobilizam, que se organizam, em torno de certos temas, certas causas, etc. Ou, se reconhece seletivamente, ainda perde seu sentido e legitimidade, pois viola o princípio fundante da cidadania. É uma visão diminuidora do todo social, o que é diferente de discordar e até de ser adversário dos movimentos em questão. Ser adversário é um reconhecimento.

iv) *A tematização fraudando o interesse público*: a ausência de discussão sobre nossa vida política faz com que assumamos automaticamente que, de uma maneira ou de outra, o sistema midiático acabe veiculando os “fatos que importam” e que são de interesse público. Mas há uma tematização que é feita pela mídia, um monopólio da *agenda setting* do noticiário, como já abordado anteriormente. Assim, estamos sujeitos (como objetos) à superexposição ou ao silenciamento de temas definidos sem garantia de que eles tenham interesse público.

É preciso alertar que a questão da tematização centralizada, distante do interesse público, não se manifestou apenas na crise política que abordamos aqui. Ela é frequente e afeta gravemente nossa ordem social³³. No entanto,

33. “Cidadãos” de segunda categoria são aqueles cujas ocorrências – de vida e morte – não são dignas de tematização no sistema midiático. Negros e pobres estão nessa categoria, esse é um lugar comum, mas isso não diminui a sua verdade. Há casos de chacinas recorrentes nas

a tematização interessada proliferou durante a crise política. Um caso paradigmático foi a aprovação da PEC 241 (“Pec da Morte”). No dia 24 de outubro de 2016, aconteceram várias manifestações em diversas capitais e outras cidades do país, nas quais os protestos eram contra a PEC 241, de iniciativa de um governo de escassa legitimidade (como comprovam inclusive as sucessivas pesquisas encomendadas pelo sistema midiático, ainda que pouco ventiladas por ele). Além de polêmica em seus termos, tinha tramitado em ritmo acelerado em plena crise política, possivelmente aproveitando o período anômalo, sem envolvimento da população, sem debate. E quem garante a condição de “sem debate”? Aquele que deveria constituir um espaço público de discussões: o sistema midiático. A não ser que entenda por “debate” uma profusão de opiniões convergentes daqueles que defendiam tal PEC. A busca por notícias no dia seguinte às manifestações foi frustrante. Nada se falava a respeito. Nada no Jornal Nacional, essa entidade longeva da televisão brasileira. *Blackout!* Uma desonra para a nobre missão da publicização, do poder e do dever de levar a público o que acontece. Mais uma violação da opinião pública.

Da pretensa autorregulação à continuidade da violação da opinião pública

Para concluir, talvez seja preciso uma palavra sobre termos tratado o sistema midiático de forma monolítica, quase dando a ele o status de ator único, um ser sem contradições e diversidade internas. Não é que não exista uma diversidade mínima, mas mesmo essa dissolveu-se no fogo dos acontecimentos, e o sistema movido por uma mesma racionalidade cega reduziu-se a uma única voz. Daí que, diante desse poderoso, ameaçador e operoso assédio tenha surgido como reivindicação forte que esse sistema tenha mais diversidade, o que foi chamado de democratização da mídia, o que evidentemente é uma expressão que não dá conta das necessidades efetivas, segundo o raciocínio apresentado.

periferias das grandes cidades e não ganham manchete, não há capa, não há reportagem com investigação, não há jornal nacional que encampe investigações. A ausência de tematização dessa barbárie é uma violação de direitos e da opinião pública, pois, sem conhecimento, a sociedade tem suas opiniões desvirtuadas e deixa de reconhecer o outro.

Afinal, a diversidade de proprietários não resolve a questão da tematização, da presença dos interesses públicos e nem da formação democrática de uma opinião pública. Em todo caso, mesmo sendo uma proposta modesta, até isso é recusado pelo “nosso” sistema midiático, mantendo-se contrário e não dando azo para qualquer debate a respeito, fiel que se mantém em fraturar o espaço público de discussão.

Embora esse clamor pela diversificação do sistema midiático esteja inscrito na Constituição de 1988 (artigo 220, § 5)³⁴, parece que não há força política que consiga regulamentá-lo. Em 2011, 23 anos após a promulgação da Constituição, o jurista Fábio Konder Comparato, mencionado anteriormente, entrou com uma ação de inconstitucionalidade por omissão no Supremo Tribunal Federal para regular os meios de comunicação conforme o artigo mencionado, que proíbe o monopólio e o oligopólio dos meios de comunicação. A ação visava cobrir essa omissão do poder legislativo. Desde 2011 ela está sendo estudada sem nenhuma manifestação pela ministra responsável, Rosa Weber. Muitos outros projetos nessa direção já foram apresentados no Congresso Nacional nessas duas décadas e nenhum jamais foi à votação.

Diante desse quadro, só resta uma profunda desolação ao constatar que depois de todos os acontecimentos que levaram ao *impeachment* de Dilma Rousseff e, logo a seguir, à prisão do ex-Presidente Lula e sua inviabilização jurídica como candidato à Presidência da República em 2018, o sistema midiático permaneceu (e permanece) em marcha batida, sem hesitação, na contramão de sua função que tem potencial de formação de um espaço público de discussão, de integração nacional. Ao público sempre foi sonogado que, na comunidade jurídica brasileira, há um grande número de juristas que está em total desacordo com todos os processos judiciais que impactaram

34. Capítulo V.

Da Comunicação Social

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição

§ 5º Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 12 mar. 2018.

(e ainda impactam) a vida política do país, produzindo uma crise política seriíssima. Mas a situação sempre pode piorar. Ao sistema midiático, na sua autotração antidemocrática, parece restar apenas um aprofundamento do seu papel de força discriminadora que insiste em proscrever do espaço público forças políticas, conforme seus objetivos, o que na verdade corresponde a proscrever do espaço comunicacional o próprio público.

Referências

BERTRAND, Claude-Jean. *A deontologia das mídias*. Trad. Maria Leonor Loureiro. Bauru: EDUSC, 1999.

DEBRAY, Régis. *Transmitir*. Trad. Guilherme Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2000a.

DEBRAY, Régis. *Introduction à la médiologie*. Paris: PUF, 2000b.

FERRY, Jean-Marc. *Les puissances de l'expérience*. 2. Les ordres de la reconnaissance. Paris: Les Éditions du Cerf, 1991.

FERRY, Jean-Marc. Culture et médias dans l'espace européen. Pour une Charte européenne de l'Audiovisuel. In Dumont; Strowel. (dir.). *Politique culturelle et droit de la radio-télévision*. Bruxelles : Facultés Universitaires Saint-Louis, p. 43-64, 1998.

FERRY, Jean-Marc. (2005) Histoire de la Pensee Politique. *Syllabus* 2004-2005, s/p. Disponível em: <http://users.skynet.be/jean.marc.ferry/cours.html> Acesso em: 28 set. 2020.

GENRO, Tarso. A sentença de Moro: “xeque mate” e cheque sem fundos. In: PRONER; CITTADINO; RICOBOM; DORNELLES (org.). *Comentários de uma sentença anunciada*. Bauru: Canal 6, p. 449, 2017.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria do Agir Comunicativo*. v. 2 Sobre a crítica da razão funcionalista, trad. Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

GELLNER, E. *Naciones y nacionalismo*. Madrid: Alianza Editorial, 2001.

HAN, Byung-Chul. *Psicopolítica: Neoliberalismo Y Nuevas Técnicas de Poder*. Trad. Alfredo Bérges. Barcelona: Herder, 2014.

JENKINS, Henry.; GREEN, Joshua.; FORD, Sam. (2013) *Cultura da Conexão* – valor e significado por meio da mídia propagável. Trad. Patricia Arnaud. São Paulo: Aleph, 2014.

POSSENTI, Sírio. Diferenças condensadas em palavras. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 1075-1099, 2016.

RINGOOT, Roselyne. *Analyser les discours de presse*. Paris: Armand Colin. 2014.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SOUZA, Jessé. *A Radiografia do Golpe*. Entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, Casa da Palavra, 2016.

CAPÍTULO 3

Desconcerto e viralização: um caso de apropriação jornalística do literário

A cenografia do caso VIVA VAIA

Os não tão longínquos anos de 2013 e 14 foram plenos de eventos desconcertantes no Brasil. Tais foram seus desdobramentos e tão intensa a aceleração histórica, que podemos ter, diante de sua evocação, a sensação de um passado distante. Isso gera um afastamento razoável para revisitar esses eventos com a vantagem de conhecermos o futuro que desabrochou a partir dali. Diante disso, o princípio regedor deste capítulo é o de que eventos públicos, especialmente os desconcertantes, não se reduzem aos fatos que o disparam. A exposição comunicacional a que eles são submetidos age como uma dilatação, multiplicando discursos e narrativas, produzindo rumor público a partir de textos profissionais e amadores, controvérsias e muitos outros desdobramentos que vão produzindo uma espécie de dramaturgia espetacular. E essa dramaturgia está potencializada com a revolução tecnológica dos mídiuns digitais¹. Tendo isso em conta, vamos discutir um evento desconcertante de 2014 a partir de sua dilatação no espaço comunicativo.

Em 14 de junho de 2014, foi publicada no jornal paulistano *Folha de S. Paulo*, em sua versão *on-line*, uma composição contendo um texto sem autoria explicitada. Uma nota? Um comentário? Um *fait divers*? Sua chamada:

1. Referimos por *mídiuns digitais* os dispositivos típicos da técnica algorítmica, sobre a qual nos detivemos no capítulo 1. Trata-se de partir da noção de Régis Debray para considerar os objetos técnicos como mídiuns, entendendo-os, assim, em seu duplo corpo: “o corpo constituído no sentido de corpo diplomático’ ou ‘corpo docente’, e o corpo físico no sentido de ‘queda dos corpos’. Estamos vendo a complexidade de uma operação que mobiliza os talentos mitológicos do artesão e do legislador, do fabricante de máquinas e do inventor de regras, Dédalo e Licurgo.” (2000, p. 25)

Torcida que xingou Dilma gera discussão sobre insulto e crítica. Articula-se a esse texto o poema VIVA VAIA (1972) de Augusto de Campos e, finalmente, um infográfico produzido pela Editoria de arte, intitulado *Presidentes em campo*. O texto do jornal polarizava a comunicação, e os outros materiais da composição participavam da produção de uma cadeia semântica deflagradora de fortes repercussões, que incluíram a reação do próprio poeta, publicada de duas formas diferentes no jornal, mas também na blogosfera, uma rede de plataformas dominante no espaço digital naquela altura.

Reproduzimos, a seguir, a publicação *online* sem as duas colunas à direita, constituídas por publicidade dinâmica (que se altera conforme o dia e o usuário, impedindo que se retomem todas as composições em que efetivamente circulou) e chamadas para temas afins (não seria possível, portanto, retomar a configuração exata do dia 14 de junho, pois esse tipo de dado não tem estabilidade no funcionamento dos periódicos jornalísticos na web):

Torcida que xingou Dilma gera discussão sobre insulto e crítica

DE SÃO PAULO

14/06/2014 © 02h00

Recomendar 971 Tweetar 53 3+1 38 OUVIR O TEXTO Mais opções

Quem eram os brasileiros que, com entrada VIP ou ingressos muitas vezes custando acima de R\$ 1.000, xingaram a presidente Dilma Rousseff com palavrões na abertura da Copa?

Mesmo sem pesquisa na porta do Itaquerão, não parece arriscado intuir. No Datafolha, é principalmente o público com renda familiar acima de dez salários mínimos.

Com 33% de aprovação, Dilma não está numa boa fase. Em São Paulo, vai ainda pior, 23%. Na cidade, 19%. E entre os paulistanos com renda alta, 11% (aí, 2 em cada 3 acham seu governo ruim ou péssimo).

Vale xingar? Liberdade de expressão ou falta de educação? É possível discutir os limites da vaia. Só não dá para dizer que, naquele Itaquerão, a ofensa foi uma surpresa.

Opinião: Palavrões vieram de gente que tem dinheiro, mas sem civilidade

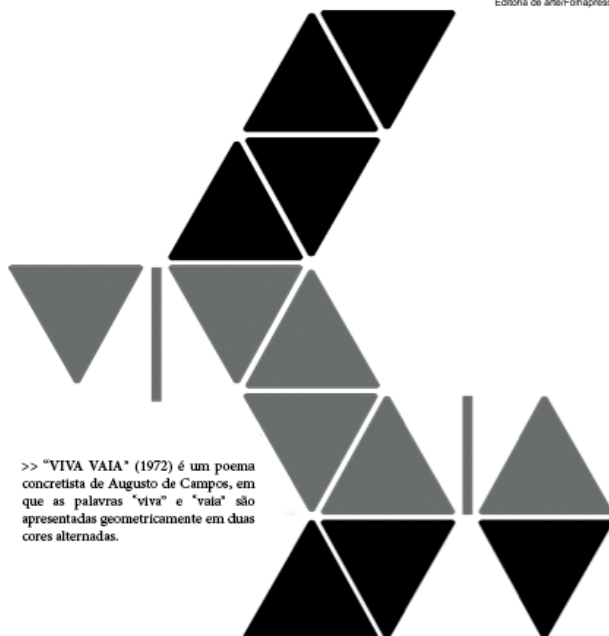
Opinião: Xingamento de 'yellow blocs' da elite foi machista e vergonhoso

Opinião: A democracia também existe para aqueles que não fazem "mu"!

PUBLICIDADE

Figura 1: Reprodução de parte da página pública online do periódico Folha de S. Paulo em 14 de junho de 2014, Captura de tela de 27 de novembro de 2014².

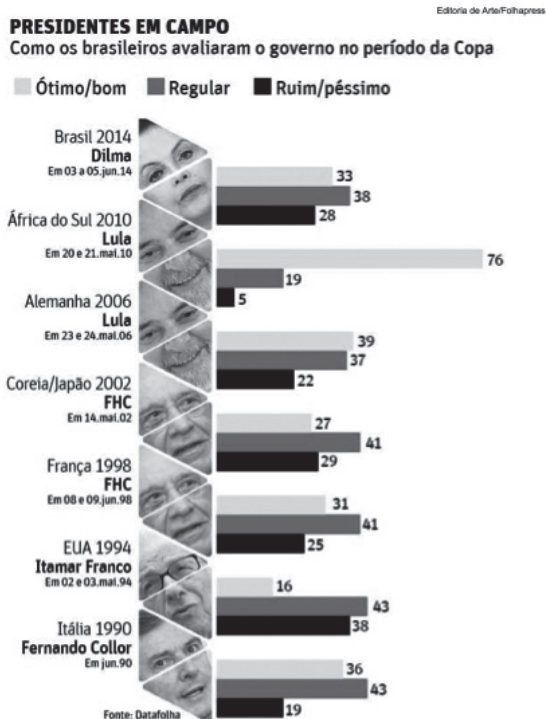
2. Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/06/1470334-torcida-que-xingou-dilma-gera-discussao-sobre-insulto-e-critica.shtml>. Interessante notar que, nesta data, na cabeça da



página em que o material acima reproduzido está aberto ao público, lê-se o título de seção “eleições 2014”, e nas colunas laterais com conteúdos dinâmicos, assim como no menu horizontal acima do texto, constam entradas para tópicos relativos às eleições, junto a conteúdos não permanentes, entre os quais se lê, por exemplo, no item “+livraria”: “Século XXI ‘choca ovos’ do autoritarismo, diz cientista político”; “Para preservar a Terra, autor propõe controle da natalidade”; “‘O Fim do Brasil’ prevê ruína econômica do país”. Indícios da complexa composição de uma página *online* que, de todo modo, é herdeira da página impressa e, portanto, reveladora de um posicionamento editorial que estabelece cadeias semânticas na articulação desses componentes. Em 10 de outubro de 2020, revisitando o mesmo link, encontramos na mesma coluna outro conteúdo sob a rubrica “eleições 2014”: uma foto de Lula estendendo uma bandeira do Brasil em que há sua face estampada, e cuja legenda é contundente – “Lula é condenado por unanimidade no caso tríplice”. Esse conjunto se faz seguir de dois cards clicáveis que indicam seções de artigos e reportagens: sobre como os deputados votaram “as principais medidas”; um gráfico da rubrica “Folha explica”, que versa sobre a Operação Lava Jato, legendado nestes termos: “saiba mais sobre a Lava Jato, maior investigação sobre corrupção no Brasil”; seguida de uma seção intitulada “reação em cadeia” (destaques originais), em que se comemora que a “Lava Jato completa três anos com frentes dentro e fora do Brasil”. É desconcertante a impermanência de certos elementos que se conjugam à longevidade de outros. Essa seleção mutante é discursivamente relevante na medida em que propicia o deslizamento de sentidos alimentando uma memória bastante fluida do evento, memória que resulta de um movimento gerido silenciosamente pela edição do jornal, que funciona como um hiperenunciador (MAINGUENEAU, 2006b), uma voz que não se anuncia mas diz.

Logo abaixo da “imagem do poema legendada”, vê-se outra, depois da qual está o botão para inserção de comentários, o infográfico “Presidentes em Campo”:

Figura 2 - Reprodução que continua a página pública online apresentada na Figura 1, Captura de tela de 27 de novembro de 2014.



Na cadeia semântica construída, propõe-se pensar articuladamente a Copa do Mundo e a popularidade de presidentes brasileiros, sugerindo que isso de alguma forma explicaria o evento das manifestações contra a governante. E a inserção do poema, nesta articulação, iria além da explicação, pois ele está ali para abonar (nas palavras do próprio poeta reagindo à publicação) as manifestações e seus atores.

Podemos ver nessa composição o modo como as técnicas intensificadoras da difusão da informação se conjugam a técnicas facilitadoras da edição de todo tipo de informação, produzindo infográficos de alta potência signíca

– os gráficos veiculados em ambientes ditos jornalísticos frequentemente organizam informações em complexos jogos de cores, formas e, como neste caso, de imagens com efeitos documentais, aqui produzidos sobretudo pela evocação das fotos 3x4, típicas de documentos pessoais. A questão é que a alta potência sígnica dos infográficos não garante a seus autores o controle sobre os sentidos que afinal se produzem na sua circulação.

No caso, a apresentação “semiológica” desse infográfico é em si uma questão e mereceria análise detida, mas aqui, para prosseguir em nosso raciocínio, faremos apenas um breve registro: na verdade, não há uma coerência semiológica³ na elaboração desse infográfico que sugere uma visão de “popularidade/impopularidade” de presidentes brasileiros dos últimos 30 anos. São sete versões de tempos diferentes do mesmo tipo de gráfico. Neles, o que comunica visualmente com clareza e precisão é a variável visual *tamanho*; no caso, o tamanho (comprimento) das barras horizontais retangulares. Como todas têm a mesma função comunicativa, que é representar o tamanho percentual de aderência dos pesquisados a cada uma das categorias (Ótimo/bom, Regular, Ruim/péssimo), isso por si só resolve o gráfico e, nesse sentido, ele está correto semiologicamente, mas ele não se encerra aí. Atribuindo-se cores às barras (se revertermos o infográfico para branco e preto, vamos enxergar tons de cinza), reforça-se uma perspectiva que entra em contradição com a variável visual *tamanho* representada nas barras. As cores têm impacto distinto em nossas retinas, fisicamente falando. O mais escuro chega com mais impacto, e o mais claro, o contrário. Assim, preencher as barras do Ruim/Péssimo de preto significou um impacto que neutralizou (ofuscou) a variável visual *tamanho*, elemento

3. Na semiologia gráfica (uma sistematização voltada para a linguagem visual), cujo nome de referência é Jacques Bertin, a representação comparativa de temas diferentes ou de proporcionalidades dentro do mesmo tema, tanto em mapas como nos gráficos, se dá empregando variáveis visuais que se harmonizam com a percepção visual natural (não convencional) do humano. São seis as variáveis visuais (duas da imagem e quatro de separação) cujo emprego deve obedecer a regras da percepção visual, como diz Bertin: “A representação gráfica faz parte dos sistemas de signos fundamentais que o homem construiu para reter, compreender e comunicar as observações necessárias à sua sobrevivência e vida pensante. ‘Linguagem’ destinada ao olho, ela se beneficia das propriedades da ubiquidade da percepção visual e obedece às suas leis. Sistema de signos monossêmicos, ela se define como a parte racional do mundo das imagens.” (1970, p. 169)

constitutivo fundamental do gráfico, pois as barras de Ruim/Péssimo nunca são as maiores em caso algum, e são as que atraem nossa atenção antes de tudo. Em tons de cinza, o preto do Ruim/Péssimo produz o mesmo efeito. A informação política quantitativa mais relevante visualmente em termos de tamanho (e também politicamente) fica num segundo plano visual. É o percentual de 76% de Ótimo/Bom obtido em 2010 pelo ex-presidente Lula que fica desenfocado com seu cor-de-rosa clarinho ou cinza clarinho para quem está vendo uma publicação em branco e preto⁴.

Esses aspectos da cenografia do caso VIVA VAIA, ou seja, esses aspectos da superfície textual, se desdobram a partir de um conjunto de coerções dado pelo quadro cênico, nos termos de Maingueneau (2006a), isto é, quadro enunciativo que reúne os elementos institucionais e os pactos sociais que decorrem dessa institucionalização. É a esse quadro cênico que passamos agora, focalizando as injunções em que esses sentidos se produziram e as sucessivas cadeias semânticas que daí decorreram.

O quadro cênico do caso Viva Vaia

Feita essa primeira abordagem da composição cenográfica que dilatou o evento movimentando o espaço comunicativo, vamos pôr em foco a produção do rumor público que então se desdobrou conforme as características dos mídiuns digitais.

Antes de tudo, algumas palavras sobre o móvel da narrativa que o jornal *Folha de S. Paulo* construiu nessa página *on-line*. O jogo de abertura da Copa do Mundo de 2014 (Brasil x Croácia) ocorreu no novo estádio do Corinthians, à época “Itaquerao” (em menção ao bairro em que se localiza, Itaquera), depois “Arena Corinthians” e agora “Neo Química Arena” (sublinhe-se esse percurso do nome popular para o corporativo). Por ser a inauguração mundial do evento esportivo, o jogo propriamente foi precedido por um protocolo de cerimônias. Por tudo isso, o público que

4. Seria menos desastroso que a escolha das cores para esse “reforço de linguagem” não tivesse seguindo um “critério cultural” muito comum de projetar sentidos nas cores: o cor-de-rosa para aquilo que vai bem, e o preto para aquilo que vai mal. Escolhas assim são um desastre em relação ao qual a semiologia gráfica nos previne.

estava presente tinha um perfil radicalmente distinto daquele do público que frequenta os estádios de futebol brasileiros. Eram muitos os convidados da associação organizadora do evento (FIFA), como autoridades públicas do mundo político e de órgãos estatais, assim como muitíssimos convidados de organizações corporativas que atuavam no marketing e no patrocínio do evento. O montante de convidados não era nada desprezível, e ele foi complementado por um público pagante em que se misturavam brasileiros de várias partes do país (com renda elevada, visto o preço dos ingressos) e estrangeiros que vieram ao Brasil em razão do evento.

No evento estava presente a Presidente do Brasil, Dilma Rousseff, a quem caberia, como parte do protocolo oficial, declarar aberta (inaugurada) a vigésima edição desse torneio mundial de futebol. Tudo começou quando do anúncio de sua presença no estádio, e várias manifestações se desencadearam a partir da chamada “área VIP”⁵, e se espalharam pelo estádio, embora tenha ficado mais concentrada nessa parte segregada. No mesmo dia, na mesma hora, as repercussões e as discussões iniciaram-se pelas redes digitais, nos sites de notícias, na imprensa. O evento foi dilatado.

A escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014, além do envolvimento das associações esportivas (CBF, FIFA) contou, como sempre aconteceu quando da eleição de outros países, com a participação ativa do Presidente da República à época da decisão, Luís Inácio Lula da Silva.⁶ Várias vezes ele declarou que queria que o país provasse sua capacidade de organizar grandes eventos, isso na sua perspectiva de inserir o Brasil como ator importante na cena mundial. Na mesma direção, a cidade do Rio de Janeiro foi escolhida para sediar os Jogos Olímpicos de Verão de 2016.

Evidentemente, a eleição do Brasil para sede desse evento representou, a princípio, uma vitória política para o presidente e as forças políticas que ele

5. Esse tipo de hierarquia espacial, marcado por essa sigla nada sutil (*Very Important Person*), transformou-se numa verdadeira instituição nacional em várias áreas públicas ou semipúblicas que, com essa hierarquia, têm seu teor público diminuído. Era um fenômeno discreto nos estádios de futebol, mas com a onda de construção ou reformas de estádios (“arenas”) no Brasil, impulsionada pela realização da Copa do Mundo, essa segregação espacial nos estádios foi se cristalizando nos projetos arquitetônicos sob a “rubrica” da modernização dos estádios brasileiros.

6. Em 30 de outubro de 2007, a FIFA ratificou o Brasil como país-sede da Copa do Mundo de 2014.

representava. Certamente serviu para ampliar a aprovação de seu governo, o que se estendeu para sua sucessora, Dilma Rousseff. Assim, a aprovação e a realização do evento se configuraram elementos do debate político. Foram várias as controvérsias na arena político-partidária, inclusive com a oposição à esquerda, que se acirra em razão das intervenções urbanas que foram feitas nas cidades que sediariam os jogos e também por conta das diversas relações público-privadas nas reformas ou na construção de estádios. Ela culmina com o movimento “Não vai ter Copa”⁷.

À direita do espectro político, a oposição não se configurou tanto em relação ao evento, mas se corporificava em tentativas de minar a capitalização política favorável ao ex-presidente e a sua sucessora, manifestando-se mais difusamente, realçando características estereotipadas de uma presumida “identidade do brasileiro”: sua falta de pontualidade, sua incapacidade de gerir megaprojetos, algo que contraditava com a imagem do brasileiro que o ex-presidente Lula gostava de realçar⁸. Mitos e traços de cultura se entrelaçaram em acaloradas discussões na tevê, no rádio, nos jornais (enfim, no sistema midiático tradicional⁹), nas ascendentes redes sociais digitais e na vida social, de forma geral. Instaurou-se um período de debates e embates, sobretudo de um confronto de imaginários no qual o sistema midiático impôs-se como fundamentador da tese de um fracasso iminente, infundindo tensão e medos no seu modo de irrigar discursos. E mais alguns elementos pairavam no entusiasmo dessa oposição à direita: Dilma Rousseff vinha perdendo aprovação ao seu governo desde as Manifestações de 2013 e seu mandato estava chegando ao fim. Estávamos em pleno período eleitoral.

Voltando à nota do jornal do dia 14 de junho de 2014, vemos que se refere a uma crítica à presidente, no entanto, no corpo do texto não há explicitação alguma sobre que crítica foi essa. Fala-se em insultos, xingamentos, palavrões e apenas no final se pergunta sobre o limite da “vaia”, condensando nesse

7. Que nunca recebeu cobertura razoável por parte do sistema midiático, o que contribuiu para certa obscuridade sobre a natureza desse movimento e sobre seus atores principais. Sobre esse funcionamento do sistema midiático, ver Capítulo 2.

8. Um registro interessante sobre a retomada da expressão “complexo de vira-latas” nesse período pode ser encontrado em SILVA, 2019: “Todo dia é um 7x1? Consagração e funcionamento da fórmula discursiva ‘complexo de vira-latas’”.

9. No Capítulo 2, detalhamos o funcionamento do sistema midiático no país.

termo o conjunto das manifestações. Esse dado merece atenção: a vaia é uma manifestação ruidosa de gritos, sons e assovios sem quase nenhuma verbalização. O seu contrário é o aplauso. Nesses parâmetros, o que se enunciou não foi propriamente uma vaia, mas insultos de alta octanagem, verbalizados com toda a explicitude, que chocaram fortemente, por exemplo, os convidados estrangeiros, e que não puderam ser repetidos nos ambientes formais do sistema midiático. Fosse vaia, não haveria a necessidade de encenar uma dúvida sobre limites aceitáveis. Com esse termo, estabelece-se um traço semântico balizado pela composição cenográfica, como comentamos, que põe como parâmetro do descontentamento que teria levado à “vaia” o instituto de pesquisa Datafolha, da mesma organização a que pertence o jornal. Eram dados de sondagem de popularidade (medidos pelas categorias Ótimo/Bom, Regular e Ruim/Péssimo) da governante naquele momento da Copa. Dados esses que compõem o primeiro dos gráficos articulado no infográfico *Presidentes em Campo*. Essa informação estatística, presumida representação quantitativa de um contexto político, reflete em boa medida as formas como o sistema midiático pauta, tematiza e distribui discursos sobre o que ele próprio define ser de interesse público. Assim, nalguma medida, a sondagem verifica como é a recepção dos discursos midiáticos pelo próprio sistema midiático.¹⁰

Esses números que justificaram, nessa cenografia, a manifestação, não resistem a nenhum teste de realidade. Dilma Rousseff tinha, na ocasião, 33% de Ótimo/Bom, 38% de Regular e 28% de Ruim/Péssimo. Logo, 71% dos brasileiros *não reprovavam* o seu governo. Uma questão simples para questionar a lógica primária do texto e do argumento: o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que ostenta no infográfico, em dois anos indicados (1998, 2002), percentuais muito próximos aos da ex-presidente, sofreria o mesmo tipo de manifestação caso fosse ele a abrir o evento? Possivelmente, não. Até mesmo o ex-presidente Lula, que no ano de 2010 ostentava um percentual impressionante de 76% de Ótimo/Bom, poderia ser mais “vaiado” que Fernando Henrique Cardoso. Os percentuais de avaliação

10. Ver Capítulo 2, em especial menção a Niklas Luhmann que revela a ilusão de uma comunicação sem atores, de uma comunicação que comunica ela mesma, utilizando os registros diferentes de estratégia dos meios de produção e de difusão.

do governo de Dilma Rousseff naquela ocasião são muito semelhantes aos do atual presidente do Brasil (em outubro de 2020) e, no caso dele, o sistema midiático o trata como um presidente popular. Não existe essa relação causal entre essas pesquisas e as manifestações, mesmo porque, em outubro de 2014 (quatro meses depois), a presidente foi reeleita para um segundo mandato.

O mundo visto conforme esse jornal (pelo seu olho, o Datafolha) nos oferece outra amostra muito importante do que é o debate público no Brasil: a nota se pergunta quem teriam sido os brasileiros que xingaram Dilma Rousseff. As balizas semânticas dessa cenografia são uma categoria empregada nas pesquisas do Datafolha: público com renda familiar acima de 10 salários mínimos. Foram esses os brasileiros responsáveis pela manifestação.¹¹ Vemos, assim, como alguns poucos números caracterizam um contexto, justificam um evento e identificam os atores sociais num efeito de sentido objetivante.

Na composição cenográfica, há outro elemento justificador da manifestação contra a presidente. Trata-se de uma aposição indireta da assinatura do poeta concretista Augusto de Campos às manifestações, por meio da inserção do poema VIVA VAIA, como se verifica na figura 1. Elemento que confere ao evento um estatuto ilustrado: um consagrado texto literário pode funcionar como forma de distinção, meta dos que cultivam valores VIPs.

Assim, um elemento crucial na cadeia semântica da composição da página que descrevemos é a força que a inserção do poema exercerá sobre toda essa cenografia. O que se lê na legenda feita pela editoria de arte do jornal para o poema permite que investiguemos o episódio em algumas direções interessantes. Nela se diz: “**VIVA VAIA** (1972) é um poema concretista de Augusto de Campos em que as palavras ‘viva’ e ‘vaia’ são apresentadas geometricamente em duas cores alternadas” [vermelho e preto]. Essa formulação seria uma legenda para uma imagem ou uma chave de leitura para um poema? Cabe pensar em que medida um poema requer, merece ou

11. Note-se a recusa a chamar as coisas pelo nome: *elite*, forma clássica de referir as “classes dominantes”. *Elite* é um conceito no âmbito das ciências sociais, bastante consagrado. Esse “público VIP” pertence à elite do país, não há nenhuma imprecisão nessa nominação. No plano simbólico, podemos considerar que era uma elite fora do lugar: em Itaquera, zona periférica e pobre da cidade, lugar que teria sido escolhido para homenagear o ex-presidente Lula, notável corintiano, um líder popular, e não um líder das elites ou de classes de maior renda (bem mais que dez salários mínimos).

permite que se diga o que ele é. Seria usual publicar um poema com o nome do autor, título do livro de que faz parte ou plataforma em que se produziu. Seria, talvez, justificável publicar uma legenda que dá chave de leitura a um poema concretista, na medida em que, passada a vaga e imersos que estamos numa cultura imagética que banalizou procedimentos sofisticados de outrora, fosse o caso de “avisar” incautos do que se trata. Para o momento, registremos que o nome do poeta e a própria designação “poeta”, nessa configuração, vêm avalizar a participação de um poema na diagramação da página, compondo com o texto que ninguém assinou e com um infográfico. Este último, um tipo de material que nunca tem autoria declarada.

Diante disso, acrescentemos que o único ator visível nessa “peça jornalística” se manifestou em repúdio à publicação. E, desta vez, com um texto efetivamente assinado: Augusto de Campos escreveu ao periódico no dia seguinte à publicação do poema e, então, publicou-se uma versão de sua carta sem qualquer destaque, no Painel do Leitor. Como de praxe, esse painel se organiza numa lista vertical onde algumas comunicações de leitores selecionadas são publicadas sem hierarquia visual alguma, com títulos atribuídos pela editoria. No caso, a carta de Augusto de Campos recebeu o seguinte título: *Xingamentos a Dilma*. E ficou imersa em meio a muitas outras cartas, sobre os mais variados temas, de certo modo “trancada” numa seção sem visibilidade, de pouca importância no cotidiano da comunicação social mais ampla. Há uma dissimetria flagrante entre a publicização do poema como ilustração de um posicionamento e o repúdio a esse uso.

Dias depois, quando uma farta circulação da carta se deu na blogosfera, ela foi republicada pelo jornal, ainda no Painel do Leitor, mas agora em destaque, na capa da seção. O título já não é o mesmo, tem fontes de manchete nas quais se lê *Augusto de Campos crítica o uso de poema em reportagem sobre vaías*. Além da nova condição mais destacada, há uma novidade na referência a uma “reportagem” sobre vaías, algo que inicialmente nos perguntamos se era uma nota, um comentário ou um *fait divers*, o poeta chamará inicialmente de “texto ambíguo”. A seguir, a publicação da carta na versão de sua segunda publicação, feita na madrugada do dia 17 de junho:

Figura 3 - Reprodução de parte da página pública online do periódico Folha de S. Paulo em 17 de junho de 2014. Captura de tela de 27 de novembro de 2014.



Augusto de Campos critica uso de poema em reportagem sobre vaia

AUGUSTO DE CAMPOS, poeta e advogado
DE SÃO PAULO (SP)

17/06/2014 @ 02h00

Recomendar 4,8 mil Tweetar 192 42 OUVIR O TEXTO Mais opções

A **Folha** utilizou o meu poema "VIVA VAIA" como ilustração de texto ambíguo sobre os insultos recebidos pela presidente Dilma.

Utilizou-o sem minha autorização, sem pagar direitos autorais: sem me dar a mínima satisfação. Poupo-me de comentar a insólita atitude do jornal, ao qual eu poderia processar pelo uso indevido do meu texto.

PUBLICIDADE

MUDE PARA MELHOR
VOCÊ TAMBÉM

CLIQUE AQUI E FALE AGORA
COM O CORRETOR ONLINE

A reportagem, em que meu poema é cercado de legendas sensacionalistas, deixa dúvidas sobre a validade dos xingamentos da torcida e, por tabela, me envolve nessa forjada querela. A brutalidade da conduta de alguns torcedores mereceria incisiva condenação, não dubitativa cobertura, abonada por um poema meu publicado fora de contexto.

Os xingamentos, procedentes da área VIP do estádio, onde se situa gente abastada e conservadora, evidenciam a boçalidade e a truculência que é o reverso da medalha do nosso futebol, assim como a inferioridade civilizatória do brasileiro. Até os candidatos de oposição tiveram a desfaçatez de se rejubilar com os palavrões espúrios.

Pois eu lhes digo: VIVA DILMA. VAIA AOS VIPS.

Deve-se notar que o poeta não reconhece as manifestações contra a ex-presidente Dilma como *vaia*s. Fala em “insultos”, “xingamentos”, “brutalidade”, “boçalidade”, “truculência” e “inferioridade civilizatória”.

Chamamos a atenção, também, para o modo diferente de apresentar a carta: nesta versão, ela tem um título longo, que a contextualiza como uma “crítica” a um “uso de poema” em “reportagem sobre vaias”. Dessas manobras, podemos levantar a hipótese de que o jornal talvez procurasse

fazer jus às reivindicações do poeta, fornecendo-lhe diagramação semelhante à da referida “reportagem”, garantindo, assim, a imagem de espaço plural, aberto ao confronto. Uma defesa, talvez? De todo modo, parece importante registrar que, mesmo aí, o destaque da carta convive com uma farta oferta de produtos, serviços, notícias... apelos variados compondo um conjunto de forte teor apelativo, que convoca à sintaxe dispersiva do hipertexto nos portais de conteúdo jornalístico.

Além disso, verifica-se uma manobra editorial que destitui parte da dêixis discursiva¹² que se pode verificar na versão da carta que viralizou. Como vemos acima, a passagem do texto original “Prezados senhores” desapareceu, e a referência a “Esse jornal” foi substituída por uma espécie de logomarca (**Folha**, em negrito, como se vê na figura 3). Com essa alteração na dêixis discursiva, alteram-se os interlocutores envolvidos; os editores do jornal a quem se dirigia a carta não são mais convocados e, então, estão dispensados do confronto que os leitores do jornal testemunhariam. Abre-se espaço para um texto que se apresenta como um registro do poeta diretamente aos leitores do jornal, um uso de um espaço público presumidamente democrático. Assim, não lemos propriamente uma carta em que ele acusa os editores de maus procedimentos, lemos o registro de desagrado com a publicação do poema. De uma interlocução institucionalizada (poeta – editores do jornal) aberta ao testemunho de terceiros, a carta passa a um comentário semelhante à “reportagem” que replica. Registre-se um outro expediente que reforça essa leitura: o título do poema passa a ser um hiperlink que remete à “reportagem” do dia 14 de junho, induzindo uma certa produção de sentidos, circunscrevendo o episódio, delineando, enfim, o próprio episódio.

A dispersão no ciberespaço

A publicação de uma segunda versão, com destaque, da carta do poeta Augusto de Campos permite a suposição de que houve uma decisão editorial que buscava estar em sintonia com um movimento mais amplo,

12. A dêixis discursiva ancora o enunciado na cena da enunciação: categorias de pessoa, espaço e tempo definem quem fala a quem, quando e onde, considerando um contexto imediato (a situação de comunicação) e que todo contexto radica numa conjuntura histórica.

se considerarmos que no dia anterior, 16 de junho, muito rapidamente se espalhou em diversas redes, notadamente na blogosfera (bastante mais potente à época do que redes sociais hoje prevalentes). A mesma carta do poeta endereçada aos editores do jornal, agora acompanhada de explicações nas quais se afirmava que o jornal não teria publicado a carta ou a teria publicado em setor acessível apenas a assinantes, foi vazada na rede a pedido do próprio poeta.

Também na blogosfera novos enquadramentos da carta e do poema se produziram, com os botões de disseminação em plataformas diversas (botões que dão notícias das filiações desses blogs, em alguma medida), e também ladeando os conteúdos de cada blog, suas identidades visuais e seus posicionamentos.

Esse desdobramento nos dá ensejo não só para examinar as formas de dispersão das muitas coisas que circulam no ciberespaço¹³, mas também de nos aprofundar na nossa segunda abordagem do evento, que põe em relevo a condição paratópica do material literário: em suas formas de circulação atuais, ocupa espaços *associados* (e não necessariamente *canônicos*, isto é, reconhecidos como obra), complexificando a economia política do signo ao fomentar arenas híbridas. O que se desdobrou nas redes digitais em razão da inserção do poema VIVA VAIA a partir do quadro cênico acima detalhado é que receberá, a partir daqui, nossa atenção.

Começemos mostrando como uma outra referência literária circulou nas redes digitais nesse contexto. Trata-se de algo que diz respeito àquele traço de uma presumida identidade do brasileiro, a saber, a sua incapacidade atávica de fazer qualquer coisa relevante, de se impor. Registremos brevemente a ampla circulação do autor Nelson Rodrigues nesse período, que, de sua intensa afamada relação com o futebol, frequentemente evocada, foi retomado em sua formulação sobre o “complexo de vira-latas” do brasileiro. Esse

13. “A geografia das interconexões assim instauradas participa das ‘ligações frágeis’, segundo os parâmetros da amizade clássica, mas mesmo assim circulam nas redes muitas coisas: informações, afetos, jogos, balbucios, sermões, julgamentos morais, rumores, mistificações, insultos, cortesias, piadas ‘suas’, desejos, aspirações, juras de amor, grandes declarações, resoluções, depressão, efusões coletivas, indignação, medos, imagens de todos os tipos, música, etc. A relação mediada pelas redes digitais nos falam bastante sobre as forças e as fraquezas do indivíduo mundializado contemporâneo”. (LUSSAULT, 2013, p. 156, tradução nossa)

sintagma figurou como disparador ou condensador de muitas das discussões havidas em torno da Copa do Mundo, e é preciso registrar que essa ampla circulação se deveu em boa medida às potencialidades técnicas de difusão das redes digitais, com as quais outras redes dialogam fazendo-a chegar a muitos que nem sequer conheciam Nelson Rodrigues ou suas crônicas, *links* variados para textos completos ou coleções de fragmentos, comentários de toda sorte de materiais audiovisuais que tivessem *tags* convocadoras de uma certa cadeia semântica. O que estava em pauta: o brasileiro, fadado a uma posição desprezível?

Nesse ambiente em que duelam cibercultura e cultura digital, cerceamentos, conduções e espalhamentos se dão orientados por diferentes formas de apropriação das tecnologias de funcionamento algorítmico. Há formas de promover a circulação e há formas de evitá-la, e isso depende dos mídiuns que se cultivam: um jornal como o que publicou a “reportagem” em tela enfatiza práticas de seletividade e filtragem; a blogosfera que reproduziu a carta em dezenas de milhares de retomadas enfatiza práticas de propagação e compartilhamento.¹⁴

Assim, na querela digital gerada pela inserção do poema VIVA VAIA na Folha *on-line* observam-se os expedientes de mediação editorial típicos da cibercultura, que regem a difusão da carta escrita por Augusto de Campos: o sequestro do poema, o trancamento da carta numa seção desimportante e sua contenção cenográfica na segunda versão é que vão suscitar a produção de rumor público em outras formas de circulação.

No que diz respeito ao tratamento dos títulos atribuídos à publicação da carta, verificamos que não só o jornal orienta sua leitura nas duas versões que publica, mas que cada blogueiro que a republicou, no contexto altamente partidarizado em que se inscreviam essas retomadas, também a apresenta de uma posição claramente definida: em enunciados como “Augusto de Campos destrói a Folha de S. Paulo”, “Augusto de Campos detona a Folha de S. Paulo”, “Augusto de Campos critica a Folha de S. Paulo” ou variações como “Poeta vaia a Folha de S. Paulo”, para citar as versões mais recorrentes

14. No capítulo 1, detalhamos essa diferenciação entre cibercultura (cultivo da seletividade e da filtragem) e cultura digital (cultivo da compatibilidade e das trocas).

de uma estrutura sintática que se repetiu, polarizando Augusto de Campos/Poeta e Folha de S. Paulo/Folha sempre com verbos que atribuíam poder de ação ao sujeito, ficou evidente a alusão ao posicionamento do jornal nesse embate. Antes, durante e depois da Copa do Mundo, esse periódico trabalhou fortemente contra uma das candidaturas à presidência no pleito daquele ano¹⁵, a candidatura de Dilma Rousseff, em resposta ao que parte da blogosfera pôs em circulação, com a carta, denúncias, réplicas, charges, reflexões sobre o partidarismo do jornalismo corporativo. E diversas formalizações do plástico poema.

No caso da dispersão pela blogosfera, verifica-se que os diversos botões que permitem repassar a versão vazada da carta indiciam o quanto a blogosfera é, mais do que o jornal, espaço de multiplicação, de repercussão: enquanto o jornal pode “trancar” a carta no painel aberto apenas a assinantes, na rede aberta são muitas as formas de replicar, de avaliar, de pôr os “amigos” a par do acontecido, delineando, dessa maneira, o próprio acontecimento. Em ambos os casos, é possível observar o processo de dispersão, e não só um produto dispersado. Na blogosfera, o texto de Augusto de Campos é uma carta escrita a editores que se recusaram à interlocução e que são punidos com a ampla disseminação do documento, orientada pelos títulos das postagens, que quase sempre saúdam o poeta pelo dissabor que inflige ao periódico inimigo.

Nas diversas formas de dispersão, as do jornal (onde o “comentário” figura como um direito de resposta mais ou menos merecedor de destaque) e as das redes abertas (em que a carta é lida como uma declaração de voto que, na mesma mão, é um repúdio ao referido jornal), o texto de Augusto de Campos circula assinado por um “poeta e advogado” que, numa reivindicação de autoria, confere ao episódio uma densidade específica, ao pôr no centro do acontecimento político um poema.

15. Para detalhamentos sobre o funcionamento desse periódico no referido período, sugerimos consulta ao banco de dados do Manchetômetro: “um website de acompanhamento da cobertura midiática das eleições 2014 do Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP). O LEMEP é um grupo de pesquisas com registro no CNPq, sediado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O Manchetômetro não tem qualquer filiação partidária ou com grupo econômico.” (<http://www.manchetometro.com.br/>, último acesso: 10 out 2020)

Um poema, vários percursos

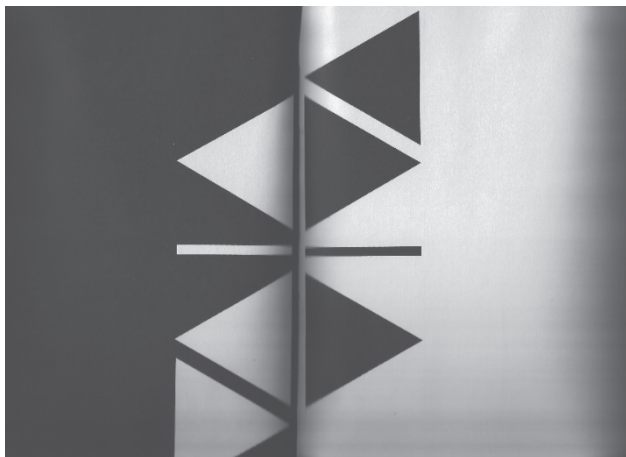
Para assim deslocar a fronteira traçada entre a literatura, tida como domínio específico de criações e experiências, e as produções e práticas mais comuns da cultura escrita, é necessário aproximar o que a tradição ocidental separou durante muito tempo: de um lado, a compreensão e o comentário das obras; de outro, a análise das condições técnicas ou sociais de sua publicação, circulação e apropriação. (CHARTIER, 2007, p. 11)

Entendemos que o caso VIVA VAIA, tal como o apresentamos, nos permite propor o literário como discurso, isto é, podemos estabelecer a relação do material textual com suas formas de inscrição material e de circulação social que, sempre imbricadas, são produtoras de sentido e de valor em contextos mais amplos do que as práticas estritas de leitura ou as hermenêuticas institucionalizadas. Dessa perspectiva, importa pensar as especificidades do referido poema considerando seu pertencimento a um dado regime discursivo, isto é, a um conjunto de procedimentos retóricos articulados a um conjunto de práticas definidoras de um posicionamento num campo.

Importa, então, que o referido poema tenha estreado sua vida pública na década de 1970, tendo sido registrado em muitas ocasiões como uma homenagem de Augusto de Campos à vaia que o compositor Caetano Veloso recebeu na apresentação da canção “É proibido proibir”, em sua participação na eliminatória paulista do 3º Festival Internacional da Canção da TV Globo, no Teatro da Universidade Católica, em São Paulo¹⁶. Importa, nessa orientação de estudo do caso, que o poema de 1971, publicado em 1972, tenha sido republicado em 1979 na reunião de experiências poéticas consolidadas desde o Plano-Piloto para a Poesia Concreta (de 1958, anexo), numa formatação em preto e branco, valendo-se do vinco da folha:

16. Ver, por exemplo, entre tantos registros dessa informação, a entrevista concedida por Augusto de Campos e Caetano Veloso em novembro de 2011 ao programa Metrôpolis, da TV Cultura: <http://videos.bol.uol.com.br/permalink/?view/metropolis--entrevista-sobre-viva-a-vaia-04020E9B356CE0912326>, último acesso em: 10 out. 2020.

Figura 4: Reprodução da publicação do poema VIVA VAIA no livro VIVA VAIA Poesia 1949-1979, publicado pela editora Brasiliense em 1986. (s/p)



O livro, que é celebração do próprio projeto da poesia concreta, discute o formato do livro, mais precisamente as possibilidades dos textos inscritos de dados modos em um dado livro. Experimentos gráficos e tridimensionais estão aí compilados.

Da perspectiva aqui assumida, é preciso levar em conta cada uma das partes desse objeto. Por exemplo, interessa a epígrafe da publicação de 1979, por ocasião da celebração de 30 anos de poesia concreta, na qual se verificam expedientes que reforcem a leitura do “monumento à vaia” de Campos:

*Aquilo que o público vaia,
Cultive-o,
é você.
J.C.*

Esse poema – que propõe ver na vaia uma força vivificadora da arte – foi retomado em famosa fotografia do cinegrafista Ivan Cardoso; por sua vez, retomada com processos de edição específicos na capa de um compacto simples gravado por Caetano Veloso em parceria com Augusto de Campos

(Phillips, 1979) para circular junto com o livro na sua edição comercializada pela Livraria Duas Cidades¹⁷.

Trata-se de um poema que, em muitos aspectos, atende exemplarmente ao que se propunha no Plano-Piloto para a Poesia Concreta: poema-objeto sendo útil nas materializações convocadas por quem quer que seja, a serviço da verbivocovisualidade como experiência humana, libertado de qualquer origem individual e singular para ser totalidade significativa no mundo urbano, puro movimento. Há, como dissemos, inúmeras retomadas desse poema – em peças de roupa, na produção de mobiliário, em instalações plásticas (algumas supervisionadas pelo poeta e registradas como obras derivadas), em performances (muitas delas postadas no Youtube; em alguns casos, ainda carentes de chancela). (ver Anexo 1, p. 109)

Isso constatado, poderíamos dizer que o jornal que o retoma em sua composição de página não faz senão participar desses percursos, de que são passíveis todos os textos públicos e, no caso dos poemas concretos, são mesmo sua razão de ser: “tensão de palavras-coisas no espaço-tempo”.

Diante dessa condição do poema, a carta publicada – sem destaque em acesso restrito, depois com destaque como réplica informativa a uma reportagem e alçada pela blogosfera a peça político-partidária – deixa rastros de leitura que refazem a própria relação do poeta com seu poema, autorizando cada um dos leitores do poema e da carta a refazê-la também. Quando Augusto de Campos escreve “meu poema” ou “sem minha autorização e sem pagar direitos autorais” e alega que “poderia processar o jornal”, fala o poeta ou o advogado? Quando reclama do poema “cercado de legendas sensacionalistas”, indignado por se ver “envolvido nessa forjada querela”, fala o advogado ou o poeta? Quando acusa o jornal de ter “abonado” “a brutalidade da conduta de alguns torcedores” com o poema “publicado fora de contexto”, fala um poeta que abriu mão da autonomia do poema-objeto que deve ser uma “responsabilidade integral perante a linguagem” porque, como cidadão, não partilha da bruta expressão reproduzida no jornal? Quando, diante da manifestação afrontosa havida, julga conservadores, boçais e truculentos aqueles dos quais marca distância ao propor “VIVA

17. Disponível, por exemplo, em ww.discosdobrasil.com.br (último acesso em: 20 out. 2020)

DILMA. VAIA AOS VIPS”, responde à grosseria da manifestação com um novo poema? Fala, aí, um brasileiro? Um eleitor? Quando a categoria VIP é alçada ao valor quase ideogramático com que a sonoridade e a visualidade do enunciado se projetam, estamos de volta ao projeto concreto de “criar problemas exatos e resolvê-los em termos de linguagem sensível”?

Essa problemática da autoria, que tem larga tradição em muitos campos de saber, não cessa de reaparecer. Aqui, é deflagrada pelos expedientes de mediação editorial típicos da cultura digital, uma cultura de interface, colaborativa, de partilha, de remixagem em reação aos expedientes típicos da cibercultura, que cultiva os expedientes de hierarquização, ordenação, que discrimina e cataloga. Essas culturas se produzem no batimento entre uma *tecnoesfera* constituída por dispositivos ubíquos e universalizantes e uma *psicoesfera* constituída por disposições fluidas e dúcteis, do que resulta uma potência difusora sem precedentes.¹⁸ Mas importa entender que, como psicoesfera, cibercultura e cultura digital transcendem o contexto técnico digital, vazando para conjuntos de sistemas de objetos não digitais e de ações não diretamente relacionadas às redes informáticas, afetando normas e comportamentos. Os quais, evidentemente, recaem sobre o funcionamento do ciberespaço nas formas de apropriação que fazem dele partícipe do espaço comunicativo.

O caso VIVA VAIA não seria exatamente *um caso*, se essa alta potência difusora que resulta do duelo entre cibercultura e cultura digital não tivesse produzido o volume de rumor público que, afinal, fez do uso de um poema ponto nevrálgico numa disputa política fortemente partidarizada durante a conjuntura da Copa do Mundo de 2014.

Na carta, o poema VIVA VAIA se refaz com as palavras “viva” e “vaia” contrastando em uma nova sintaxe geometrizada nos enunciados que encerram a missiva em letras garrafais – um grito? Em VIVA DILMA. VAIA AOS VIPS., a palavra “viva” é tópico do primeiro enunciado e a palavra “vaia”, do segundo, e já não recaem uma sobre a outra: “viva” se refere a

18. *Tecnoesfera* e *psicoesfera* são noções propostas pelo geógrafo Milton Santos, desdobradas em diversas partes de sua obra. Para detalhamentos acerca de sua pertinência no estudo dos fluxos de texto característicos do atual período, em que se conjugam dispositivos e disposições, ver SALGADO (2013).

“DILMA”, a Presidente da República insultada; “vaia” recai sobre “VIPS”, os insultadores. Nos anos 1970, o poema celebrava a vaia; agora, celebra-se a vaiada. E essa forma de retomada se faz pela voz de quem assina “poeta e advogado”, como vimos, reivindicando sua obra ou, mais além, respeito a sua obra, e que também vaza sua própria carta, apostando na criação de um rastilho característico do espaço comunicativo do atual período.

Esse rastilho avoluma um *espaço associado*, desencadeado pelo fato de o poema não estar no seu *espaço canônico*. Ele figura como ilustração e desagrada o poeta, que reafirma sua autoria ao questionar a retomada de sua obra, o que é uma reivindicação não prevista no programa estético que capitaneou outrora. Movem-se muitas peças (e seus sentidos) em função da polarização política que desde então não cessou de se desenhar.

Várias vozes, um autor

Augusto de Campos, esse nome que dá coesão a todos os elementos acima abordados, é, afinal, o autor do poema, um autor de poesia concreta, autor da carta que reclama respeito a sua obra diante das manobras de mediação de uma editoria de jornal. Da perspectiva aqui assumida, podemos considerar, ainda, que

A “identidade” criadora, seja qual for o ângulo a partir do qual a apreendemos, não se restringe à dificuldade em responder à questão aparentemente banal: “*Quem é o autor dessa obra?*” Ao invocar um nome próprio, designam-se tão-somente instáveis imbricações de instâncias que se recobrem: um estado civil, uma trajetória de escritor e um processo de enunciação cuja harmonia possível só se mantém através de uma constante fuga para a frente. (MAINGUENEAU, 2006a, p. 137)

Assim, esse nome de autor se firma na medida em que associa materiais textuais como poemas, ensaios, performances a resenhas sobre esses poemas, ensaios e performances, entrevistas concedidas, textos teóricos, prefácios, quartas-capas, palestras... de modo que, além do que se pode referir por *espaço canônico*, um espaço de gestão dos materiais literários nas situações institucionalizadas, nas quais esse material se constitui como literatura, há

um *espaço associado*, textos do autor que não são reconhecidos como material literário, e também textos sobre o autor e sobre sua obra. E é na operação conjunta desses espaços que se institui a possibilidade autoral:

Trata-se de duas dimensões inseparáveis: construir uma identidade criadora na cena do mundo (figuração) e conferir um estatuto às unidades que constituem a *Opus* (regulação). A primeira tem como manifestação privilegiada gêneros de texto relativamente “autônomos”, como diário íntimo, o relato de viagem, as lembranças da infância; a segunda vincula-se mais com os gêneros paratextuais, metatextuais etc., inseparáveis dos textos que eles acompanham. (MAINGUENEAU, 2006a, p. 143)

“Fronteira indecível”, nos termos de Maingueneau, que define a autoria como lugar paratópico, um “impossível lugar” que é a tal “fuga para frente”: os procedimentos retóricos que autorizam a leitura literária de certos materiais vêm de par com a instituição de uma força gestora desses materiais, de suas formas de inscrição e, como se pode verificar no caso VIVA VAIA, de uma força que gere esses materiais na consonância com outros que a ele se associam, inclusive aqueles impostos por interlocutores – leitores, editores, críticos, etc. Assim,

O “espaço associado” não é um espaço contingente que se somaria a partir de fora ao espaço canônico: os espaços canônico e associado alimentam-se um do outro, sem, contudo, possuir a mesma natureza. Esse duplo espaço se mostra a si mesmo no conjunto mais amplo de *marcas* deixadas pelo autor, o que inclui também os cadernos escolares, a correspondência amorosa, cartas dirigidas à administração etc. (MAINGUENEAU, 2006a, p. 144)

A fronteira em que se põe é indecível porque se organiza em território discursivo cuja especificidade é a criação autoral, que implica valores atribuídos a certos tipos de material, os quais, valorados, passam a ser parâmetro para o que se entenderá por *criação* – e também por leitura, por edição, por crítica, etc., constelando formas mais autorizadas, menos autorizadas e não autorizadas de retomada. Trata-se de considerar que

O discurso literário não é um território compacto que gera simplesmente algumas dificuldades locais de estabelecimento de fronteiras, mas um espaço radicalmente duplo. Funciona com base num duplo movimento de *desconexão* (no espaço canônico) e de *conexão* (espaço associado) das instâncias subjetivas. Alguns analistas fixam sua atenção na desconexão (abordagem textualista) e outros na conexão (abordagem contextualista) (...) Os próprios criadores se dividem entre os posicionamentos que optam maciçamente pela desconexão (Mallarmé ou os parnasianos) e os que preferem a conexão (Rousseau ou Céline), com todas as posições de negociação e de compromisso imagináveis. Esses dois movimentos são a um só tempo contraditórios e complementares, sendo a impossibilidade de estabilizar suas relações um dos motores da produção literária. (MAINGUENEAU, 2006a, p. 146-147)

Nesses termos, Augusto de Campos, “poeta e advogado” no reclamo que faz a uma editoria jornalística sobre o tratamento dado a um poema de sua autoria, é também pai de um músico com o qual trabalha, é um dos “irmãos Campos”, companheiro de Décio Pignatari, fundador de um movimento estético, é tradutor, estudioso de música, artista de longa trajetória que, desde os anos 1980, se dedica às novas mídias com propósitos artísticos e de investigação teórica, assumindo esse lugar paradoxal de *tradição experimental*. No parágrafo final da Biografia que se encontra em seu site oficial, lê-se, por exemplo, que

A partir de 1980, intensificou os experimentos com as novas mídias, apresentando seus poemas em luminosos, videotextos, neon, hologramas e laser, animações computadorizadas e eventos multimídia, abrangendo som e música, como a leitura plurivocal de CIDADECITYCITÉ (com Cid Campos), 1987/1991. Seus poemas holográficos (em cooperação com Moyses Baumstein) foram incluídos nas exposições TRILUZ (1986) e IDEHOLOGIA (1987). Um videoclip do poema PULSAR, com música de Caetano Veloso, foi produzido por ele em 1984, numa estação Intergraph, com a colaboração do grupo Olhar Eletrônico. POEMA BOMBA e SOS, com música de seu filho, Cid Campos, foram animados numa estação computadorizada Silicon Graphics da Universidade de

São Paulo, 1992-3. Sua cooperação com Cid, iniciada em 1987, ficou registrada em POESIA É RISCO (CD editado em 1995 pela PolyGram) e se desenvolveu no espetáculo de mesmo nome, uma performance “verbivocovisual” de poesia/música/imagem com edição de vídeo de Walter Silveira, apresentada em diversas cidades do Brasil e no exterior. Suas animações digitais - os CLIPPOEMAS - foram exibidas em 1997 numa instalação que fez parte da exposição Arte Suporte Computador, na Casa das Rosas, em São Paulo. Alguns dos seus poemas visuais e sonoros podem ser vistos/ouvidos também em www.ubu.com (Cf. <http://www.augustodecampos.com.br>, acesso em: 10 out. 2020)

Um poeta-artista arrisca-se em parcerias e coletivos, lança-se ao contato com modos de produzir e meios de produção bastante variados. É um velho senhor jovialmente arteiro; atravessado por uma erudição ímpar que sabe usar ludicamente, com simplicidade quase picaresca. Sua condição paratópica se produz também no fato de ter um site e mostrar-se nele em textos, fotos e informações que categorizam sua produção em “poemas, sons, textos, links, clip-poemas” e informam sobre a pessoa que é. Na capa de seu site, desde o episódio aqui analisado há retomadas do poema VIVA VAIA, como uma espécie de marco de sua trajetória.

O poema passou a ser a própria rede de retomadas que deslizam em variações de inscrição formal e, portanto, nos sentidos que produzem e que fazem ecoar. Em toda essa variação, seu valor poemático depende de que seja atribuído ou atribuível a Augusto de Campos, nome para o qual convergem, de um modo ou de outro, suas ocorrências, sendo essa convergência produzida também pelos paratextos e metatextos que o ensinam, o comentam, o sugerem, o referem. O espaço associado de uma obra literária é parte dessa obra precisamente no que concerne a sua gestão, à gestão desse lugar paratópico, legitimante da criação autoral.

Na carta enviada ao jornal, podemos dizer que o tropismo na direção da condição de advogado se deve ao fato de Campos ter essa profissão, mas, sobretudo, de essa assinatura fazer ecoarem em seu texto, com voz de autoridade jurídica, os termos relativos às fronteiras que o jornal teria atravessado indevidamente ao fazer o “uso” que fez de sua obra. O poeta se dói

por seu poema; o advogado procura protegê-lo dos desvios que produziram essa dor. E, mais além, o internauta dedicado parece saber bem que é nas redes digitais que sua carta será carta-rastilho, assumindo a plasticidade que uma carta a um jornal pode ganhar quando, correndo mundo, se transforma, desdobrando-se quase como um poema-objeto, “tensão de palavras-coisas no tempo-espaço”; “multiplicidade de movimentos concomitantes”. A autoria, então, se consolida na gestão de todas as vozes, as que assume e as que suscita, e o elemento literário participa, assim, da vida política – paratopicamente, desestabiliza lugares muito marcados.

Considerações finais

O caso VIVA VAIA nos dá ocasião para ver o material literário implicado em um discurso político fartamente midiaticizado, condicionado por uma conjuntura específica, sem, todavia, perder-se de sua condição paratópica de discurso literário. A carta de Augusto de Campos ao jornal reivindica que o poema seja um poema, não uma ilustração de texto ou uma composição infográfica; ao mesmo tempo, põe em circulação uma carta que vai ganhando desdobramentos incontroláveis.

Seja lá o que isso for, aquele que assina “poeta e advogado” reclama a propriedade do material que produz sentidos, ou que os sentidos sejam balizados por outros elementos... pois possivelmente não há como reclamar a posse da inscrição material de um poema nascido no movimento estético em que nasceu, retomado nessa trajetória plástica que foi descrita acima. O fecho da carta é uma proclamação, quase um vaticínio – “Pois eu lhes digo: VIVA DILMA. VAIA AOS VIPS”. Tem valor performativo: nesse “eu” cabem todas as memórias que instituem o lugar paratópico de Augusto de Campos e fazem dele uma voz autorizada a entrar no debate político para o qual foi convocado com a publicação do poema. E, dado que a partidarização da cena pública já se firmava antes mesmo do início do processo eleitoral, soa como uma declaração de voto, ao mesmo tempo que uma declaração de princípios.

Considerando os termos de sua carta, podemos dizer que é um voto contra a *boçalidade* e a *truculência* que lê no outro, de quem toma distância. Esse outro que são os torcedores da área VIP do estádio e também o

jornal, que, na composição de sua página, produz uma cadeia semântica que desautoriza “Dilma”, justificando, com dados sobre “desaprovação do governo”, o apupo. Diz-se: “É possível discutir os limites da vaia. Só não dá para dizer que, naquele Itaquerão, a ofensa foi uma surpresa”.

O posicionamento de Campos, firmado nos gestos de escrever a carta, enviá-la, vazá-la, estribado na sua condição de poeta-dono-do-poema, e por isso merecedor do espaço em que declara desagrado com o que foi feito de sua obra, aponta para essa fronteira que podemos ver em alguns outros casos semelhantes, nos quais o duelo do que define a cibercultura (fechamento seletivo) e a cultura digital (abertura e mistura) operam tanto os modos de apropriação dos materiais literários, quanto os de produção do espaço associado, frequentemente avolumando-o. Os comentários de terceiros, nem sempre nominalmente chamados a participar dessa gestão, acabam por fazer parte do valor conferido à obra.

Com vistas a dar algum acabamento a estas ideias, que certamente pedem desenvolvimentos futuros, apresentamos um último conjunto de dados a título de esclarecer o tipo de objeto que um estudo como este elege, procurando entender de que forma o espaço comunicativo dilata outras espacialidades e faz reverberarem eventos, estabelecendo o que eles são – ou passam a ser – e o que eles produzem em termos de memória discursiva. O espaço comunicativo garante filiações e possibilita a constituição de linhagens, o que é fundamental para a produção dos sentidos, pois é essa memória que baliza as interpretações do que se diz. No caso a seguir, de 2007, em que o jogo entre literário e jornalístico de certo modo se inverte – o texto literário documenta licenciosamente o fato jornalístico –, vemos atuarem vozes que reverberaram no caso VIVA VAIA, em 2014, e ainda depois, na conjuntura política que foi decisiva no Golpe de 2016.

No dia 1º. de outubro de 2007, o apresentador de televisão Luciano Huck publicou um artigo intitulado “Pensamentos quase póstumos” no jornal *Folha de S.Paulo* (seção Tendências/Debates) que se inicia assim:

Luciano Huck foi assassinado. Manchete do “Jornal Nacional” de ontem. E eu, algumas páginas à frente neste diário, provavelmente no caderno policial. E, quem sabe, uma homenagem póstuma no caderno de cultura.

Não veria meu segundo filho. Deixaria órfã uma inocente criança. Uma jovem viúva. Uma família destruída. Uma multidão bastante triste. Um governador envergonhado. Um presidente em silêncio. Por quê? Por causa de um relógio.

Segue-se a essa ficcionalização, a informação de que motoqueiros roubaram seu relógio, ganhado de presente da esposa em ocasião especial, a partir do quê propõe uma série de considerações sobre a segurança pública. A repercussão nas redes digitais é rápida e volumosa. Motta e Possenti, em estudo de 2008, assim a registram:

Muitos aspectos poderiam ser abordados a respeito dessa intensa repercussão. O material é vasto e discursivamente interessante, e não se restringiu às páginas da *Folha de S.Paulo*. Apenas como exemplo, o portal *on line* do jornal *O Globo* publicou, em 02 de outubro, breve comentário de Luciano Huck sobre seu artigo e o assalto. Em sua declaração, inclusive, o apresentador buscava minimizar o caráter polêmico – leia-se ideológico – de seu artigo e declarava: “Não quero repercutir o assalto. (...). Proponho que se comece a discutir o assunto para encontrarmos alguma solução: seja o capitão Nascimento, seja investimento em escolas.”

Malgrado ele dizer-se indiferente em relação a propostas da direita (a repressão policial representada pelo comandante Nascimento) ou da esquerda (a correção de injustiças sociais representada pelo investimento em escolas), a notícia recebeu, em apenas um dia, mais de 700 comentários de internautas, a maioria em um tom bastante distante do conciliatório. (p. 309)

No ciberespaço se teceram cadeias semânticas “em tom bastante distante do conciliatório”, e no dia 08 de outubro, uma semana depois, entre os tantos textos que não cessaram de retomar mais ou menos intensamente o artigo de Huck, Ferréz, artista claramente inscrito em um posicionamento periférico de resistência, ligado à cultura Hip Hop, propõe, no mesmo jornal, na mesma seção, o texto intitulado “Pensamentos de um ‘correria’”, entendido por Motta e Possenti como um “marco importante” no debate instaurado:

O texto assinado rompia com o gênero típico dos textos da seção Tendências/Debates, por ser em primeira pessoa e provir de um narrador onisciente e conhecido do assaltante de Huck, o que fica claro já no início: “Ele me cumprimenta rápido e vai pra padaria. Acordou cedo e tratou de acordar o amigo que vai ser seu garupa (...)”. A história continua: o rapaz sai em sua moto, lembra-se de aspectos da sua infância e de sua realidade sofrida, pensa na sua vida, concluindo que “é melhor viver pouco como alguém do que morrer velho como ninguém”. Trechos do artigo de Huck são evocados, sem citar nomes, jornais ou datas. Por exemplo: “leu em algum lugar que São Paulo está ficando indefensável, mas não sabia o que queriam dizer, defesa de quem?” Até o programa televisivo de Huck é mencionado, quando o rapaz pensa que “nunca iria num programa de auditório se humilhar perante milhões de brasileiros (...) ele ganhou logo cedo um kit pobreza, mas (...) apesar de morar perto do lixo (...) não era lixo”. Ou então quando, já após o assalto, decide que “iria vender o relógio (...). O cara pra quem venderia poderia se sentir como o apresentador feliz que sempre está cercado de mulheres seminuas em seu programa”. (2008, p. 309)

Ferréz assina o conto e também figura, como se espera nessa seção Tendências/Debates, ao final do texto, como Reginaldo Ferreira da Silva e toda uma delimitação desse nome atribui a ele – e também a seu texto – um valor: “31, o Ferréz, escritor e rapper, é autor de ‘Capão Pecado’, romance sobre o cotidiano violento do bairro Capão Redondo, na periferia de São Paulo, onde ele vive, e de ‘Ninguém é Inocente em São Paulo’, entre outras obras”.

Instaura-se, aí, um debate interessante no qual não deixa de aparecer a discussão sobre as condições de réplica do texto de Ferréz ao texto de Huck. Este, apesar de seu primeiro parágrafo dramático, não é ficção, não é literatura; aquele, uma ficção sobre uma dura realidade de um jovem, se apresenta como um conto. O texto de Ferréz põe em funcionamento uma cadeia semântica de repúdio aos valores afirmados no texto de Huck, e o faz em um regime discursivo paratópico, como vimos. O material literário, também neste episódio, realimenta as intervenções dos internautas, e o rumor público pulsa ainda no fim do mês de outubro, quando, no dia 29, o

compositor Zeca Baleiro, apresentando-se como convidado a entrar no debate, explica que fizera parte da “avalanche de cartas ao jornal” e decide “aceitar o convite” para expor sua opinião, “já distorcida desde então” inclusive por fãz que lhe escreveram a respeito de sua intervenção.

Seu texto se intitula “O rolo do Rolex”. Localizando datas e fazendo referência à carta anteriormente enviada, que teria sido “curta, grossa e escrita num instante emocionado”, enceta uma reflexão sobre o “desabafo nervoso” de Huck, que usa um espaço público para fazer “reclamações pessoais”, “escorado em argumentos quase infantis”. A certa altura, assim caminha para a conclusão de sua crônica reflexiva, sustentada por uma voz que se mostra na destreza da lida com as palavras:

Igual direito de expressão foi dado a Huck e Ferréz. Do imbróglio, sobram-se duas parcas conclusões. A exclusão social não justifica a delinquência ou o pendor ao crime, mas ninguém poderá negar que alguém sem direito à escola, que cresce num cenário de miséria e abandono, está mais vulnerável aos apelos da vida bandida. Por seu turno, pessoas públicas não são blindadas (seus carros podem ser) e estão sujeitas a roubos, violências ou à desaprovação de leitores, especialmente se cometem textos fúteis sobre questões tão críticas como essa ora em debate. (<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/fz2910200708.htm>, último acesso em: 10 out 2020)

O texto de Baleiro não é literário, mas certamente produz espaço associado tanto para a obra de Ferréz – que tem seu conto comentado por uma celebridade da canção –, quanto para sua própria, a de um compositor de música popular brasileira que tem o que dizer sobre tema polêmico e entra em sintonia com a literatura por meio de sua produção... poética? Eis aí um elemento paratópico bastante conhecido sobre os cancionistas.

Para o momento, registremos que também seu texto se faz acompanhar, ao final, do registro de que a voz que fala ali é a de José Ribamar Coelho Santos, “41, o Zeca Baleiro, é cantor e compositor maranhense. Tem sete discos lançados, entre eles ‘Pet Shop Mundo Cão’”. Desse lugar, o nome de autor gere a voz que, entre outros procedimentos retóricos apreciáveis, define sua distância do outro com um verbo de forte carga semântica em

sua crítica aos que “*cometem* textos fúteis sobre questões tão críticas”. É mais que uma crítica, há mesmo uma acusação modalizada, convocada pela semântica de *cometer* nesse universo de discussão sobre o que é crime, o que é cidadão de bem, o que o Estado deve fazer para proteger o cidadão de bem do mundo do crime. Também é interessante notar o título de álbum que escolhe para figurar na sua biodata, estabelecendo-se no mundo ético em que se firma também o título com que Ferréz se apresenta: “Pet Shop Mundo Cão” emparelha com “Capão Pecado” em certos traços semânticos que definem um posicionamento diante do mundo de que Huck reclama. Sem declarar belicosamente de que lado está nessa peleja, assim o diz.

Esse texto de Baleiro apoia-se na sua condição de celebridade artística e também de artista da palavra, mas certamente se apoia na paratopia que a réplica de Ferréz introduz no debate, ao apresentar um conto que conta a história de um fato, pondo em xeque as explicações sobre a verdade ou o que se constrói como verdade no artigo-desabafo de Huck. Aqui, como no caso VIVA VAIA, o estatuto do literário, diretamente ligado ao nome de autor que responde por sua gestão, densifica o debate político, demarca fronteiras ideológicas com a contundência da liberdade de quem não precisa se ocupar de demarcar outras fronteiras, posto que um poema ou um conto se põem na cena pública como lugar indecível, submetido a coerções outras que não as dos gêneros que, por definição, têm um topos fortemente definido.

Assim é que o material literário provoca o estabelecimento do que chamamos de *arenas híbridas*: os deslizamentos que pode impor às polêmicas públicas são um ingrediente poderoso, suscitam o aparecimento de embates que, de outro modo, seriam conduzidos com a racionalidade de superfície prevista nos gêneros típicos do jornalismo cotidiano, colmatando fissuras sociais num importante espaço de trocas comunicacionais. Enfim, parece possível dizer que a dilatação de um evento produzida pela paratopia que o material literário engendra no espaço comunicativo é um poder político que está por ser entendido, sobretudo em tempos de muita comoção e pouco siso.

Referências

- BERTIN, Jacques. La Graphique. In: *Communications*, n. 15, p. 169-185, 1970.
- DEBRAY, Régis. *Transmitir – o segredo e a força das ideias*. Trad. Guilherme João Teixeira. Petrópolis : Vozes, 2000.
- CAMPOS, Augusto; PIGNATARI, Décio; CAMPOS, Haroldo. *Teoria da poesia concreta*. Textos críticos e manifestos 1950-1960. São Paulo: Invenção, 1965.
- CHARTIER, Roger. *Inscrever e apagar*. Cultura escrita e Literatura. Trad. Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: Editora da Unesp, 2007.
- LUSSAULT, Michel. *L'Avènement du monde*. Essai sur l'habitation humaine de la Terre. Paris : Éditions du Seuil, 2013.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso Literário*. Trad. Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006a.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da enunciação*. Org. da tradução Sírio Possenti e Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva. Curitiba: Criar, 2006b.
- MOTTA, Ana Raquel; POSSENTI, Sírio. Direita, esquerda: volver! In: *Anais 1ª. JIED – Jornada Internacional de Estudos do Discurso*, Universidade Estadual de Maringá - UEM, Maringá, pp. 303-315, março de 2008.
- SALGADO, Luciana Salazar. Cibercultura: tecnoesfera e psicoesfera de alta potência difusora. In: ABRIATA; CÂMARA; RODRIGUES; SCHWARTZMANN (org.). *Leitura: a circulação de discursos na contemporaneidade*. Franca: Unifran, pp. 103-124, 2013. Coleção Mestrado em Linguística, vol. 8.
- SILVA, João Thiago Monezi Paulino. *Todo dia é um 7x1? Consagração e funcionamento da fórmula discursiva “complexo de vira-latas”*. Tese de doutorado, 352p. Programa de Pós-graduação em Linguística, Centro de Educação e Ciências Humanas, UFSCar, São Carlos, 2019.

Anexo I

Plano-Piloto para Poesia Concreta

Augusto de Campos, Décio Pignatari

e Haroldo de Campos

Noigrandes, 4, São Paulo, 1958

Poesia concreta: produto de uma evolução crítica de formas dando por encerrado o ciclo histórico do verso (unidade rítmico-formal), a poesia concreta começa por tomar conhecimento do espaço gráfico como agente estrutura. espaço qualificado: estrutura espácio-temporal, em vez de desenvolvimento meramente temporístico-linear, daí a importância da idéia de ideograma, desde o seu sentido geral de sintaxe espacial ou visual, até o seu sentido específico (fenollosa/pound) de método de compor baseado na justaposição direta – analógica, não lógico-discursiva – de elementos. “il faut que notre intelligence s’habitue à comprendre synthétique-ideographiquement au lieu de analytico-discursivement” (apollinaire). eisenstein: ideograma e montagem.

precursores: mallarmé (*un coup de dés*, 1897): o primeiro salto qualitativo: “subdivisions prismatiques de l’idée”; espaço (“blancs”) e recursos tipográficos como elementos substantivos da composição. pound (*the cantos*): método ideogrâmico. joyce (*Ulysses* e *finnegans wake*): palavra-ideograma; interpenetração orgânica de tempo e espaço. cummings: atomização de palavras, tipografia fisiognômica; valorização expressionista do espaço. apollinaire (*calligrammes*): como visão, mais do que como realização. futurismo, dadaísmo: contribuições para a vida do problema. no/brasil:/oswald de andrade (1890-1954): “em comprimidos, minutos de poesia”./joão/cabral de melo neto (n. 1920 – *o engenheiro e psicologia da composição* mais *anti-ode*): linguagem direta, economia e arquitetura funcional do verso.

poesia concreta: tensão de palavras-coisas no espaço-tempo. estrutura dinâmica: multiplicidade de movimentos concomitantes. também na música – por definição, uma arte do tempo – intervém o espaço (webern e seus seguidores: boulez e stockhausen; música concreta e eletrônica); nas artes visuais – espaciais, por definição – intervém o tempo (mondrian e a série *boogie-wogie*; max bill; albers e a ambivalência perceptiva; arte concreta, em geral).

ideograma: apelo à comunicação não-verbal. o poema concreto comunica a sua própria estrutura: estrutura-conteúdo. o poema concreto é um objeto em e por si mesmo, não um intérprete de objetos exteriores e/ou sensações mais ou menos subjetivas. seu material: a palavra (som, forma visual, carga semântica). seu problema: um problema de funções-relações desse material. fatores de proximidade e semelhança, psicologia da gestalt. ritmo: força relacional. o poema concreto, usando o sistema fonético (dígitos) e uma sintaxe analógica, cria uma área lingüística específica – “verbivocovisual” – que participa das vantagens da comunicação não-verbal, e em abdicar das virtualidades da palavra. com o poema concreto ocorre o fenômeno da metacomunicação; coincidência e simultaneidade da comunicação verbal e não-verbal, com a nota de que se trata de uma comunicação de formas, de uma estrutura-conteúdo, não da usual comunicação de mensagens.

a poesia concreta visa ao mínimo múltiplo comum da linguagem, daí a sua tendência à substantivação e à verbificação: “a moeda concreta da fala” (sapir). daí suas afinidades com as chamadas “línguas isolantes” (chinês): “quanto menos gramática exterior possui a língua chinesa, tanto mais gramática interior lhe é inerente (humboldt via cassirer). o chinês oferece um exemplo de sintaxe puramente relacional baseada exclusivamente na ordem das palavras (ver fenollosa, sapir e cassirer).

ao conflito de fundo-e-forma em busca de identificação, chamamos de isomorfismo. paralelamente ao isomorfismo fundo-forma, se desenvolve o isomorfismo espaço-tempo, que gera o movimento. o isomorfismo, num primeiro momento da pragmática poética, concreta, tendo à fisionomia, a um movimento imitativo do real (*motion*); predomina a forma orgânica e a

fenomenologia da composição. num estágio mais avançado, o isomorfismo tende a resolver-se em puro movimento estrutural (*movement*); nesta fase, predomina a forma geométrica e a matemática da composição (racionalismo sensível).

renunciando à disputa do “absoluto”, a poesia concreta permanece no campo magnético do relativo perene. cronomicrometragem do acaso. controle. cibernética. o poema como um mecanismo, regulando-se a próprio: “feed-back”. a comunicação mais rápida (implícito um problema de funcionalidade e de estrutura) confere ao poema um valor positivo e guia a sua própria confecção. poesia concreta: uma responsabilidade integral perante a linguagem. realismo total. contra uma poesia de expressão, subjetiva e hedonística. criar problemas exatos e resolvê-los em termos de linguagem sensível. uma arte geral da palavra. o poema-produto: objeto útil.

augusto de campos

décio pignatari

haroldo de campos

post-scriptum 1961: “sem forma revolucionária não há arte revolucionária” (maiakovski).

In CAMPOS, Augusto et alii. Teoria da poesia concreta. São Paulo: Invenção, 1965.

FORMATO: 15,5cm x 22,5cm | 112 p.
TIPOLOGIAS: Minion Pro, Myriad Pro
PAPEL DA CAPA: Cartão 250g/m²
PAPEL DO MIOLO: Offset 90g/m²

COORDENAÇÃO. EDITORIAL: Betânia G. Figueiredo
DIAGRAMAÇÃO: Marcela Paim do Carmo
CAPA: Amanda Paim do Carmo
REVISÃO DE TEXTOS: Cláudia Rajão

O desafio contemporâneo de refletir criticamente sobre a realidade brasileira, em perspectiva inter/ multi/ trans e pós-disciplinar, materializa-se nos títulos que integram a **Coleção Estudos Brasileiros**, do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, na Série **Paralelos 22**, publicada pela **Editora Fino Traço**.

Pensar a América portuguesa e o Brasil, a partir de apurada perspectiva epistemológica, pressupõe a ampliação, o adensamento e a interconexão de diferentes enfoques teóricos e metodológicos capazes de propiciar a apreensão de experiências coletivas e individuais, desvelando áreas de investigação fronteiriças ou ainda pouco exploradas. Supõe, igualmente, a compreensão das múltiplas temporalidades que constituem o processo histórico, tensionadas entre continuidades e rupturas. Impõe um olhar, simultaneamente abrangente e verticalizado, sobre questões econômicas, políticas e geográficas, e sua configuração social, étnica/ racial e de gênero, contemplando alteridades e diversidades, assim como sobre sua conformação educacional, cultural, literária, artística e religiosa, em um mundo globalizado.

